

# Princípios

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO

Governo LULA:  
O desafio da mudança

# A GUERRA DE BUSH

Ontem, foi o Afeganistão.  
Hoje, o Iraque.  
Amanhã...

Bagdó, 21/3/2003  
Explosão no complexo de  
edifícios do Governo do Iraque,  
às margens do Rio Tigre.

A Ambição  
dos EUA  
Samir Amin

A Guerra  
Imperialista  
José Reinaldo Carvalho

Ofensa  
à Razão  
José Saramago

ISSN 1415-7888







Orçamento Participativo: o povo decide



Asfalto e recapeamento das ruas



Restauração do Patrimônio Histórico



Construção de casas populares



Resgate do autêntico carnaval da rua

# A Prefeitura Popular de Olinda mostra o que faz.

A Prefeitura de Olinda é uma prefeitura realmente popular. Popular porque escuta o cidadão. Popular porque decide com a população o que fazer no município. Popular porque prioriza obras e ações que beneficiam os que mais necessitam. Na saúde, educação, habitação, obras, cultura, em todos os setores, o avanço da Prefeitura Popular de Olinda é uma realidade que, dia a dia, modifica a qualidade de vida do olindense e de sua família.

Popular. Assim é a Prefeitura de Olinda. Uma gestão conhecida e reconhecida por suas ações.



SONOCS



Limpeza de canais



PSF, agentes em ação, vacinação de idosos: saúde em alta



# Barrar a escalada guerreira de BUSH, defender a PAZ

**N**ovamente, o imperialismo norte-americano coloca o mundo sob ameaça. Alheio aos protestos de milhões de pessoas, o governo dos Estados Unidos impõe aos povos o flagelo da guerra, a partir do uso da força bruta contra o Iraque. É um novo capítulo da “guerra infinita” que o governo Bush jurou contra os povos, logo depois do 11 de setembro. Usando o pretexto de proteger a comunidade internacional do terrorismo, o imperialismo norte-americano atacou e ocupou o Afeganistão, assumindo o controle de uma região importante da Ásia Central. Utilizando uma vez mais esse desmascarado subterfúgio, põe agora em ação sofisticado e volumoso aparato bélico e mais de trezentos mil soldados, para se apossar do mar de petróleo iraquiano e de se assenhorear de posições geopolíticas estratégicas no Oriente Médio.

O imperialismo norte-americano, sob o comando de George W. Bush e dos ultraconservadores, ameaça os povos com ferocidade inaudita. Contamina a política mundial com seu obscurantismo. Caminha para um novo tipo de fascismo, apontado inclusive por inúmeros intelectuais, mesmo norte-americanos. Despreza o direito internacional e combate a ONU, uma vez que ela se apresenta, hoje, como um estorvo ao seu objetivo de manter e ampliar pela força o seu hegemonismo. A ferro e fogo, Bush tenta impor uma nova ordem mundial que sepulte as decisões multilaterais. O planeta, segundo essa visão imperial, passaria a ser regido pelos poderes supremos de Washington.

Mas, se por um lado vive-se essa realidade sinistra da escalada guerreira, por outro, presenciamos o descortinar de um momento novo da resistência contra a ofensiva imperial. As grandes manifestações pela paz ocorridas no histórico 15 de fevereiro e renovadas a cada dia, em todos continentes, indicam um levante dos povos contra essa guerra de saque e pilhagem. Noutro pólo acirra-se a contradição interimperialista. França, Alemanha e Rússia enfrentam a arrogância da Casa Branca, buscando resguardar os seus interesses econômicos. Negam cumprir o papel de “vassalagem” adotado pela Espanha e o Reino Unido. Um grande número de países, como o Brasil, também se ergueu opondo-se à lógica guerreira e exige uma saída pacífica ao conflito. O fato é que desde a dissolução da União Soviética no início dos anos 90, não havia ainda se manifestado tão vigorosa contestação ao hegemonismo norte-americano.

Neste contexto, barrar a ofensiva bélica do insano governo Bush, defender e conquistar a paz são tarefas imperativas aos povos e aos países. Ontem foi o Afeganistão, hoje é o Iraque. E amanhã, pode ser qualquer país.

**N**o plano nacional, tendo construído as condições iniciais e mínimas de governabilidade nesses instáveis e simbólicos primeiros dias, o governo Lula deve utilizar esse fato positivo para incrementar o projeto de mudanças, cujo núcleo é a implementação de novo modelo de desenvolvimento, com soberania e aprofundamento da democracia, que possibilite o aumento da produção, da oferta de emprego e a elevação da renda dos trabalhadores. Dado os negativos condicionantes internos e externos, trata-se de um empreendimento complexo: desvencilhar-se do fracassado neoliberalismo e no seu lugar implementar um modelo assentado em fundamentos e objetivos novos. Cabe lembrar, nesta hora, os versos do poeta espanhol Antonio Machado: “caminante, no hay camino, se hace camino al andar”. *Princípios*, nesta edição, continua a fomentar o debate, o florescimento de idéias que ajudem os “caminhantes” a traçar trilhas novas, mais curtas e seguras. Pois se é verdade que os caminhos devem ser criados, uma vez que a locomotiva da história por essa estação ainda não passou, o destino a se chegar é claro, o povo o indicou em 27 de outubro: a mudança. Que a caminhada rumo às transformações comece já.

**Comissão Editorial**



## Brasil

**Nasce um novo Brasil: a eleição de Lula e a responsabilidade para consolidar o governo da mudança**

*O significado político e histórico da eleição de Lula e os desafios da transição para o novo rumo.*

Renato Rabelo

pág. 6

*Lula e Renato Rabelo (presidente do PCdoB).*

### **Liberalismo versus desenvolvimentismo**

*A história do Brasil é marcada pela disputa polarizada entre dois rumos – um, favorável aos interesses da oligarquia financeira e dos dominadores externos; outro, exigindo o atendimento das demandas da nação e do povo.*

José Carlos Ruy

pág. 11

### **A chave das maiorias heterogêneas**

*O desafio do governo é unir os setores que desejam desatar o nó da dependência.*

Aldo Rebelo

pág. 20

### **Independência do Banco Central e “terceirização” do Estado**

*Qual o verdadeiro motivo de se retirar o BC da influência do Executivo e do Legislativo?*

Haroldo Lima

pág. 22

### **Ciência e tecnologia para a vida**

*A pesquisa científica precisa vincular-se a um projeto nacional soberano.*

Roberto Amaral

pág. 26

### **Elementos para a construção de um novo modelo**

*O centro do projeto deve ser voltado para o crescimento econômico e para o emprego.*

Dilermando Toni

pág. 29

### **Estado e desenvolvimento econômico**

*O neoliberalismo desmontou o Estado nacional, dificultando sua ação.*

Renildo Souza

pág. 34

### **O Sistema Monetário Internacional e os desafios ao desenvolvimento da periferia sistêmica**

*Os problemas, restrições e condicionantes para uma política monetária soberana.*

André Rego Viana

pág. 42



# Internacional

## Guerra imperialista e sinais de um declínio

*Bush comanda o partido da guerra, mas os povos se levantam pela paz.*

José Reinaldo Carvalho e  
Carlos Umberto Martins

pág. 47

## A luta contra a guerra

*Devemos tomar iniciativas mais incisivas de condenação desta guerra.*

José Genoio

pág. 54

## A criminosa ambição dos EUA: o controle militar do planeta

*A luta contra o imperialismo norte-americano e sua opção militarista é a luta de todos os povos.*

Samir Amin

pág. 55

## Uma ofensa à razão

*Aos que querem e fazem a guerra, dizemos não!*

José Saramago

pág. 60

# Esporte

## Esporte: uma política de Estado

*Os elementos e as bases para o desenvolvimento do esporte em nosso país.*

Agnelo Queiroz

pág. 62

## Receita para um país olímpico

*Entrevista com o ministro do Esporte Agnelo Queiroz.*

Paulo Rossi e Leonardo Meireles

pág. 64

# História

## Edgard Carone (1923-2003)

*O historiador marxista deixa uma obra comprometida com os trabalhadores brasileiros.*

Augusto César Buoniore

pág. 67

# Cultura

## 50 anos sem Graciliano Ramos

*Afastando-se do mito da representação impassível da realidade social, o grande escritor desenvolve formas de práxis criativas.*

Benjamin Abdala Junior

pág. 70

# Mulher

## As mulheres constroem sua autonomia no trabalho flexibilizado

*O novo trabalho domiciliar e a experiência das costureiras de Goiás.*

Eline Jonas

pág. 75



Manifestação em São Paulo, 15/03/2003.

Resenhas   pág. 80

Cartas dos Leitores   pág. 82

Capa: Flávio Nigro sobre foto de Moises Saman/AP/AE



# Nasce um novo

# BRASIL

A eleição de Lula e a responsabilidade para consolidar o governo da mudança



Renato Rabelo

*O êxito do governo Lula tem um significado histórico de grande transcendência. Porém, a busca de um novo caminho, alternativo ao neoliberalismo, não tem sido fácil, nem simples*



**M**uito já se falou sobre a dimensão histórica da vitória de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República do Brasil. É importante frisar que ela representa a abertura de um novo ciclo histórico e político no nosso país, não se tratando de simples alternância de governo. Isso porque é a primeira vez que novas forças sociais, compostas por trabalhado-

res, camadas populares e médias, têm representação no governo federal, através do próprio presidente e das principais forças que o apóiam e sustentam. Mais significativo ainda é que essas forças políticas apresentam um programa democrático, nacional, popular, progressista, voltado para a retomada do desenvolvimento, a geração de emprego e a distribuição de renda. Surge, assim, a possibilidade da adoção de uma orientação contrária aos preceitos neoliberais vigentes. Esse êxito expressou também um revés na agenda programada pelo sistema de poder imperial e a oligarquia financeira para a América do Sul, alcançando desse modo uma repercussão mundial.

Passada a batalha eleitoral, terminado o trabalho de montagem dos principais escalões da administração trata-se agora de enfrentar o desafio prático de governar um grande país, com o sentido de mudanças como tem reafirmado Lula e levando em conta o contexto internacional assim como a realidade brasileira.

### **Um mundo em ebulição – crise, guerra e luta pela paz**

Três são as marcas mais destacadas na cena mundial: a crise econômica que atormenta grandes economias; a política guerreira do imperialismo norte-americano que foi elevada a um novo e gravíssimo patamar; e o crescimento da resistência dos povos e países de médio porte, assim como, engrossando essa contracorrente, o questionamento da liderança dos EUA por tradicionais aliados dentro do próprio Primeiro Mundo.

A crise da globalização liberalizante atinge hoje os países centrais. Manifesta-se num quadro crônico de baixos índices de desenvolvimento econômico, permeado de recessões e perdas astronômicas no mercado de capitais. Bolhas de capital financeiro estouram. Em consequência de tudo isso o desemprego alcança o maior índice dos últimos anos.

Essa situação objetiva está na base das saídas guerreiras e belicistas a que vem recorrendo o imperialismo norte-americano, com a ascensão do governo de extrema-direita de George Bush. O mundo está, assim, prenhe de focos de maiores tensões e de ameaças à paz e à soberania dos povos.

Hegemônico, o imperialismo norte-americano prepara a guerra como sua última carta. A obstinação do governo dos EUA em agredir o Iraque, mesmo sem a sanção da ONU e sem o apoio de aliados de tempos passados, tem provocado uma das maiores ondas de indignação que já se viu na história moderna, revelando um outro grau de consciência sobre os verdadeiros motivos da agressão: interesses econômicos e geopolíticos norte-americanos.

A resposta do imperialismo à crise do sistema demonstra que ele não mudou sua natureza: apela para a guerra e a pilhagem. Por isso, a luta pela paz adquire hoje um sentido revolucionário e antiimperialista. O sentimento de necessidade da paz cresce e se expande pelo mundo. Abre caminho para mudar a correlação de forças mundial e contribui para criar condições para alternativas ao neoliberalismo. As bandeiras da paz, soberania e desenvolvimento adquirem grande dimensão e propiciam a formação de ampla frente política em busca de uma nova ordem mundial de paz e progresso social.

### **Neoliberalismo na América Latina – retrocesso e resistência**

A globalização financeira cavou mais fundo a desigualdade econômica que separa os chamados países em desenvolvimento dos países capitalistas centrais. Os países latino-americanos ficaram à mercê da livre movimentação do capital financeiro. Tornaram-se extremamente vulneráveis, multiplicaram seus endividamentos externos, passaram a conviver com crises cambiais recorrentes, regimes de permanente instabilidade, à beira da insolvência, ou, precipitaram-se na falência, como é o caso da Argentina, produzindo um cenário de estagnação econômica.

Nos marcos da chamada globalização e da aplicação das políticas ultraliberalizantes (o denominado Consenso de Washington) durante mais de dez anos, os países da América Latina, Brasil inclusive, foram jogados diante de uma realidade de grande retrocesso (chegando a ser um retrocesso civilizacional), aprofundando mais ainda seus principais entraves estruturais: dependência e vulnerabilidade externas e desigualdade social. O resultado dessa situação conduziu a um quadro em que a renda média per capita da região equivale hoje à de vinte anos atrás e o desemprego e subemprego atingiram níveis recordes.

**Os países da América Latina, Brasil inclusive, foram jogados diante de uma realidade de grande retrocesso (chegando a ser um retrocesso civilizacional)**





O povo na posse de Lula.

Ampliou-se o exército de deserdados, “desclassados”, e a violência adquiriu uma extensão inédita. Em muitos países desestruturou-se a base da atividade econômica, atingindo-se até mesmo o nível da desindustrialização.

Na América do Sul desenrola-se um cenário político contraditório, caracterizado por profunda crise estrutural e por grandes ameaças aos seus povos. Ao mesmo tempo, ocorre crescente avanço da resistência ao neoliberalismo, extenso clamor por mudanças. Destacam-se aí importantes conquistas políticas, que podem se tornar favoráveis aos trabalhadores e às camadas populares — com os governos de Chávez, na Venezuela; Lula, no Brasil; Gutierrez, no Equador; o rápido crescimento eleitoral das forças progressistas e de esquerda na Bolívia e Uruguai; e a elevação da consciência antineoliberal e do movimento de massas na Argentina. O fracasso dessas políticas neoliberalizantes e os estragos sociais provocados vieram produzindo uma situação de crescente resistência dos trabalhadores e povos dessa região como demonstrou recentemente o Terceiro Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre.

### O novo governo e seus desafios

A vitória de Lula surge desse contexto de crise e resistência, sendo uma expressão da realidade própria do Brasil. O novo governo, recém-instalado, representa uma frente de forças de esquerda e de centro do espectro político brasileiro. A composição do governo Lula, o seu Ministério, tem uma marca democrática, plural, sob a plena hegemonia do Partido dos Trabalhadores. O PCdoB participa do novo

governo. Pela primeira vez em nosso país os comunistas compõem o primeiro escalão do governo da República. O Partido aceitou o convite do presidente Lula para liderar a bancada do governo na Câmara Federal por considerar que deveria fazer parte das forças protagonistas deste novo ciclo histórico, que abre a possibilidade para a realização de um projeto democrático, nacional, popular-progressista nas condições atuais do Brasil. Desde 1989, na transição democrática, o PCdoB compõe com o PT um núcleo de forças precursoras de uma saída de sentido democrático-popular e progressista para o Brasil. Na bata-

lha eleitoral do ano passado, o Partido teve um papel protagonista na formulação programática e na conformação da frente política que prevaleceu.

Agora, diante do desafio de governar e honrar o programa assumido com o povo, os comunistas não podem ficar de fora. É preciso viver essa experiência, porque ao vivenciá-la, além de o Partido cumprir suas responsabilidades, este é um meio de ele se aproximar de seus objetivos maiores. Lula foi eleito assumindo a bandeira da mudança, com quase dois terços do número de votos, num clima de grande expectativa acerca de outro destino para o nosso país. Como acentuou Aldo Rebelo, o novo líder do governo, “nossa presença é simbólica e representativa do ambiente de esperança em que vivemos”.

O Partido Comunista tem consciência do tamanho do desafio. O êxito do governo Lula terá um significado histórico, de grande transcendência. A busca de um novo caminho, alternativo ao neoliberalismo, não tem sido fácil, nem simples, porque o neoliberalismo é o próprio padrão contemporâneo de reprodução do capital. É o capitalismo moderno. Isto é, um movimento determinado pela necessidade de liberdade de circulação de capitais a partir da imposição da desregulamentação financeira de todos os mercados e da flutuação do câmbio. Esse processo provocou inédita mobilidade do capital financeiro e, ao mesmo tempo, a centralização gigantesca do capital e da riqueza em escala mundial.

A avalanche do capital financeiro transnacional impôs a países como o Brasil abertura irrestrita de seus mercados, privatizações, aquisições e fusões pelo capital



estrangeiro e estrito controle fiscal e monetário. Isto condicionou uma situação estrutural de maior endividamento e vulnerabilidade do Brasil, semiestagnação econômica, crises cambiais constantes. Diante da iminência da insolvência, o país teve que se sujeitar ao aporte financeiro, condicionado à política econômica, do FMI, que se tornou permanente.

A luta pela alternativa ao neoliberalismo tem caráter estrutural antiimperialista e, em certa medida, anticapitalista. Não se trata de uma contenda que alcança a sua superação definitiva no quadro de novos arranjos capitalistas. A luta alternativa se choca com o sistema de poder imperial e a oligarquia financeira dominante, num mundo em que prevalece um quadro de defensiva estratégica para as forças transformadoras, revolucionárias. Tudo indica que, depois da derrota estratégica culminada com o fim da União Soviética, o novo caminho, ou a formação do fator consciente necessário à condução da alternativa avançada, será um empreendimento que envolverá amplos e variados setores políticos antagônicos e críticos ao sistema dominante atual. Demanda a formação de ampla frente mundial contra a guerra imperialista, a unidade dos povos e a integração regional dos países – no caso do Brasil, o fortalecimento dos laços com a América Latina e, em especial, com a América do Sul –, e a formação de frentes internas nos diversos países para a retomada do projeto democrático e emancipador. Será um processo prolongado e diversificado de lutas, em que se acumularão condições para a mudança do balanço de forças atual.

A luta pela alternativa ao neoliberalismo tem, em suma, uma dimensão mundial, nacional e estrutural e vai sendo construída pela definição de novo caminho, capaz de arrastar a grande maioria dos trabalhadores e das massas populares para um novo modelo de desenvolvimento soberano, democrático, de base popular. Por isso, essa alternativa ainda tem que ser concretizada. O governo Lula encontra-se diante desse imenso desafio. O novo governo, resultante de uma expressiva vitória eleitoral, compreendida nos limites da institucionalidade vigente, encontra uma estrutura econômica dependente do capital forâneo, liberalizante, e uma correlação de forças, surgida das eleições, em que as correntes conservadoras mantiveram posições importantes. Em razão dessa situação, o governo Lula não reúne ainda forças necessárias para o desprendimento abrupto, para a ruptura imediata com o rumo dominante precedente. As novas forças vitoriosas ganharam o governo central, porém ainda não conquistaram o poder de forma plena.

Em função dessa realidade, neste momento inicial o governo Lula vai se definindo por três partes constitutivas: instrumentos de política econômica conservadora, resul-

tante da herança proveniente da reestruturação ultraliberalizante da década de 90 e da qual ele de pronto não conseguiu se livrar; compromisso prático de extinguir a fome, seqüela histórica de nosso país, chamando atenção para os cinturões de miséria existentes, tendo em vista a retomada do desenvolvimento, cujo eixo central é a transformação social; e política externa ativa e afirmativa, reforçando os aspectos da soberania e o papel de liderança principal do Brasil na integração da América do Sul e ampla reativação do Mercosul, além da defesa da paz.

### Mudança x continuidade

Nas condições dadas pela pesada herança deixada pelo governo FHC, o governo Lula, no seu começo, ingressa numa fase de transição a um novo projeto nacional que deve ter três eixos centrais: a recomposição do Estado brasileiro, a reconstrução da soberania do país e a consecução de uma nova política econômica centrada na retomada do desenvolvimento e voltada para o bem-estar da população. Encontrará, nesta empreitada, importantes obstáculos – a política imperialista e hegemônica dos Estados Unidos e os interesses da oligarquia financeira externa e interna. Por essa razão, a fase de transição é marcada pelo embate entre mudança e continuidade, avanço e recuo. Desse modo, o centro da questão da existência vitoriosa do novo governo passou a ser o meio e o processo pelo qual possa se desprender dos paradigmas e estruturas implantados pelo governo passado e por cuja continuidade há enormes pressões no momento.

O urgente desafio, para o atual governo, da retomada do crescimento, tendo como objetivo a “inclusão social” – ou seja, distribuição de renda e ampliação do mercado interno – não será alcançado mantendo-se os fundamentos da política econômica dominante. Fernando Henrique, no seu desespero de esconder o estrago deixado, afirmou que entregava a seu sucessor um país preparado para crescer. Ele perpetrou oito anos de governo assentado nos atuais fundamentos, levou o país a uma semiestagnação no seu crescimento e ao retrocesso na renda média per capita. Esses fundamentos devem ser modificados.

Lula assumiu durante a campanha, considerando o nível da batalha em curso, compromissos com os contratos estabelecidos pelo governo de Fernando Henrique. O Partido tem afirmado que, apesar de ser necessário considerar os

**Deve-se buscar, igualmente, a formação de uma base parlamentar a mais ampla de sustentação do governo Lula.**



acordos e contratos anteriores, isso não nos impede de questioná-los e revisá-los. Os contratos e acordos entre Estados ou com organismos multilaterais e empresas não têm um caráter pétreo. Podem ser revisados ou até anulados quando julgados prejudiciais aos interesses nacionais e do povo do país.

O Partido tem a opinião de que, no conjunto das ações governamentais, é fundamental buscar o êxito da campanha Fome Zero, reforçando a marca social; e avançar na linha de uma política externa afirmativa, que resguarde a nossa soberania e a dos outros povos e se empenhe pela paz e o desenvolvimento. Assegurar, ainda, uma posição independente e afirmativa dos interesses do nosso povo diante da proposta da Alca – o novo “consenso norte-americano”, baseado na sua estratégia de empreender a anexação dos países do Continente.

### **Maioria política e mobilização popular**

No modo de ver do PCdoB, duas iniciativas devem integrar esta fase inicial do governo: a construção de nova maioria política e a mobilização nacional pelo desenvolvimento já.

Primeiro, a formação da maioria política abarcando todos os níveis, fóruns e instituições. Assim, a justa iniciativa da constituição dos conselhos para consultas ou realização de pactos políticos visa à composição de blocos majoritários para a mudança. Pelas razões já expostas, não é possível o consenso de todos. Deve-se buscar, igualmente, a formação de uma base parlamentar a mais ampla de sustentação do governo Lula. Não é possível também a composição com todos. A oposição conservadora, apesar de sua fragmentação atual, em consequência da derrota eleitoral presidencial, mantém governos de grandes Estados, tem importante força no Congresso e tem a confiança da oligarquia financeira dominante. Não pode ser subestimada!

Segundo, a deflagração de um amplo movimento nacional pelo desenvolvimento, produção e emprego envolvendo empresários, trabalhadores, e a grande maioria do povo, é um meio de começar a superar a atual ordem econômica dominante. Existe uma realidade objetiva propícia a tal empreendimento. As reformas atualmente propostas devem estar a serviço dessa construção desenvolvimentista. Esse é também o caminho que cria a base para a inclusão social, a ampliação do mercado interno – ou seja, a transformação social. Os meios existem, fora da restrição orçamentária deixada pelo governo, considerando a possi-

## **São necessárias respostas na garantia da recuperação progressiva do nível salarial e na definição de um novo plano de reforma agrária massiva.**

bilidade de grandes investimentos prioritários em bens de consumo popular e infra-estrutura, que podem ser realizados sem o concurso de divisas estrangeiras, através de bancos e empresas estatais como BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Petrobras, Eletrobras, etc. São instrumentos importantes para a retomada do desenvolvimento. Evidentemente, sem

a adoção mais rápida de uma política ativa de diminuição de juros, essa retomada do desenvolvimento em nível elevado poderá fracassar. Ao mesmo tempo, são necessárias respostas na garantia da recuperação progressiva do nível salarial, sobretudo do salário mínimo, e na definição de um novo plano de reforma agrária massiva.

São medidas para flanquear a blindagem neoliberal e abrir espaço para o plano nacional-desenvolvimentista. As formas de atuação envolvem os debates através dos conselhos que estão sendo criados pelo governo Lula, mas também a mobilização de trabalhadores, setores populares e médios e empresários interessados na mudança. Esse respaldo é vital para que as novas forças que chegaram ao governo nacional possam evitar ficar reféns das elites dominantes.

A formação de uma frente mundial contra a guerra e pela paz, a integração dos povos latino-americanos, em especial da América do Sul, e o desenvolvimento da luta pelo projeto nacional, democrático, soberano e de respeito aos direitos do povo são os desafios atuais para que alcancemos grandes êxitos no caminho da transformação social e na construção de um outro mundo, socialista, possível.

### **Identidade comunista**

O papel dos comunistas, que reafirmam sua missão histórica, define-se, partindo do nível da batalha atual, na contribuição com a coesão de amplas forças sociais e políticas interessadas na superação dos marcos neoliberais e que se aproxime dos seus objetivos maiores – a saída para uma sociedade socialista. A identidade comunista deve ser reforçada nesta nova fase da luta pelos ideais socialistas. É necessária a compreensão da situação concreta e do nível da batalha que se trava. Os comunistas devem desempenhar papel de vanguarda na formação da frente mundial contra a guerra, pela paz, a soberania e a democracia. Devem ter papel de destaque na construção de ampla frente em defesa dos projetos nacionais que desenvolvam a luta pela soberania, democracia e respeito aos direitos do povo. ●

**Renato Rabelo** é presidente do Partido Comunista do Brasil, PCdoB.



# LIBERALISMO Versus DESENVOLVIMENTO- MENTISMO

José Carlos Ruy



Comício pelas reformas de base na Central do Brasil (1964).



## O conflito entre modelos de desenvolvimento é tão antigo quanto a vida independente do país. Hoje, essa luta pode ser superada pela construção de um novo rumo para o Brasil

**M**udança: este sentimento levou Luís Inácio Lula da Silva à presidência da República na eleição de 2002: ele significa a exigência de um novo modelo de desenvolvimento, de um novo rumo para o país. Uma expectativa que não é nova na história brasileira: o conflito entre modelos opostos atravessou todo o período independente onde, ao contrário da pretendida modernidade dos neoliberais, foi a concepção liberal da economia e da integração subordinada do país no comércio mundial que

predominou até a República Velha, com exceção dos curtos intervalos quando uma política fiscal e aduaneira protecionista temperou o livre-cambismo predominante.

Modelos de desenvolvimento refletem os interesses dominantes, a concepção de nação que prevalece e os favorece, e também a correlação de forças que permite a emergência desses interesses e sua expressão como política econômica. São modelos

históricos no sentido de que são condicionados pela luta de classes e resultam da distribuição do poder dentro de uma dada sociedade e de suas relações externas. Aplicase, aqui, aquilo que Engels escreveu a respeito da história: ela “se faz de tal modo que o resultado final sempre deriva dos conflitos entre muitas vontades individuais, cada uma das quais, por sua vez, é o que é por efeito de uma multidão de condições especiais de vida. São, pois, inumeráveis forças que se entrecruzam umas com outras, um grupo infinito de paralelogramos de forças, das quais surge uma resultante – o acontecimento histórico – que, por sua vez, pode considerar-se produto de uma força que, como um todo, atua sem consciência e sem vontade”.

Os modelos de desenvolvimento desse tipo não são, por isso, formulações *a priori* prontas e acabadas, que uma força social propõe ao país. Eles partem de linhas gerais – definidas pelos interesses das classes sociais conflitantes –, mas se definem no choque político, econômico e social. Cada força social compreende as for-

mulações propostas a partir de suas próprias visões de mundo, suas necessidades e interesses, mas a intervenção consciente no processo histórico é apanágio de outro modelo, radicalmente diferente, cujo propósito é a superação do sistema capitalista – o socialismo, que não será considerado neste artigo.

No Brasil, esse conflito refletiu, desde o início, a oposição entre a defesa da independência e autonomia do país, que pode ser chamada de desenvolvimentista, contra a aliança entre a oligarquia mercantil, agro-exportadora, e os interesses externos (no passado, coloniais; depois, imperialistas), que é liberal, ou neoliberal.

Um marco da origem da linhagem liberal foi a queixa, de 1770, dos comerciantes do Rio de Janeiro ao vice-rei do Brasil, Marquês de Lavradio, contra a fabricação de tecidos no país. Eles dominavam o comércio externo e já eram uma facção de destaque nas classes dominantes brasileiras, formada ainda no período colonial, cuja existência estava ligada àquele sistema; suas queixas estão na origem da decisão da rainha Maria I de proibir, em 1785, as manufaturas coloniais. A proibição só foi revogada depois de 1808, quando a família real portuguesa mudou-se para o Brasil. Começou então o combate entre os dois modelos, que atravessou os séculos XIX e XX, e ainda se mantém. Um dos representantes da posição liberal, favorável ao livre comércio, à agro-exportação, ao tráfico de escravos, e alinhada com os interesses da Inglaterra, foi o visconde de Cairu, antiindustrialista, que inventou (em 1811) a distinção entre indústria natural (aquela que tem matérias primas, equipamentos e tecnologias já existentes no país) e contranatural (aquela que fosse protegida por tarifas alfandegárias), argumento que faria longa carreira contra a instalação de indústrias no Brasil. Para Cairu, a proteção à indústria diminuiria as importações, prejudicando o capital mercantil e também os latifundiários, pois as exportações poderiam diminuir.

Esse debate marcou a época da independência; José Bonifácio, ainda em 1821, queria um país autônomo e capaz de defender seus interesses. Para isso, preconizava o fim da escravidão; distribuição de terras a ex-escravos, imigrantes, índios e lavradores pobres; fomento da agricultura de alimentos e matérias primas para a produção

Cada força social compreende as formulações propostas a partir de suas próprias visões de mundo, suas necessidades e interesses



nacional; proteção às fábricas nacionais; construção de estradas para interligar o país; e investimentos para elevar o nível de educação dos brasileiros. Combatia ainda o predomínio das finanças sobre o governo: “Infeliz o governo cuja administração econômica é seduzida, e dominada pelas finanças: três vezes infeliz aquele onde se diz a alta finança”, escreveu.

Suas idéias foram derrotadas pelos colonialistas que dominaram o movimento da Independência, afastaram-no do governo e passaram a ter voz ativa junto a dom Pedro I. O latifúndio e o grande capital mercantil juntaram-se aos ingleses, formando o bloco agro-exportador, cujos interesses haviam imposto os tratados comerciais de 1810, que abria o mercado brasileiro às mercadorias britânicas. Estava aberto e pavimentado o caminho para a manutenção da arcaica estrutura social do colonialismo, e começava a afirmar-se a idéia da vocação agrícola do Brasil; já em 1825 Bernardo Pereira de Vasconcelos dizia que o país devia permanecer essencialmente agrícola.

A política econômica do império foi liberal (ou livre-cambista) até 1844, quando os tratados de 1810 foram substituídos por uma política alfandegária que atendia aos interesses fiscais e protegia a indústria. Foi a tarifa Alves Branco, que permitiu o primeiro surto de industrialização do país. A história do Visconde de Mauá — que já era um grande empresário e construiu então o estaleiro de Porto de Areia, um dos maiores do mundo —, é emblemática de contradições que não foram resolvidas até hoje. Ele prosperou sob o protecionismo, mas não sobreviveu à reforma liberal que, a partir de 1857, eliminou as taxas de importação e prejudicou severamente a indústria que nascia.

Desde então, até o final do império, o cenário econômico foi marcado pela exigência de apoio à economia nacional e à indústria; e da ruptura com o livre-cambismo, considerada por muitos como fundamental para derrotar de vez o colonialismo e completar o processo de autonomia iniciado em 1822. Não foi sem razão que os últimos gabinetes do Império esboçaram uma política de amparo às fábricas nacionais, continuada nos dois primeiros governos republicanos, entre 1889 e 1894, que foram claramente protecionistas.

Para Rui Barbosa, ministro da Fazenda do marechal

Deodoro, no primeiro governo republicano, a indústria era fundamental para elevar a riqueza material do país e dar fundamento à democracia que a República prometia. Essa opção foi sinalizada pela lei do Similar Nacional, de 1890, que dificultava a importação de bens já produzidos no país, lei que atravessou todo o período republicano e foi revogada por Fernando Collor de Mello, cem anos mais tarde.

Rui Barbosa foi também autor de uma reforma ban-

cária, para facilitar o crédito e fomentar a produção. Ele previa a emissão da moeda garantida por títulos do Tesouro e ancorada na produção nacional e no crescimento da riqueza do país. Reforma justificada por ele, mais tarde, com o argumento de “que as finanças do Tesouro dependem radicalmente da atividade produtora das forças nacionais, e que não podem ter desenvolvimento sem insti-

tuições que impulsionem o trabalho, ministrando-lhe os instrumentos da expansão”. Para os metalistas (os monetaristas da época, que correspondem aos neoliberais de hoje), era uma heresia que contrariava a teoria clássica segundo a qual a moeda só podia ser ancorada em reservas externas obtidas com o comércio exterior. A proteção à produção nacional continuou sob Floriano Peixoto, cujo ministro da Fazenda, Serzedelo Corrêa, foi um importante líder protecionista, para quem só a indústria poderia “desenvolver as forças produtivas dos países novos” e, assim, assegurar a prosperidade da nação, diz Nícia Vilela Luz.

Essa política foi abandonada por Prudente de Moraes, líder oligárquico paulista. Ele iniciou o retorno liberal, consolidado por seu sucessor, Campos Salles, e seu ministro da Fazenda. Campos Salles, em 1899, assim definira os “sãos princípios econômicos”: “exportar tudo quanto pudermos produzir em melhores condições que os outros povos, e procurar importar o que eles possam produzir em melhores condições do que nós”. Nesse ano, ele renegociou a dívida externa, aceitando as imposições dos Rotschild, banqueiros ingleses que eram os principais credores do país. Deu como garantia as rendas dos portos, da Estrada de Ferro Central do Brasil e do serviço de abastecimento de água do Rio de Janeiro. Os credores externos impunham condições semelhantes às que, hoje, fazem parte do

**Para Rui Barbosa, ministro da Fazenda do primeiro governo republicano, a indústria era fundamental para elevar a riqueza material do país e dar fundamento à democracia que a República prometia.**



receituário neoliberal, semelhança ilustrada pelo comentário do historiador José Maria Bello sobre o funding loan: “Residia no equilíbrio do Tesouro o problema essencial do Brasil. Para resolvê-lo, eram medidas indispensáveis: a deflação, a implacável compressão das despesas, o aumento dos impostos, o abandono das obras públicas, o melancólico retorno aos campos, o afastamento do Estado de qualquer atividade industrial, que somente poderia frutificar pela livre iniciativa do indivíduo.” Desde “que o Governo conseguisse sanear a moeda, elevando as taxas cambiais e equilibrando os orçamentos, a reconstituição das forças econômicas se operaria automaticamente, livre da perigosa interferência oficial”.

Com a revolução de 1930 teve início a chamada era Vargas (que Fernando Henrique Cardoso prometeu encerrar), fortalecendo a idéia da necessidade de uma política para o desenvolvimento do país.

**M**as o liberalismo não estava morto, e o debate aberto entre as duas opções eclodiu em 1944, no Conselho Nacional de Política Industrial, polarizado por figuras como Roberto Simonsen, campeão da industrialização, e Eugênio Gudin, o patrono dos neoliberais brasileiros. Gudin rejeitava a industrialização, queria o Estado fora das atividades econômicas, a restrição e o controle do crédito. Pensava que o Brasil devia “exportar muito e importar muito” (como seus antepassados: a dupla Campos Salles/Joaquim Murinho); pregava a liberdade para o capital estrangeiro; a igualdade de tratamento entre o capital nacional e o estrangeiro; a abolição de

qualquer restrição à remessa de lucros; finalmente, o revigoramento da agro-exportação e a preservação de sua preponderância na economia do país, diz Eli Diniz.

Este foi o conjunto de idéias, que Sônia Regina Mendonça identificou como neoliberais, que articulou as oposições ao Estado Novo e, depois, a Vargas e sua herança. Essa ideologia uniu agro-exportadores, grupos importadores, e setores da classe média urbana, todos eles “desejosos de livrar-se quer do confisco cambial, quer da seletividade das importações praticadas pelo Estado”.

O nacional-desenvolvimentismo surgiu contra essas teses, sendo expresso já na Carta Econômica de Teresópolis, de maio de 1945. Os nacionalistas defendiam o desenvolvimento industrial, e inclusive o Partido Comunista do Brasil aderiu a esse modelo como forma de superar o atraso neocolonial. Definido nas décadas de 1940 e 1950, esse modelo teve seu ponto alto nos governos de Vargas (1951/1954) e João Goulart (1961/1964).

Os defensores do modelo mais antigo, mais conservador e enraizado no passado colonial: o liberalismo, mantiveram-se na ofensiva, usando em sua defesa todos recursos internos e externos.

Do entrelaço entre estas duas visões nasceu, na década de 1950, um modelo híbrido, o dependente associado; foi uma espécie de combinação de características de cada uma delas.

Entre os modelos que se definem mais ou menos espontaneamente, ao sabor das condições da luta de classes e suas imposições é preciso considerar ainda aquele que pode ser definido como democrático, econômico nacional e popular.

### O modelo liberal ou neoliberal

Conhecido no passado como liberal, ou livre-cambista – e hoje como neoliberal –, esse modelo baseia-se na visão colonial (reiterada pelo imperialismo) de que, na divisão internacional do trabalho, cabe aos países ricos a produção de bens industriais e de alto valor agregado, e à periferia colonial e semicolonial a produção de alimentos, matérias primas e outros insumos. Seu dogma é a teoria das “vantagens comparativas” definida no início do século XIX por David Ricardo, segundo a qual cada nação só deve produzir aquilo que pode fazer melhor, e importar das demais o que elas produzem com mais eficiência, teoria que favorecia as indústrias inglesas. Ela e o livre-cambismo que dela decorreu foram adotados.

A teoria das vantagens comparativas, e o livre-cambismo que decorreu dela, foram adotados pelos setores agro-exportadores e mercantis que eram, desde o período colonial, a contrapartida dos grupos dominantes na economia mundial e que, assim, beneficiavam-se da posição subalterna do país no contexto mundial. Estes grupos conseguiram seu poder depois da Independência, da República e da revolução de 1930, e foram o principal foco de oposição ao desenvolvimento autônomo do país após a Segunda Grande Guerra. Hoje, são os principais aliados internos do imperialismo, sendo o esteio da política neoliberal de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso.

**Os defensores do modelo mais antigo, mais conservador e enraizado no passado colonial: o liberalismo, mantiveram-se na ofensiva, usando em sua defesa todos recursos internos e externos.**



Sua influência manifestou-se nos governos do marechal Eurico Gaspar Dutra, entre 1946 e 1951, e Café Filho, em 1954/1955. O liberalismo de Dutra levou a uma abertura econômica que dissipou, em apenas dois anos, as reservas externas de 600 milhões de dólares acumuladas durante a guerra, e que Vargas pretendia usar para a recuperação tecnológica da indústria brasileira. Segundo Edgard Carone, “a conseqüência é que, nestes anos, dá-se a importação livre de bugigangas – brinquedos, eletrodomésticos, bebidas, automóveis”. Após o suicídio de Vargas, em 1954, essa política foi retomada por seu sucessor, Café Filho, e por Eugênio Gudin, cuja presença no ministério da Fazenda foi saudada pelo jornal norte-americano *The New York Times* como “o homem certo, no lugar certo, na hora certa”. Era o governo da oligarquia agro-exportadora, dos grandes grupos financeiros e dos aliados internos do imperialismo. Durou pouco, pois, apesar das tentativas golpistas de 1955 para impedir sua posse, Juscelino Kubitschek assumiu a presidência e implantou o Plano de Metas, que substituiu aquela orientação liberal.

Mesmo em 1964, a resistência contra o modelo liberal foi grande, explicando as contradições da ditadura e o fracasso dos generais em impor, de forma plena, as idéias de Otávio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos, legítimos herdeiros da linhagem de Cairu, Murtinho e Gudin e seguida pelos neoliberais de nosso tempo. Durante o governo do marechal Castelo Branco, eles impuseram o PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo), que seguia de forma submissa a receita do FMI: corte nos gastos do governo, restrições de crédito, arrocho salarial, aumento dos impostos. Política que já havia enfrentado, em julho de 1964, a oposição de cafeicultores e industriais; de trabalhadores; de setores da classe média. Em São Paulo, mais de 5 mil fábricas fecharam; os salários caíram, em 1964, 25% em relação a 1957; 40% em 1966.

Outro traço daquela política, e um dos preconceitos mais fortes do neoliberalismo, é o menosprezo pela soberania nacional, indicada na época pelo próprio presidente da República, o marechal Castelo Branco que, em julho de 1964 disse, num discurso, que “a independência é um valor terminal”, que só pode ser preservado com “a aceitação de um certo grau de interdependência, quer no campo militar, quer no econômico, quer no político”.

O liberalismo puro sangue só se impôs após o fim da ditadura militar: foi o neoliberalismo de Collor e FHC. Suas premissas, registradas no chamado Consenso de Washington, eram as mesmas que se repetiam desde Cairu, do Império, de Joaquim Murtinho e de Eugênio Gudin.

Resumindo a receita do FMI, do Banco Mundial, de Wall Street e do governo norte-americano, preconizava uma estratégia de ajustamento econômico, baseada em três passos a serem dados, nessa ordem: 1 – estabilização da economia (combate à inflação); 2 – realização das chamadas reformas estruturais (privatizações, desregulamentação de mercados, liberalização financeira e comercial); e 3 – retomada dos investimentos estrangeiros.

O programa do PSDB para a eleição de 1994 refletia essas idéias conservadoras. Chegou a prever “uma verdadeira avalanche de capitais que virão do exterior ou serão transferidos da especulação financeira para a produção” e baseou

nessa idéia temerária sua estratégia de desenvolvimento. Seu aliado, o PFL, falava em “incorporar as idéias do moderno liberalismo” e em “uma economia de mercado onde os agentes econômicos possam exercer plenamente as liberdades de produzir, investir e consumir”. Onde está escrito “agentes econômicos” deve-se ler o capital, e principalmente o grande capital. Aqueles dois partidos conservadores queriam reduzir o papel do Estado no desenvolvimento e Fernando Henrique Cardoso repetia dogmas liberais já testados e ultrapassados dizendo ser preciso “aproveitar nossas vantagens estratégicas: metas audaciosas na agricultura, programas intensivos de treinamento de mão-de-obra, expansão dos setores de serviços, especialmente no turismo, etc. E muito investimento (privado, local e internacional, junto ao que seja possível no setor público) em energia, portos e transportes”. Sem dizer nada sobre indústria ou política industrial, indicava o sentido da integração subordinada do Brasil ao sistema produtivo mundial, e defendia e atualizava a velha opção pelo atraso e pela dependência.

### O modelo nacional desenvolvimentista

A idéia de um desenvolvimento capitalista autônomo, que emergiu com força nos dois primeiros governos republicanos, tomou corpo sob Vargas, na ditadura do Estado Novo, quando o governo passou a intervir de maneira direta para favorecer o desenvolvimento industrial.

Mas foi com a volta de Vargas à presidência, em 1951, que a disputa entre os modelos de desenvolvimento assumiu sua feição moderna. Já como senador, na legislatura iniciada em 1946, Vargas havia investido contra a orgia liberal de Dutra, insistindo na necessidade do

**O liberalismo puro sangue só se impôs após o fim da ditadura militar: foi o neoliberalismo de Collor e FHC.**



desenvolvimento do país. "Limitar a atividade de uma nação que se encontra entre as três primeiras do mundo, como potencial de energia hidrelétrica e jazidas de ferro, limitar essas energias à vida rural, significa dar provas de incapacidade e de mentalidade colonial", disse ele. E insistiu nesse ponto durante a campanha presidencial de 1950: "A minha atuação obstinada foi transformar em nação industrial uma nação paralisada pela monocultura extensiva e pela exploração primária das matérias primas".

Transformar o velho Brasil agrário numa nação industrial moderna e autônoma, esse foi o sonho nacional reformista: dotar o país de infra-estrutura industrial, com a implantação de um parque siderúrgico, de uma fábrica de motores e de caminhões, garantir o controle pelo país de suas reservas minerais e recursos naturais. Era um nacionalismo moderado, que admitia a participação do capital estrangeiro, desde que controlado por leis nacionais; era um programa para a burguesia brasileira. Vargas entrevia a possibilidade desse desenvolvimento através da ampliação do mercado interno e do fortalecimento da produ-

ção. O governo foi a luta pelas reformas de base, a feição que o nacional reformismo assumiu então: democratização do Estado; reforma da Constituição de 1946; democratização do ensino e da cultura; reforma agrária; melhoria no abastecimento e combate à carestia; combate aos monopólios privados; estatização e apoio creditício à produção; desenvolvimento econômico independente; estatização do câmbio, comércio exterior, crédito e da exploração das riquezas minerais; planejamento governamental; defesa das empresas brasileiras; política externa independente. A mudança fundamental almejada era o fim do latifúndio e o controle do capital estrangeiro, por meio da lei de remessa de lucros.

### O modelo associado dependente

Uma alternativa ao conflito entre o desenvolvimentismo e o liberalismo começou a surgir ainda no segundo governo Vargas, quando algumas autoridades, como o economista Roberto Campos, passaram a defender o capital estrangeiro para financiar a industrialização. A conciliação dos interesses do imperialismo e da oligarquia agro-exportadora com a idéia de desenvolvimento

tomou impulso sob o governo Café Filho, que criou a certidão de batismo de um novo modelo, chamado associado dependente: a Instrução 113 da Sumoc (que era o Banco Central de então), de 17/1/1955. Ela deu aos investidores estrangeiros, diz o historiador Caio Prado Jr, "o direito de trazerem seus equi-

pamentos sem nenhuma despesa cambial, enquanto os industriais nacionais eram obrigados a adquirir previamente, com pagamento à vista, as licenças de importação exigidas para trazerem do exterior os equipamentos de que necessitassem."

Seus autores foram Eugênio Gudín (diretor no Brasil da multinacional norte-americana Amforp, American Foreign Power) e seu escudeiro, Otávio Gouveia de Bulhões, dirigente da Sumoc. A semente que lançaram floresceu no governo de Juscelino Kubitschek (1956/1961), que aprofundou a substituição de importações e, com a Instrução 113, acelerou a vinda de multinacionais.

Para a classe dominante brasileira, foi um verdadeiro achado; esse projeto de modernização conservadora unificou suas várias facções, deu-lhes um projeto nacional, ligou-as aos interesses do imperialismo e, ao mesmo tempo, promoveu a modernização sem alterar

## Transformar o velho Brasil agrário numa nação industrial moderna e autônoma, esse foi o sonho nacional reformista: dotar o país de infra-estrutura industrial, garantir o controle pelo país de suas reservas minerais e recursos naturais.

ção destinada ao consumo nacional. Outra base do modelo era a regulamentação da remessa de lucros dos capitais estrangeiros (lei que Vargas havia instituído em 1945, e foi revogada pelas forças conservadoras que o depuseram); política externa independente e definida de acordo com os objetivos políticos, econômicos e culturais do país; reforma agrária.

**V**argas não pôde terminar seu segundo mandato, e suicidou-se para não ser deposto. Com ele, o nacional reformismo também foi afastado do comando da economia do país, ao qual voltou em 1961, quando – depois das peripécias que resultaram da renúncia do presidente Jânio Quadros e da tentativa do golpe militar contra a posse do vice – João Goulart assumiu a presidência. Ele era uma espécie de herdeiro político de Vargas, com a desvantagem de ser ainda mais vacilante e conciliador do que o velho caudilho. A marca de seu



as velhas estruturas sociais e a dependência externa. Com a grande vantagem de, com o crescimento na oferta de empregos, responder às pressões populares.

Era um caminho adequado também para o imperialismo, ao levar a uma industrialização que não concorria com seus interesses, como chamaram atenção Lincoln Gordon (o poderoso embaixador norte-americano na época da conspiração contra Goulart e do golpe de 1964) e Engelbert L. Grommers num estudo sobre os investimentos americanos no Brasil entre 1946 e 1960, publicado em 1962. Segundo eles, a associação tinha vantagens econômicas e políticas. Econômicas: ela “reduz os gastos de capital requeridos por um projeto”, e o investidor estrangeiro se beneficia da experiência local de produção, do pessoal técnico e gerencial e das redes de distribuição já instaladas. Políticas: a associação “pode significar proteção contra pressões nacionalistas”.

O modelo associado dependente baseou-se na aliança entre o Estado, empresas privadas nacionais e empresas multinacionais, cujo motor era a atração de capitais, tecnologias e empresas estrangeiras. Foi temperado pelo reconhecimento da potencialidade reguladora do poder do Estado – tida como capaz de conservar as vantagens do sistema capitalista e eliminar seus problemas.

O resultado foi uma mudança de rumo na industrialização que, até então, ela era parcialmente autônoma, baseada em empresas brasileiras, estatais e privadas, e apontava para a formação de um incipiente setor de bens de produção. Sob Juscelino e seu Plano de Metas, ocorre “o ingresso maciço de capitais externos, que se dirigem precipuamente para o setor de bens de consumo duráveis”, que passa a liderar a nova expansão industrial, diz Duarte Pereira. A industrialização passa a ter “características inteiramente novas, que vão ficar ainda mais claras durante os governos militares, os quais não alteram esse padrão, mas o aprofundam”. A consequência é uma industrialização deformada, que precocemente torna-se monopolista, que “aumenta a dependência ‘estrutural’ e ‘tecnológica’ do país em relação a importações”, além de transferir para o exterior “os impulsos dinâmicos que poderiam originar-se da inter-relação entre os diferentes segmentos industriais.”

Sob os militares de 1964, esse modelo teve uma inflexão não democrática. A ditadura nasceu dividida, e o foco da divergência não era a presença do capital estrangeiro ou a manutenção do latifúndio e do predomínio dos interesses agro-exportadores, mas o papel do Estado no desenvolvimento. Essa divergência está na base da evolução contraditória da ditadura que, tendo nascido contra o estatismo nacional desenvolvimentista, fomentou a

maior intervenção do Estado na economia.

Desde a República Velha os militares defendem a modernização com objetivos corporativos próprios – implantar uma base industrial que permita a auto-suficiência na produção de armas e suprimentos bélicos; o controle dos recursos naturais do país, particularmente os minerais; a adoção de uma matriz energética autônoma; a construção de uma infra-estrutura de comunica-

## O modelo associado dependente baseou-se na aliança entre o Estado, empresas privadas nacionais e empresas multinacionais, cujo motor era a atração de capitais, tecnologias e empresas estrangeiras.

ções integrando o território nacional. Com a ditadura de 1964, e sem o relativo impulso autonomista desse programa, os militares o colocaram colocá-lo em prática. No conflito entre o nacional desenvolvimentismo de Vargas e Goulart, e o liberalismo de Castelo Branco, prevaleceu entre os chefes militares um modelo que, subordinado à doutrina de segurança nacional, atendia àquelas exigências e propunha-se a vencer o subdesenvolvimento que tornava o país vulnerável ao que seus idealizadores chamavam de “estratégia indireta dos comunistas” e, ao mesmo tempo, permitia que o Brasil cumprisse sua vocação de grande potência, como queriam os generais. Nesse rumo, à margem de qualquer controle democrático, os militares agravaram as contradições do modelo dependente e associado, aprofundando a dependência externa do país e tornando mais agudas suas graves desigualdades sociais.

A propaganda conservadora garante que o nacional desenvolvimentismo “não deu certo” e, por isso, deve ser arquivado. É um engano apologético: tendo enfrentado a oposição de interesses poderosos, no país e no exterior, ele nunca chegou a ser adotado de forma completa. Foi derrotado militarmente em 1964 e, por isso, nunca pôde demonstrar seus méritos e defeitos. Desconhecendo essa verdade histórica, os neoliberais explicam a crise da década de 1980 com a tese falsa do fracasso daquele modelo. O que sucumbiu na verdade foi o arranjo elaborado pela aliança entre conservadores, antiindustrialistas e representantes do imperialismo, o modelo dependente e associado, e sua versão



militarista, que fracassou juntamente com a ditadura de 1964. Foi o esgotamento do modelo dependente associado, e não do nacional-desenvolvimentismo típico da era Vargas e Goulart. Baseado no financiamento externo, suas dificuldades cresceram quando o fluxo de investimentos estrangeiros se inverteu, diminuindo as aplicações em países como o Brasil. Crise que coincidiu com o amadurecimento das contradições sociais na sociedade brasileira, levando-a a uma encruzilhada histórica. A vitória da direita em 1989 – com Fernando Collor –, foi uma tentativa de saída conservadora para o impasse, com a volta da hegemonia liberal. Fernando Henrique Cardoso aprofundou esse rumo, agravando as contradições. O resultado foi a emergência de uma frente compondendo forças nacionais, progressistas, democráticas e populares, que levaram à sua derrota na eleição de 2002 e à abertura da possibilidade da construção de um novo rumo para o país.

### O modelo democrático nacional desenvolvimentista

A exigência de um novo rumo está na agenda brasileira. Ele é indicado pela emergência de um projeto que nunca pode ocupar o poder estatal nem comandar a política econômica de qualquer governo republicano, diz o analista José Luís Fiori. Seus primeiros sinais apareceram na luta ideológica e democrática anteriores a 1964. Aquelas “mobilizações e lutas sociais começaram a se identificar com um projeto de desenvolvimento econômico nacional e popular, que tangenciou, no campo das idéias, o desenvolvimentismo conservador”. Vertente “nacional, popular e democrática” que, diz ele, teve uma primeira versão no Plano Trienal de Celso Furtado e João Goulart, de 1963.

O desenvolvimento capitalista médio já alcançado pelo país, com sua “base produtiva instalada relativamente avançada, uma economia diversificada, produz quase tudo o que é necessário à vida”, admite a alternativa ao neoliberalismo, diz Renato Rabelo. E fundamenta a proposta de um novo rumo: “Essa base produtiva instalada, capaz de produzir de aviões e automóveis a locomotivas, infra-estrutura, petróleo, etc, permite um desenvolvimento autônomo, motivado pela expansão interna, cujo motor de crescimento possa ser o mercado interno”. Para isso, “e como condição para que o crescimento acelerado ocorra – é preciso

reerguer e fortalecer a nação”. As contradições internas e internacionais que precisam ser enfrentadas são enormes. A primeira decorre da dependência, da “submissão ao projeto hegemônico de uma grande potência, os EUA”, diz ele. “Enfrentá-la e afirmar, perante ela, um projeto nacional autônomo, é uma das premissas” de um novo projeto. “Para enfrentar essa situação é preciso romper com a dinâmica em que o Estado se endivida com o grande capital e, depois, incapaz de saldar suas dívidas, entrega a ele o patrimônio público. O Estado precisa retomar sua capacidade de grande investidor, dirigente estratégico, alavancador do desenvolvimento e distribuidor de riqueza.” Outra premissa é a questão democrática. “São elementos inseparáveis a implantação desse novo tipo de desenvolvimento que o programa oposicionista pleiteia a ampliação e fortalecimento da democracia. A formação da maioria de forças em busca da alternativa antineoliberal depende desse amplo apoio popular.”

Um novo modelo de desenvolvimento democrático e nacional precisa também romper com a teoria monetarista da moeda. “O que procuramos”, diz Renato Rabelo, “é uma estabilidade duradoura, e sua saída é apoiar a moeda no desenvolvimento próprio, interno, sustentável. Nenhum país pode viver principalmente com o capital que vem de fora. E uma moeda forte de verdade deve estar baseada na poupança nacional.”

Este caminho foi apontado em 1989 pela Frente Brasil Popular, e reiterado nas campanhas de 1994, 1998 e 2002. O eixo principal de seu programa foi a defesa do povo contra a exclusão social, contra o desemprego, o arrocho salarial, a miséria; a defesa da democracia, contra as ameaças de rompimento da ordem constitucional; e a defesa da soberania nacional, ameaçada pelas imposições imperialistas que se acentuaram nos últimos anos. Priorizar o mercado interno e o desenvolvimento sustentável baseado na distribuição de renda e no

**“O Estado precisa retomar sua capacidade de grande investidor, dirigente estratégico, alavancador do desenvolvimento e distribuidor de riqueza.”**

aumento da capacidade de consumo dos brasileiros. Preocupação reafirmada em 1994, na frente União do Povo - Muda Brasil, que defendeu um governo das forças progressistas, nacionalistas e democráticas para realizar aquele programa e construir um Brasil novo e soberano, avançado e democrático.

Outra definição desse programa está registrada no



manifesto da Frente Democrática e Popular, de 1999, através do qual as forças progressistas e avançadas do país apresentaram uma plataforma de desenvolvimento independente e sustentado. O documento Em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho propôs um novo governo e uma política levando em conta “as questões fundamentais necessárias a um novo rumo”, escreveu Renato Rabelo. “Traz no centro três grandes bandeiras: a reconquista da soberania do país, o desenvolvimento da democracia e a retomada e ampliação dos direitos sociais.”

E apontava com clareza os desafios atuais: “Nunca o presente e o futuro do Brasil estiveram tão ameaçados. Jamais sofreu a nossa soberania as humilhações que ora suportamos. Vivemos um momento crucial em nossa história. Ou os brasileiros dão um basta nesse processo de desconstrução da Nação, ou o próprio futuro de nosso país estará comprometido”.

A proposta democrática e nacional tem antepassados ilustres, como José Bonifácio e Rui Barbosa. Em quase dois séculos de vida independente, o país continua convivendo com problemas ainda não resolvidos. Um deles é a injusta distribuição da posse da terra no país, já denunciada pelo Patriarca da Independência. Outra questão é a necessidade de se completar o processo de autonomia do país rompendo de vez com a dominação externa. É imperioso também completar, radicalizar e consolidar a democracia e os direitos públicos e civis, incorporando todos os brasileiros à luta política, em igualdade de direitos, para que possam participar da construção de um país cuja modernidade seja expressa pelo bem estar do povo e pela saúde da economia, cuja moeda esteja ancorada no solo firme do trabalho das empresas e do povo brasileiros. E que, hoje, é um caminho cuja construção é necessária e possível. 🍷

**José Carlos Ruy** é jornalista e membro do Comitê Central do PCdoB.

### Referências

- Alves, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil — 1964/1984*. Petrópolis, Editora Vozes, 1984.
- Baer, Werner. *A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1977.
- Bello, José Maria. *História da República, 1889/1954*. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1976.
- Borges, Maria Angélica. *Eugênio Gudin — capitalismo e neoliberalismo*. São Paulo, EDUC, 1996.

Cardoso, Fernando Henrique. “Reforma e imaginação”. *Folha de S. Paulo*, 10/7/1994.

Carone, Edgard. *A república liberal*. Vol. I: Instituições e classes sociais (1945/1964). São Paulo, Difel, 1985.

Diniz, Eli. *Empresário, estado e capitalismo no Brasil: 1930/1945*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1978.

Engels, Friedrich. *Carta a José Bloch, 21 [22] de setembro de 1890*. In: Engels, Friedrich. *Cartas sobre el materialismo histórico, 1890/1894*. Moscou, Editorial Progreso, 1980.

Fiechter, Georges-André. *O regime modernizador do Brasil, 1964/1972*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1974.

Fiori, José Luis. “Adeus aos moedeiros falsos”. *Carta Capital*. 30/10/2002.

Frente Democrática e Popular. “Em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho”. *Princípios* n° 55. novembro/dezembro/janeiro 1999.

Gordon, Lincoln. Entrevista a *O Estado de S. Paulo*, 7/8/1988.

Ianni, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1975.

Luz, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil*. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1975.

Luz, Nícia Vilela. *As tentativas de industrialização ano Brasil*. In: Holanda, Sérgio Buarque (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. T. II: O Brasil monárquico. 4º Volume. São Paulo, Difel, 1971.

Marquês do Lavradio. *Relatório apresentado ao vice-rei Luis de Vasconcelos e Sousa, seu sucessor*. In: Visconde de Carnaxide. *O Brasil na administração pombalina*. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1979.

Mendonça, Sônia Regina. *As bases do desenvolvimento capitalista dependente — da industrialização restringida à internacionalização*. In: Linhares, Maria Yedda. *História Geral do Brasil (Da colonização portuguesa à modernização autoritária)*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1990.

PFL — Comissão Nacional de Estudos e Programas. *Princípios e metas fundamentais para um programa de governo, Eleições de 1994*. Primeira versão (versão para debate).

Prado Jr, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1971.

PSDB. *Proposta de Programa de Governo*. Divulgada na Convenção Nacional do PSDB, realizada em Contagem, MG, em 17/5/1994. In: *O Estado de S. Paulo*, 18/5/1994.

Rabelo, Renato. “Pontos fundamentais do programa de reconstrução nacional”. *Princípios* n° 62. agosto/setembro/outubro 2001.

Rabelo, Renato. “Por um movimento amplo em defesa do Brasil”. *Princípios*, n° 53, maio-julho 1999.

Rabelo, Renato. “Um programa para um Brasil soberano e democrático”. *Princípios* n° 48, fevereiro/março/abril 1998.

Ruy, José Carlos. “A modernização conservadora de 64 e o projeto neoliberal”. *Princípios*, n° 33, maio/junho/julho 1994.

Silva, Fernando de Barros e. “O real divide a sucessão e traz à tona o debate sobre a adesão do país ao Consenso de Washington”. *Folha de S. Paulo*, 3/7/1994.

Silva, José Bonifácio de Andrada e. *Projetos para o Brasil*. (Organização: Miriam Dolnikoff). São Paulo, Cia das Letras, 1998.

Sousa, Irineu Evangelista de, Visconde de Mauá. *Exposição aos credores de Mauá & Cia e ao Público*. In: Bianchi, Roberto e Bianchi, Ronaldo (organizadores). *Barão de Mauá, empresário e político*. São Paulo, Bianchi Editores, 1987.

Sousa, Octávio Tarquínio de. *História dos fundadores do Império do Brasil*. Vol. I: José Bonifácio. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1960.

“Ou os brasileiros dão um basta nesse processo de desconstrução da Nação, ou o próprio futuro de nosso país estará comprometido”



# A chave das MAIORIAS heterogêneas

Aldo Rebelo

*O inimigo comum da Frente Ampla que se amalgamou na vitória do presidente Lula é a globalização e a ideologia neoliberal que arruinaram o país. O desafio ao governo é manter unida a base que o elegeu, e trabalhar para ampliá-la*

O governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva caminha para a montagem no Congresso Nacional de uma base de sustentação proporcional ao apoio popular recebido nas urnas. Eleito com 52 milhões de votos, ele chegou ao poder na cauda de uma ampla coligação de 12 partidos, liderada pelo PT, mas integrada com adesão ao programa por forças historicamente alinhadas com a democracia e a transformação social, e outras outrora oscilantes na sustentação do regime neoliberal. O arco democrático reúne PCdoB, PL, PTB, PDT, PSB, PPS, PV, PSD, PSL, PSC, PMN. A esta aliança, comum aos grandes momentos da História do Brasil, chamamos maiorias heterogêneas.

Nenhuma força política tem condições de empreender, sozinha, reformas mínimas de que o Brasil precisa. Ainda que conquiste soberbamente o Poder Executivo, como acaba de acontecer, não teria, no figurino democrático do modelo tripartite, condições de conduzir o país sem entendimentos demorados e complexos com o Legislativo. Tampouco se pode governar nos tempos atuais sem dispor, se não do apoio, ao menos da serenidade ou falta de hostilidade da mídia e de organizações da sociedade civil – estas, em numerosos casos, alinhadas a interesses externos. Quantos governos de orientação democrática não capitularam na América Latina por

descuidarem da tensão, e do equilíbrio, permanentes desta correlação de forças?

As lutas sociais do Brasil nasceram e consolidaram-se sob a égide das maiorias heterogêneas. A primeira grande empresa política de nossa história reuniu, de forma até simbólica quanto à formação do povo brasileiro, o índio Filipe Camarão, o negro Henrique Dias e o rico proprietário de origem portuguesa João Fernandes Vieira. As forças que eles representavam expulsaram os holandeses do Brasil, no século XVII, num episódio-matriz da nossa história, ainda hoje balizador dos caminhos. A vitória sobre os holandeses e suas miçangas de belas-arts deu-se em memoráveis batalhas, militares e geopolíticas, de vez que o pano de fundo da disputa aparentemente territorial era o açúcar e o tráfico de escravos, cujo mercado Portugal disputava com os Países Baixos. A Companhia Holandesa das Índias Ocidentais foi o braço de conquista econômica que pode ser considerado um dos primeiros empreendimentos transnacionais do mundo. Nasceu aí, também, a figura do trãnsfuga esclarecido, o nacional que doutrinariamente prefere servir ao estrangeiro em vez de buscar um caminho soberano e autônomo para sua terra. Como Calabar, muita gente que não acredita no Brasil ainda acha que o país teria futuro melhor se os holandeses tivessem vencido. “Seria uma Java tropical”, respondeu-lhes Gilberto Freyre.



As maiorias heterogêneas também se formaram nas outras lutas decisivas da História do Brasil, como a da Independência, Abolição da Escravatura, Proclamação da República, Revolução de 30 e no movimento de redemocratização dos anos 1980. Em mais de uma vez seguimos, com base no cenário internacional, políticas de Frente Ampla, marca do movimento comunista. Tais frentes surgem como efeito da História e conduto das táticas que se adaptam ao fluxo e ao refluxo das lutas do movimento democrático. As maiorias heterogêneas e as frentes amplas que as representam não se formam por empatias endógenas, antes elas são fruto de um adversário comum. Brotam da História quando o inimigo é universal, feito o fascismo, que no Brasil gerou seu oposto, nos anos 30, a Aliança Nacional Libertadora. O inimigo comum da Frente Ampla que se amalgamou na vitória do presidente Lula é a globalização e a ideologia neoliberal que arruinaram o país, a ponto de forças que montaram neste cavalo de Átila dele saltarem quando viram que por onde passava matava a grama.

### Herança maldita X herança bendita

A mudança de rumo, se não era a preferida, tornou-se aceitável para muitos quantos provaram o gosto amargo de um modelo de capitalismo deformado que sangrou o país e ainda o consome por meio daquilo que o ministro José Dirceu chamou de “herança maldita”. Para eles, se o pensamento único era cartilha, hoje é leitura opcional. Pudera. Dogmas como o da privatização a qualquer custo estão sendo revistos diante de fracassos atestados pela desestatização desastrosa de que é exemplo eloqüente e patético o setor elétrico. Numerosas empresas patinam no dilema de se fechar ou se vender ao capital estrangeiro. A crise social — expressa no desemprego e na violência pública —, bate à porta de todos. Passada a ilusão da estabilidade monetária como panacéia econômica, boa parte dos que vestiam o gibão neoliberal hoje percebe que a história talhou outros figurinos. Foi daí que ocorreu o esboroamento da frente amplíssima que por duas vezes sustentou o presidente Fernando Henrique Cardoso. Dividida, facilitou a vitória da coligação que elegeu o presidente Lula.

A política das maiorias heterogêneas equilibra-se num programa mínimo em que os integrantes não se mimetizam nem se canibalizam. Cada força organizada tem autonomia para tomar rumos que não sabotem a plataforma comum, sem renunciar a seus objetivos estratégicos. Pratica-se, assim, o vitorioso lema “marchar separados, golpear juntos”. Todo o esforço da liderança do governo será dirigido ao convencimento das forças heterogêneas de que suas contradições com o caminho neoliberal devem ser duradouras, porque reclamadas pelo povo, em

direção a um projeto nacional de desenvolvimento independente. Nessas fileiras, ninguém é ingênuo a ponto de esperar que tudo fique como era. Se a maioria da nação quisesse o continuísmo teria eleito José Serra.

Todo governo tem, no entanto, um tom e um rumo que lhes foram dados na origem pelas armas ou pelas urnas. Os votos dados à coligação do presidente Lula entraram nos computadores com a efígie da mudança. As forças constitutivas do núcleo histórico da esquerda que desde 1989 disputava a Presidência da República sempre deixaram claro que a transição para um governo de caráter democrático e popular é compromisso doutrinário. Se nos primeiros meses a administração está impossibilitada de sustar medidas antipopulares e antinacionais, pois só assim garante o curso do país, seu programa é inverso — e será cumprido tão logo o país entre em convalescença. Por enquanto, está numa UTI em que os remédios não curam o doente, mas este não tem forças para mudar a receita e nem para levantar-se e ir embora. Sua meta é manter-se vivo. Seu dilema é como melhorar para mudar.

As alianças heterogêneas estão sujeitas a reparos que merecem atenção. Mudanças têm sido realizadas, mas não aprofundadas. E o exemplo típico é a Abolição da Escravatura, que libertou os cativos sem dar-lhes oportunidade de integração efetiva à sociedade nacional. Muita terra foi redistribuída, mas estamos por completar a reforma agrária plena, tarefa histórica da elite urbana que a ela renunciou. Os projetos de desenvolvimento autônomo do país — esboçados desde a Inconfidência Mineira e, na Independência, por José Bonifácio, com avanços primorosos na Proclamação da República e na Revolução de 30, ciclo que se estendeu até os anos 60 —, constituem a herança bendita. Cumpre agora completar essas reformas e descortinar novos horizontes para o país e para o povo.

O desafio ao governo é manter unida a base que o elegeu, e trabalhar para ampliá-la, não desdenhando a contribuição, por mais limitada que seja, de todos os que desejam desatar o nó do modelo de dependência e involução a que o Brasil foi atado. 🍷

**Aldo Rebelo** é vice-presidente do PCdoB e líder do governo na Câmara dos Deputados. Correio eletrônico: [dep.aldorebelo@camara.gov.br](mailto:dep.aldorebelo@camara.gov.br)

**Não se pode governar nos tempos atuais sem dispor, se não do apoio, ao menos da serenidade ou falta de hostilidade da mídia e de organizações da sociedade civil.**



# Independência do BANCO CENTRAL e “terceirização” do ESTADO

Haroldo Lima

*O capital financeiro exige a manutenção do BC em mãos de pessoas perfeitamente integradas ao pensamento neoliberal, e isolado da influência de órgãos públicos representativos como o Parlamento e o Poder Executivo*

**C**hamou atenção dos deputados federais do Rio de Janeiro, que estiveram no Palácio do Planalto a 27 de fevereiro passado, a franqueza e indignação com que o presidente Lula revelou não ser consultado sobre aumentos de gás, gasolina e outros. Em momentos anteriores, Lula já revelara perplexidade diante de fatos desse tipo, tendo se referido à trágica situação de “Estado terceirizado”, em que estaria sendo transformado o Estado brasileiro, para o qual fora eleito presidente.

Na verdade, Lula estava reagindo à situação que herdou do governo FHC – que criou um sistema de agências com autonomia operacional face ao Executivo, inclusive para fixar aumento de tarifas. A Agência Nacional de Petróleo, ANP; a Agência Nacional de Energia Elétrica, ANEEL; e a Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, perfilam-se entre esses novos órgãos brasileiros que não precisam de autorização do Poder Executivo para deliberar sobre vários assuntos, como aumentos de tarifas.

A incômoda sensação experimentada por Lula, de se sentir no comando de um “Estado terceirizado”, seguramente será muito agravada caso seja confirmada a criação no Brasil de um Banco Central “independente”, ou “autônomo”, ou dotado da chamada “autonomia operacional”.

## **A política do capital financeiro no mundo e o papel do Banco Central**

A “terceirização do Estado”, figura retórica aventada por Lula, protestando quando decisões importantes são

A sensação de Lula de se sentir no comando de um “Estado terceirizado” será agravada caso seja confirmada a criação de um Banco Central “autônomo”.



tomadas à sua revelia, nos remete a um exame melhor das imposições que o capital financeiro está fazendo aos Estados nacionais.

O Estado surgiu em determinado momento de desenvolvimento da sociedade, quando esta passou a ficar envolta em inconciliáveis contradições de classe. Não apareceu como algo imposto, de fora para dentro, mas foi um “produto da sociedade em um estágio determinado de sua evolução”, “um poder colocado, na aparência, acima das classes”, com o objetivo de administrar as contradições, “atenuá-las”, “mantendo-as dentro dos limites da “ordem”, para que a sociedade pudesse se desenvolver. Nos marcos do capitalismo, e na época do imperialismo, o Estado se reforçou extraordinariamente, do ponto de vista do arcabouço legislativo, do aparato repressivo e da máquina militar. Tudo para que, desenganadamente, ficasse assegurada a “onipotência da riqueza”.<sup>(1)</sup>

A “onipotência da riqueza” se expressou como onipotência do capital financeiro, ou do capital rentista, desde o início do século XX, quando o capitalismo assumiu a forma de imperialismo. O capital rentista auferia maiores rendimentos que o capital produtivo já em 1916, como mostrou Lênin, sendo esta a base do parasitismo do imperialismo, de sua propensão a crescer à margem da produção. Quando hoje se diz ser a “globalização” o “domínio do capital financeiro”, incorre-se em imprecisão, vez que esse domínio vem desde o início do século passado e a própria expressão – “domínio do capital financeiro” – foi usada por Lênin em 1916, em sua clássica obra sobre o imperialismo, exatamente para caracterizá-lo.

Contudo, sobretudo a partir da década de oitenta do século passado, promoveram-se mudanças importantes na dinâmica do capital financeiro. Traços distintivos fundamentais delinearam-se nessa fase a que se acostuma chamar de “globalização”. Surgiram formas novas de acumulação de gigantescos capitais financeiros, como os fundos mútuos e fundos de pensão. Desenvolveram-se mecanismos inovadores de formação de “capital fictício”, os ativos inflacionados, e transferiram-se enormes riquezas reais para o setor financeiro, via serviços de dívidas públicas e políticas monetárias determinadas.

As privatizações se constituíram no ardil que permitiu principalmente ao capital financeiro o controle de enormes ativos sem aporte correspondente de dinheiro. Prioridades foram definidas para telecomunicações, mídia, saúde e previdência privadas. E “novas formas de investimento” foram introduzidas, dando outra substância aos intitulados IED, “investimentos externos diretos”, que passaram a usar, como dinheiro, licenças, patentes e ati-

**A partir da década de 80, desenvolveram-se mecanismos inovadores de formação de “capital fictício”, os ativos inflacionados, e transferiram-se enormes riquezas reais para o setor financeiro, via serviços de dívidas públicas e políticas monetárias determinadas.**

vos chamados... imateriais. Também outros expedientes ganharam foro de dogmas, como as metas de inflação baixa, a liquidez, o superávit fiscal e o risco-país.

Todas essas alterações e políticas específicas, e os expedientes, foram impostos a diversos países, generalizando-se isso que, em linhas gerais, foi o receituário neoliberal que predominou durante mais de duas décadas, e é essencialmente a política atual do capital financeiro no mundo.

Os ganhos que essa política trouxe ao sistema financeiro internacional foram estupendos. A partir da década de 80, os “investimentos externos diretos” suplantaram o próprio comércio exterior no movimento de capitais, sendo que o IED do setor financeiro foi o mais importante. Em 1992, os ativos financeiros acumulados no mundo já eram o dobro dos PNBs de todos os países desenvolvidos (OCDE)!<sup>(2)</sup> A hegemonia do capital financeiro colocou-se em um nível extraordinário.

Importante acentuar que o instrumento básico para a implementação e controle dessa política nos diversos países tem sido o Banco Central – que coordena a política cambial, a política de juros, a emissão de moeda e é ainda, ele próprio, o banco que em última instância empresta aos demais bancos. Por isso, do ponto de vista do capital financeiro, a manutenção desse instrumento em mãos de pessoas perfeitamente integradas ao pensamento hegemônico passou a ser vital. Surge daí a questão da independência ou autonomia do Banco Central.

### **Banco Central independente, Banco Central blindado**

Os Estados modernos nos países capitalistas desenvolvem-se continuamente segundo algumas vertentes. Uma delas diz respeito à representação cada vez mais aperfeiçoada que consegue ser dos interesses dominantes em seu país, seja através de legislação adequada, seja de mecanismos coercitivos respeitados e legitimados, seja através de aparatos bélicos. É nessa esfera que se define a marca



de classe do Estado. Mas, outra vertente, por onde os Estados modernos se desenvolvem, a despeito de idas e vindas, é a da democratização. As massas populares, em decorrência dos avanços políticos e organizativos que acumulam, apesar das dificuldades, conseguem situar, junto ao Estado, posições cada vez mais importantes.

Surge daí a possibilidade de setores populares, ou camadas burguesas não representativas do setor financeiro, em aliança ou não, chegarem a posições de mando, em decorrência de vitórias conquistadas em batalhas políticas. Em seguida aparece a hipótese de essas forças quere-rem então mudar a política monetária do Banco Central.

Um simples fato de essa possibilidade existir levou os financistas a desenvolverem uma tese que surpreende tanto por ser exótica quanto por ser levada a sério e aceita em largas camadas. Sustentam que “existe uma única política monetária correta, tecnicamente definida, economicamente neutra, que tem como pressuposto absoluto a estabilidade da moeda”, que é a política monetária em vigor, em razão do que, para que ela não corra o risco de ser mudada, faz-se necessário “isolar o Banco Central, como autoridade política, da influência de órgãos públicos representativos como o Parlamento e o Poder Executivo”.<sup>(3)</sup>

Precisamente para “isolar o Banco Central”, para colocá-lo sob a proteção de uma redoma blindada que o proteja das injunções políticas decorrentes de eventuais vitórias eleitorais de adversários, é que se levanta a figura do Banco Central independente. Independente de quem? Do Executivo e do Legislativo. Em outras palavras, inacessível

exclusiva defesa da moeda, ou da defesa da moeda aliada a crescimento econômico. O governo trabalhista de Tony Blair, em 1997, tomou a iniciativa de promover a independência do Banco Central inglês. Pelo menos mais trinta países fizeram coisa semelhante.

### O problema para o Brasil, o espectro da “terceirização”

Eis que no Brasil, na bela primavera de 2002, uma frente de oposição antineoliberal ganhou as eleições. O perfil do presidente eleito talvez tenha sido o símbolo mais nítido da mudança que o povo queria no Brasil – um ex-operário metalúrgico, ex-retirante nordestino. O discurso da campanha, por ele encabeçado, era claro quanto aos objetivos que buscava: um novo rumo para o país.

De logo, um problema se colocou: a política monetária do Banco Central iria mudar? Sim, dizem quase todos os vitoriosos. Não, dizem os setores financeiros hegemônicos. Os vitoriosos, recém-chegados ao governo sustentando bandeiras de mudança, sabem que é preciso mudar a política do Banco Central para incrementar o desenvolvimento, o emprego e a soberania – que em campanha prometeram. Sabem, por exemplo, que não podem fazer investimentos estatais para alavancar a economia e criar emprego, se o Banco Central mantiver a política de juros altos.

Contudo, os setores financeiros perderam o governo, mas não o poder econômico; e isso lhes possibilita interferir nos destinos do país, estabilizar ou desestabilizar sua economia, chantagear. De imediato indagam:

mas, querem o desequilíbrio? A desestabilização? A volta da inflação? O risco-Brasil em alta? E com o vasto cabedal formulado nos últimos anos contra-atacam: “As forças vitoriosas têm todo o direito de incrementar sua política de viés social, pois

para isto foram eleitas. Mas, acima de todas as tendências, acima da esquerda e da direita, está o interesse maior da nação, que a todos une, e que é o de resguardar a política do equilíbrio, da estabilidade e do controle da inflação. Razão pela qual o Banco Central, mesmo com a nova política do governo voltada para o social, que respeitamos e apoiamos, deve continuar com a política monetária da estabilidade, que é a política em curso. E para que isto fique institucionalizado, e em definitivo a ameaça de retorno da inflação seja espancada, faz-se necessário transformar o Banco Central em independente ou autônomo, ou com autonomia operacional, aliás, segundo os acordos havidos”.

## Dar independência, ou autonomia, ou autonomia operacional, aos bancos centrais passou a ser ponto importante do ideário neoliberal.

ao povo através de seus representantes.

Dar independência, ou autonomia, ou autonomia operacional (essencialmente a mesma coisa), aos bancos centrais passou a ser ponto importante do ideário neoliberal. Seus diretores passariam a ter um mandato fixo para cumprir metas estabelecidas pelo Poder público (relativas ao sistema financeiro, e “sugeridas” pelos técnicos desse sistema). Mandatados, esses diretores não poderiam ser afastados nem pelo presidente da República.

Diversos países foram levados a adotar a independência de seus bancos centrais. As características da independência variam, havendo mandatos que são de quatro anos, outros de oito, e havendo objetivos que oscilam entre a



Os acordos havidos, referidos na simulação realista apresentada acima, partem do Acordo com o Fundo Monetário Internacional assinado pelo governo brasileiro de FHC em 4 de setembro de 2002, antes das eleições de outubro. Seu objetivo expresso é "garantir a estabilidade econômica e proporcionar um arcabouço para a continuidade das principais políticas macroeconômicas no ano vindouro (de 2003)". Estabelece, ainda, que o governo brasileiro faria aprovar a Proposta de Emenda número 53, de 1999, que altera o Artigo 192 da Constituição, que permitirá "ao próximo governo, submeter ao Congresso uma proposta de autonomia operacional do Banco Central do Brasil".

O Artigo 192 da Constituição prevê que a regulamentação do Sistema Financeiro Nacional, com todos os seus variados temas, seja feita por uma única lei complementar, segundo juízo do Supremo Tribunal Federal, em 1993. Daí por que o então senador José Serra elaborou sua PEC 53, permitindo que a regulamentação do dispositivo 192 da Constituição possa ser feita por partes, e desconstitucionalizando (liberalizando) sete outras matérias. A PEC 53 já foi aprovada no Senado e nas Comissões competentes da Câmara, estando pronta, desde agosto de 2001, para ir ao plenário.

Então, estão assim as coisas postas para o governo Lula: FHC passou oito anos à frente do Estado brasileiro e não encaminhou a independência do Banco Central do país; essa independência, ou que outro nome tenha, não serve aos interesses da mudança prometida ao povo por Lula e seus aliados; se feita, cria e engessa sério obstáculo ao desenvolvimento do país e à política de emprego para seu povo; estando a PEC 53 pronta para ir ao plenário da Câmara FHC não se sentiu encorajado a fazê-lo, por causa do risco de não conseguir maioria constitucional para aprová-la. Por que então o governo Lula, se conseguir aglutinar tão difícil maioria, teria que pô-la a serviço de desígnios tão estranhos aos seus interesses?

Ademais, por que na hipótese de ser aprovada a PEC 53, o governo Lula teria que, em seguida, encaminhar ao Congresso projeto de lei complementar para tornar independente, ou dotado de autonomia operativa, o Banco Central brasileiro?

**Todo esforço deve ser feito para se criar uma opinião generalizada contrária à independência do Banco Central, para o que deve se vincular essa independência ao nefasto processo flagrado por Lula de "terceirização do Estado".**

A ironia de Lula ao falar em "Estado terceirizado", revela a compreensão justa que o presidente está tendo de que existe o risco de ele ficar presidindo um país gigantesco sem ter o poder de tomar decisões fundamentais, nem mesmo ser consultado sobre elas, posto que, se o Estado não está terceirizado, pode acontecer que setores essenciais o estejam ou fiquem.

Batalhas políticas sérias se avizinham. Os setores hegemônicos estão mais ou menos confiantes no governo Lula, mas não estão dispostos a lhe entregar as rédeas do processo. O governo vive uma situação de transição, o rumo a ser seguido está sendo objeto de disputa. As pressões serão grandes da parte de quem foi aliado do governo, mas tem o poder econômico, e em decorrência o acesso à mídia, ao jogo das bolsas, ao dólar. O espectro da inflação é arma de chantagem que esses setores usam desavergonhadamente.

Não se deve subestimar as dificuldades para se travar a batalha contra a independência, ou autonomia, do Banco Central. Será insuficiente apelar apenas para firmeza ou coerência de autoridades e congressistas. É preciso engendrar táticas políticas e parlamentares apropriadas, buscar articulações não só com setores populares, mas com setores empresariais amplos, não ligados ao capital financeiro, aproveitar as nuances do processo político para tomar iniciativas oportunas que desloquem o tratamento de certos assuntos para outra ocasião. É preciso, sobretudo, mobilizar o povo, esclarecê-lo, contribuir para a elevação de sua consciência, pô-lo em ação. Enfim, todo esforço deve ser feito para se criar uma opinião generalizada contrária à independência do Banco Central, para o que deve se vincular essa independência ao nefasto processo flagrado por Lula de "terceirização do Estado". Não esquecer de que uma idéia correta, uma teoria, como disse Marx, se transforma "em força material, quando ganha as massas".

**Haroldo Lima** é vice-presidente do PCdoB.

#### Notas

- (1) Lênin, *O Estado e a Revolução*.
- (2) Chesnais, *A Mundialização do Capital*, p. 244.
- (3) Moraes, L. "A questão da independência do BC".



Brasil

# Ciência & Tecnologia para a **VIDA**

Roberto Amaral



Fundação Instituto Oswaldo Cruz



## *O grande desafio do MCT é trabalhar o passado e o presente na perspectiva de um projeto nacional soberano*

**P**or que perdemos tanto tempo? Em 1975, a renda per capita brasileira era o dobro da sul-coreana. E nosso PIB quatro vezes superior. No entanto, em 2001, o PIB per capita sul-coreano já era 2,5 vezes maior do que o brasileiro. Como explicar? Parte da explicação está neste fato objetivo: enquanto a Coreia do Sul investe, há 20 anos, 3% de seu PIB em ciência e tecnologia, só agora estamos investindo 1%! Seguidos governos ignoraram que a nova economia havia deslocado o eixo do desenvolvimento dos setores tradicionais para aqueles de emprego intensivo de conhecimento e tecnologia.

O desafio do governo Lula é inserir o Brasil na sociedade do conhecimento. Nessa perspectiva, a política estratégica do Ministério de Ciência e Tecnologia deixa de ser uma categoria em si para se justificar tão-só pelo seu valor fundamental: o humanismo. Assim, estará voltada para o fomento da pesquisa científica e para a inovação tecnológica, visando ao desenvolvimento a serviço da melhoria da qualidade de vida de nossa população. Qualquer projeto honesto de cidadania e melhoria de qualidade de vida tem como base a geração de emprego. E não se pode falar seriamente nem em desenvolvimento nem em crescimento se um e outro não tiverem como essência – alicerce insubstituível –, os avanços científicos e tecnológicos. Essa é a chave da competitividade, do progresso e da soberania.

Mas ainda não é tudo. O atraso em que nos encontramos impõe-nos a tarefa dupla de romper com o ontem e anteciper o futuro, preparando, desde agora, a formação de cientistas para os desafios que o progresso humano nos reserva para os próximos 15 ou 20 anos. Para alcançar esse objetivo, uma de nossas iniciativas é a articulação de universidades/institutos de pesquisa com os governos estaduais (e eventualmente prefeituras) e o empresariado.

Se ciência, tecnologia e inovação constituem a essência

de qualquer projeto contemporâneo de nação, como elementos básicos para o desenvolvimento sustentável, somente o esforço concentrado de todos os agentes, por anos e décadas, poderá superar os dois desafios que se opõem a essa política de médio, e longo, prazos: 1) a limitação de recursos, agravada pelo quadro calamitoso das contas nacionais legada pela era FHC; e 2) o atraso relativo do país, especialmente na área da inovação tecnológica, que nos cobra a necessidade de crescer mais rapidamente para encurtar a distância que nos separa dos países desenvolvidos. Precisamos consertar esse avião em pleno voo.

O desenvolvimento científico está sendo orientado por uma nova política de bolsas do CNPq e pela universidade, prestigiada, reaparelhada, com seus professores, mestres, doutores e pesquisadores corretamente amparados e estimulados. Não se pode esquecer, evidentemente, dos centros de excelência em ciência e tecnologia. E é preciso também incorporar nesse processo as universidades e centros de ensino superior privados. Enfim, para atender à demanda por novos cientistas, rompemos com políticas conservadoras, que conge-

laram as bolsas destinadas à pesquisa, com seus valores intocados havia sete anos. Além disso, elas estavam praticamente fechadas para jovens que saem da pós-graduação. Informação da Andifes revela que é de 45 anos a média de doutores bolsistas do CNPq.

A determinação do presidente da República não é só oferecer mais bolsas, mas também revisar seus valores com o MEC. Até o final do governo Lula, estaremos formando ao menos 10 mil doutores por

ano, contra os 6 mil atuais. E isso não apenas multiplicando a formação tradicional, em vários casos, já superada, mas pensando nos desafios das novas profissões que o futuro exige para o desenvolvimento científico e tecnológico de todas as regiões. Com esses objetivos

**Não se pode falar seriamente nem em desenvolvimento nem em crescimento se um e outro não tiverem como essência os avanços científicos e tecnológicos.**



estarão unidos o MCT e o MEC, o CNPq e a Capes.

Esse esforço do poder público terá de associar-se à iniciativa privada, investindo em inovação, absorvendo e produzindo novas tecnologias, abrindo mercado para nossos cientistas. Não podemos continuar aqui com uma realidade invertida em relação aos países desenvolvidos, com o poder público arcando com 80% dos investimentos em ciência, tecnologia e inovação. Só com uma parceria sem preconceitos poderemos alterar essa relação e melhorar a qualidade dos bens e serviços, aumentando nossa competitividade, substituindo importações e agregando valor a todos os itens de nossa pauta de exportações, inclusive de produtos agrícolas.

É preciso ficar claro que não se trata de retomar as can-

fomento regionais estarão associados a esse projeto de desenvolvimento autônomo.

**P**ara enfocar apenas uma área, entre várias da ciência e tecnologia que contribuem para alcançar esses objetivos, destacamos a informática, espinha dorsal de qualquer projeto contemporâneo de desenvolvimento científico e tecnológico. Para enfrentar os desafios, já fortalecemos a estrutura da antiga Sepin, que agora incorpora as políticas tecnológicas e industriais que devem ser desenvolvidas articuladamente. Também criamos uma subsecretaria adjunta de informática. Junto à nova Sepin funcionará ainda um comitê consultivo, integrado por agentes da sociedade civil e por representantes de setores que atuam na produção de software e de hardware, sem contar a reativação do Conselho Nacional de Informática e Automação que vinha funcionando precariamente. Além disso, os fundos setoriais, particularmente o Verde e Amarelo, serão vinculados à nova estrutura. O IbiCT (Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica) também será reestruturado, voltando-se para o fomento da pesquisa em informática. Entre outras ações de cooperação internacional, pretendemos efetivar com o governo alemão a internet 2, a rede de alta velocidade entre a Rede Nacional de Pesquisa e a rede alemã, Deutsche Forschungsnetz.

Tudo isso porque o projeto de desenvolvimento não pode ser isolado. Temos de superar a timidez colonial, que às vezes coloniza ideologicamente parte da elite, e assumir na América do Sul o papel que nossos irmãos nos cobram, ajudando-os no desenvolvimento científico e tecnológico, inclusive na formação de pesquisadores, mestres e doutores. O mesmo pode-se dizer dos povos irmãos da África; arrasada pela fome e pela Aids. Tudo sem afetar o fortalecimento de nosso intercâmbio tradicional com países como os Estados Unidos e a França ou sem deixar de ampliar a cooperação com países como a Ucrânia, a China, a Rússia e a Índia.

No final do mandato do presidente Lula, como ele deseja, o Brasil estará aplicando pelo menos 2% do PIB na área de CT&I, com os esforços do poder público e da área privada. Só assim poderemos recuperar o tempo perdido, ampliando e distribuindo renda para romper com a lógica cruel de um país rico com uma população pobre. Ou seja, o grande desafio do MCT é trabalhar o passado e o presente. Atualizar a pesquisa, o conhecimento científico, tecnológico e a inovação e, ao mesmo tempo, antecipar as sendas que deveremos percorrer amanhã, para que nossos sucessores não tenham de lamentar, como nós agora, tanto tempo perdido. 🍷

**Roberto Amaral** é ministro de Estado da Ciência e Tecnologia.

## No final do mandato do presidente Lula, como ele deseja, o Brasil estará aplicando pelo menos 2% do PIB na área de CT&I.

sadas políticas de incentivos fiscais ou de reserva de mercado que cevaram a construção de cartéis de atraso. O que propomos é um conjunto de ações para melhorar a qualidade da produção nacional, aumentar sua competitividade e suprir o país com produtos, bens e insumos que hoje importamos e que poderiam ser produzidos aqui, economizando divisas, gerando empregos, movimentando a economia. É o caso, por exemplo, da indústria aeroespacial e da microeletrônica. Esta foi responsável, em 2002, por um rombo de US\$ 8 bilhões em nossa balança de pagamentos.

Para contribuir nesse processo, a Finep – reorganizada, recuperada, recapitalizada – voltará a apoiar, preferencialmente, as pequenas e médias empresas de base tecnológica. Os fundos setoriais do MCT, após a democratização de sua gestão, para assegurar transparência, desempenharão papel fundamental. Nesse sentido, a política de editais deverá ser revista para assegurar a participação dos Estados, a justa distribuição nacional de recursos e a possibilidade real de disputa por todos os segmentos da ciência brasileira. Dada a importância disso, que não cabe mais demonstrar, estamos criando, na estrutura do MCT, para reforçar o que já existe, uma coordenação específica para os estudos relativos à Amazônia e ao Nordeste, onde, ainda neste ano, instalaremos o Instituto Nacional do Semi-Árido. Temos certeza de que o BNDES e os bancos de



# Elementos para a CONSTRUÇÃO de um novo modelo

**Dilermando Toni**

*A passagem para uma nova política econômica, integrante de um modelo de desenvolvimento, alternativo ao neoliberal, é o desafio atual do novo governo*

Completam-se três meses da posse do novo governo, presidido por Luiz Inácio Lula da Silva. Após um período em que estiveram no centro das preocupações as atividades de organização dos primeiros escalões da administração pública e as articulações políticas do Executivo junto ao Congresso Nacional, passa a ocupar o centro da cena o desafio de enfrentar concretamente a construção de um novo caminho, de mudanças, alternativo ao modelo neoliberal que predominou durante dez anos no Brasil.

Isso se dá em um quadro bastante complexo e contraditório, que deve obrigatoriamente ser levado em consideração. Condicionais políticas favoráveis, e também desfavoráveis, às mudanças – sobretudo as pressões fortíssimas que setores representativos do capital financeiro nacional e estrangeiro exercem pela continuidade da orientação neoliberal que só a eles beneficia –, são componentes destacadas deste quadro. O Presidente Lula tem reiterado a necessidade de mudar. O desejo de retomar o crescimento já, para que o governo possa gerar empregos e distribuir renda, vai tomando conta de setores cada vez mais amplos e representativos da sociedade. Ao lado disso, pontifica a terrível herança econômica do velho modelo, um poderoso obstáculo às mudanças.

### Traços da realidade atual do país

O ano de 2003 se inicia em uma situação de grandes dificuldades, muito diferente do quadro que os neoliberais procuraram pintar durante a batalha eleitoral sintetizado na expressão “pronto para crescer”. Em 2002 aprofunda-

ram-se os impasses nos fronts externo e interno e, como conseqüência, a economia se desaqueceu associada à retração do consumo, ao patamar extremamente elevado das taxas de juros, à redução da renda real média dos trabalhadores, a uma depreciação significativa do Real frente ao dólar. São sucessivas crises e taxas recordes de desemprego, o país se encontra mais endividado, mais dependente e mais vulnerável. As altíssimas taxas de juros, muito mais que um instrumento de combate à inflação, são na realidade a via pela qual se concretiza a transferência de renda de toda a sociedade para os senhores das finanças. Mostram a inviabilidade de um modelo deficitário, altamente despoupador, que não está interessado no desenvolvimento do país e sim na sustentabilidade da dívida pública o que obriga a busca de elevados superávits primários e a consecução de pesadíssima carga tributária que corresponde hoje a 36,45% do PIB. Dessa forma, persistindo esse modelo, a previsão do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), órgão ligado ao Ministério do Planejamento é de que o PIB brasileiro cresça insignificante 1,8% em 2003.

Os desequilíbrios externo e interno permanecem graves e afetam toda a economia. O passivo externo brasileiro – soma da dívida externa com o estoque de capital estrangeiro aqui investido – se aproxima dos US\$ 400 bilhões. O custo e a amortização deste passivo estão na casa dos US\$ 50 bilhões anuais ou US\$ 1 bilhão, em média, por semana. A dívida pública (interna e externa) atingiu em dezembro de 2002 R\$ 893,3 bilhões, que representam 55,89% do Produto Interno Bruto. Desse total, R\$ 654,31 bilhões são referentes à dívida interna que cresceu R\$ 106,85 bilhões



de 2001 para 2002 devido à desvalorização cambial e à elevação das taxas de juros. A dívida externa total (bruta, pública e privada) atingiu em novembro de 2002 US\$ 225,305 bilhões, dos quais aproximadamente dois terços são referentes ao setor público e que vai gerar uma despesa de US\$ 15,1 bilhões só com o pagamento de juros.

No seu conjunto, a dívida pública cresceu 33,42% em relação a 2001. Na projeção para 2003 poderá ultrapassar R\$ 1 trilhão. Para a parte da dívida pública referente ao governo federal calcula-se que em 2003 os vencimentos cheguem a R\$ 300,1 bilhões - 50% a mais que 2002. Em janeiro último, no total da dívida pública mobiliária federal interna (DPMFi), 62,42% dos títulos estavam vinculados à taxa de juros básica do dia (Over/Selic) e 21,18% atrelados ao câmbio, ou seja, juros e câmbio indexam 83,6% da dívida. Nada menos que 38,9% dos títulos da dívida interna vencerão no ano em curso.

Não obstante o fato de a balança comercial, após o ajuste cambial, ter apresentado um superávit de US\$ 13,13 bilhões em 2002 - muito mais devido à queda das importações (15% menos que em 2001) que à elevação das exportações (mais 3,7% que 2001) - e do fato de isso ter levado a uma substancial melhora da conta corrente do balanço de pagamentos, o desequilíbrio das contas externas se agravou. Por variados fatores: 1) o investimento externo líquido caiu de US\$ 24,7

bilhões em 2001 para US\$ 14,1 bilhões em 2002 (metade dos quais correspondem à conversão da dívida de empresas em investimentos); 2) a dificuldade de crédito e financiamento internacional levou a que o índice de rolagem da dívida caísse muito, obrigando a amortizações vultosas que somadas às captações externas - pelo governo e por empresas - atingiram os US\$ 30,45 bilhões; 3) a conta de rendas (juros, lucros e dividendos) apresentou um déficit de US\$ 18,2 bilhões; e 4) os investimentos estrangeiros em ações e em fundos de renda fixa apresentaram um déficit de US\$ 4,8 bilhões, embutidos e representando quase a metade dos US\$ 9,1 bilhões que deixaram o país pelas famosas contas CC-5. No seu conjunto, a receita cambial na conta de capital sofreu uma redução de US\$ 27,8 bilhões, quase a metade do que

havia entrado naquela conta em 2001, segundo dados do Banco Central. As dificuldades para atrair capital externo permanecem diante da possibilidade concreta da agressão norte-americana ao Iraque, assim como diante do desempenho sofrível das economias dos países de capitalismo mais desenvolvido.

Estes resultados obrigaram a que o governo de Fernando Henrique Cardoso fizesse em setembro do ano passado um novo acordo com o Fundo Monetário Internacional, organismo do qual o governo brasileiro sacou US\$ 11,48 bilhões em 2002. Como isso não fosse suficiente para fechar as contas externas o governo lançou mão das reservas internacionais do país que fecharam o ano passado em termos líquidos em algo próximo dos US\$ 14 bilhões - um recuo de pouco mais que 40% em relação a 2001.

O acesso aos recursos do FMI, além dos pesados juros, só foi possível sob a aceitação de duras condicionalidades que, dessa vez, tiveram a particularidade de buscar blindar o modelo neoliberal e continuar a satisfazer plenamente os interesses do capital financeiro face à possibilidade, enfim concretizada, de vitória da oposição. Assim, o Memorando de Política Econômica, assinado pelo governo de FHC a três meses de seu término, assumiu explicitamente compromissos para o novo governo no tocante à Reforma da Previdência, à Reforma Tributária e ao Banco Central do Brasil, para o que propõe a alteração do artigo 192 da Constituição Federal com a finalidade de permitir em seguida a autonomia operacional do banco. Isso levaria à institucionalização da política monetária neoliberal a ser conduzida por uma diretoria com mandato intocável. Dizia sem meias palavras, o citado Memorando, que a austeridade fiscal, a manutenção da política monetária, a agenda das reformas estruturais e o próprio acordo com o Fundo Monetário "visam garantir a estabilidade econômica e proporcionar um arcabouço para a continuidade das principais políticas macroeconômicas no ano vindouro" (*grifo meu*).

A situação do crédito no Brasil tem sido marcada por volumes reduzidos, prazos curtos e custos elevados constituindo-se como um dos principais obstáculos à retomada do desenvolvimento. As altas taxas praticadas pelo sistema financeiro - que prefere os títulos do governo - afastaram as empresas do mercado de crédito. Os spreads - diferença entre as taxas médias de captação e de aplicação dos bancos - são os mais altos do mundo, o prazo médio das operações de crédito para empresas está abaixo dos seis meses. A resultante dessa situação é a inibição dos investimentos produtivos e do consumo.

Neste início de 2003, tem se amiadado o anúncio de empresas que passam por grandes dificuldades, concentradas principalmente nos setores elétrico e de telefonia, recentemente privatizados, levando-as ao des-

**O acesso aos recursos do FMI, além dos pesados juros, só foi possível sob a aceitação de duras condições que tiveram a particularidade de buscar blindar o modelo neoliberal.**



cumprimento de compromissos com o BNDES. Outras – com dívidas em dólar –, têm encontrado obstáculos para rolar suas dívidas e declaram uma espécie de moratória. Há que se considerar que algumas empresas foram zelosas em enviar lucros e dividendos às suas matrizes no exterior “esquecendo-se” dos compromissos assumidos no Brasil, como no caso da norte-americana AES controladora da Eletropaulo; mas há que se considerar também a paralisia econômica e os benefícios que o modelo propicia aos bancos instalados no Brasil. Segundo relatório da ABM Consulting divulgado em fevereiro, eles estão entre os mais rentáveis do mundo. Em 2002 a consultoria Austin Asis constatou uma rentabilidade média de 24,5% para o sistema bancário, a maior dos últimos 5 anos. Os lucros, em relação a 2001, cresceram 89,5%, passando de R\$ 9,27 bilhões para R\$ 17,58 bilhões em 2002.

A retração do crédito e dos investimentos externos ao Brasil colocou a necessidade de o sistema, tão dependente dos recursos externos, buscar se financiar com o superávit comercial. Por isso, liberalizou-se do câmbio a partir do começo de 1999 – só em 2002 o Real se desvalorizou em 52,3% frente ao dólar – e procurou se prevenir das conseqüências que isso traria para a elevação dos preços com a adoção do regime de metas de inflação a partir de meados daquele mesmo ano. Desencadeou-se, assim, um ciclo infernal que ainda não foi interrompido. As taxas de juros atingiram patamares dos mais altos do mundo para tentar coibir a inflação, erroneamente identificada como de demanda. Teimosamente, o IPCA, um dos muitos índices em voga e o mais baixo deles, em 2002 constatou uma elevação de 12,5% nos preços, superando largamente a meta de 4,5%. As taxas de juros levaram ao desaquecimento da economia cujo crescimento não passou de 1,5% em 2002. Uma economia estagnada provoca, por sua vez, uma diminuição da arrecadação tributária e, para que isso não aconteça, o governo aumenta a carga de impostos. Os encargos dos juros e dos impostos são repassados aos preços... Nessa ciranda todos perdem, à exceção dos que têm capital a juros.

Na esteira das privatizações surgiram as Agências Reguladoras que passaram a jogar papel central na formulação e na condução da política em ramos tão importantes como energia, telecomunicações, petróleo e outros. Para o caso brasileiro, apressada e superficialmente, se tentou copiar o modelo norte-americano. Só que aqui o contexto era outro. A legislação que dá suporte às Agências, na realidade, transfere a atores privados o essencial das atividades que antes competiam ao Estado, naquilo que Lula chamou de “terceirização do Estado”. Por isso, elas têm tanta liberdade e imunidade para elevar

## A retração do crédito e dos investimentos externos ao Brasil colocou a necessidade de o sistema procurar se financiar com o superávit comercial.

os preços das tarifas de energia ou de telefone administrados por contrato e dolarizados.

### Dez elementos para a construção de um novo projeto

A afirmação de uma alternativa tem a dimensão do que seja construir um novo projeto nacional de desenvolvimento, algo como empreender um vôo de águia. Não pode ser abrupta porque a correlação de forças, resultante das condições políticas e econômicas, impõe um período de transição, que não significa apostasia justificada com a simples reafirmação das dificuldades. Também não pode ser imediatista; ao contrário, deve ter sentido estratégico, de um prazo bem mais dilatado com objetivos e metas. Deve procurar meios e instrumentos que possibilitem sua consecução durante todo o período de governo e deve mesmo projetar-se para um segundo período. Parece razoável a idéia de que no primeiro ano de governo haja uma dedicação à elaboração e à construção de condições políticas para a execução do novo projeto ao mesmo tempo em que se tomam algumas medidas práticas indicativas de mudanças, de que no segundo ano se inicie a aplicação da alternativa e de que, no terceiro e quarto anos de governo se busque a execução plena do novo modelo.

O novo projeto estratégico, abraçado por um núcleo sólido e convicto dentro do governo, poderia se transformar em vontade nacional, expressando a consciência de que uma obra tão grandiosa só pode ser executada com êxito se for amplamente empalmada pela sociedade. Nas condições do Brasil, a construção de tal projeto, democrático, nacional-desenvolvimentista, voltado aos interesses do povo, passa necessariamente pela recomposição do Estado brasileiro, que afirme crescentemente sua soberania. Essas características tomam forma prática na concepção e aplicação de uma nova política econômica.

Na transição há, durante um tempo dado, luta e convivência entre os elementos do velho e do novo modelo até que um dos dois prevaleça. A passagem a um novo modelo tem caráter profundo, estrutural, pois contraria os interesses hegemônicos da oligarquia financeira. Não é uma simples mudança superficial. Nessa situação o novo gover-



no, sobretudo a sua equipe econômica, vem enfrentando dificuldades para empreender um caminho diferente e mantém a política econômica anterior e sua lógica. O intuito é voltar a ganhar a confiança dos investidores para que o crédito e o financiamento internacional retornem ao país, o que só é possível se o risco-país for diminuído. Dessa forma, seria possível impedir especulações contra a moeda nacional, a fuga de capitais e manter a sustentabilidade da dívida o que acabaria por permitir a diminuição das taxas de juros e a retomada do desenvolvimento. Isso explica as medidas adotadas no sentido de um maior superávit primário, mais cortes no Orçamento e taxas de juros mais altas. Os riscos dessa opção são muito grandes.

Entretanto, os fatos vão forçando no sentido de que setores amplos, protagonistas e interessados no sucesso do governo, passem mais concretamente às tentativas de construir uma alternativa que possibilite o desprendimento do velho e superação do modelo, recessivo e excludente, que possibilite a retomada do desenvolvimento, com geração de empregos e distribuição de renda, como elemento essencial para consolidar uma nova hegemonia – da soberania nacional, popular e democrática – na sociedade brasileira. Ao novo governo e às forças protagonistas da ampla aliança que o sustentam cabe o questionamento dos principais entraves à retomada do desenvolvimento. Uma batalha na qual estão envolvidos desde os setores do capital produtivo aos trabalhadores, passando pelos setores médios da sociedade.

### **1 - Desenvolvimento necessidade imperiosa**

Um novo modelo não pode ter como parâmetro principal, as metas de inflação e as metas de superávit fiscal primário. O centro do projeto deve ser mudado para o desenvolvimento e para o emprego. O governo assumiu o compromisso de mudar; e mudar significa, antes de qualquer coisa, voltar a crescer. Com sustentabilidade e constância, em taxas crescentes e por um período prolongado. Esse é o desejo reiterado pela grande maioria da nação inclusive por empresários do setor produtivo. Por isso, o ponto de partida é a retomada

do desenvolvimento nacional; suas metas – de produção e produtividade, de empregos e salários, de importações e exportações –, seus prazos, meios e instrumentos que possam materializar um novo ciclo. Em torno destes objetivos é que devem ser programados todos os outros agregados macroeconômicos, inflação, juros, etc. Só assim se poderá levar em conta os interesses nacionais soberanos e a necessidade de melhoria da vida do povo através do fortalecimento do mercado interno. A adoção de tais propósitos só pode acontecer se houver determinado grau de desprendimento dos compromissos assumidos pelo governo anterior – e que têm sido cumpridos pela equipe econômica atual – com os parâmetros de política econômica, particularmente de política monetária do FMI. Caminho, aliás, percorrido com sucesso por vários países mais recentemente.

### **2 – Mais crédito, com prazos maiores e juros mais baixos**

O desenvolvimento em novas bases deveria se apoiar fundamentalmente no investimento e poupança interna, que precisam sair do patamar em que estão e caminhar para uma taxa de 30% do PIB que tenha como reflexo um crescimento do PIB entre 5% a 7% anuais. Para isso é fundamental construir condições mais favoráveis de crédito. Em primeiro lugar, baixar a taxa básica de juros que deve se situar, em termos reais, na faixa dos 4%; ao lado disso, diminuir os spreads. Buscar o financiamento do investimento através de recursos do BNDES, Banco do Brasil e empresas estatais, assim como reorientar os fundos de poupança compulsória para o investimento produtivo em áreas prioritárias a fim de possibilitar a implementação de uma política industrial, ao mesmo tempo em que continue a busca do crédito e financiamento estrangeiro diversificado. Assim, se poderia estimular diretamente a produção e diminuir a pressão sobre a dívida pública. Isso poderia significar um gesto significativo de mudança.

### **3 - Sistema financeiro e Banco Central como agentes do desenvolvimento**

O Sistema Financeiro como um todo deveria se colocar em função do desenvolvimento nacional fundamentalmente como fornecedor de crédito em melhores condições para alavancar esta iniciativa. Para isso haveria a necessidade de uma reforma. O Banco Central do Brasil, coração do sistema financeiro, deveria também ter como sua principal função o apoio ao desenvolvimento nacional, passando a olhar para o PIB em vez de perseguir a inflação com sua política monetária, como se tem dito. Para isso, o Banco Central deveria estar sob um controle público amplo, tanto de Executivo quanto do Legislativo.

**Os fatos vão forçando no sentido de que setores amplos passem mais concretamente às tentativas de construir uma alternativa que possibilite o desprendimento do velho e a superação do modelo recessivo.**



#### **4 - Estabilidade da moeda**

O combate à inflação, e a estabilidade da moeda, são fundamentais para a sustentabilidade da retomada do desenvolvimento. Mas, esta não pode se sobrepor à necessidade do próprio desenvolvimento e não pode ser feita pela via monetarista, via fixação de metas e atuação preventiva pelas taxas de juros que, ao final, paralisa a economia e beneficia os rentistas.

#### **5 - Papel do Estado e o equilíbrio real das contas públicas**

Sem que o Estado brasileiro vá retomando desde já um papel de fomentador do desenvolvimento nacional é impossível se pensar em crescimento econômico. Isso significa ter uma preocupação central com as contas públicas, com seu equilíbrio real e não com a artimanha de contas primárias e nominais. Trata-se, portanto, de diminuir a pressão da dívida pública sobre o Orçamento, considerando as necessidades de desenvolvimento e não exclusivamente a ganância dos credores como tem sido habitual. Seriam necessárias medidas ativas – e não apenas intenções – para desvincular a dívida pública do câmbio e para dilatar os prazos de vencimento. Ao lado disso, questionar a legislação e a legitimidade do poder das Agências Reguladoras para que elas parem de funcionar como um quarto poder em prol dos monopólios privados, prejudicando o povo e o país – debate, aliás, que teve início recente no Congresso Nacional.

#### **6 - Comércio exterior e câmbio**

O câmbio deve buscar um calibre que permita ao comércio externo um superávit comercial em um quadro de crescimento, ou seja, em que as exportações superem as importações em processo de substituição, ao mesmo tempo em que não criem pressões sobre os preços. A política comercial – como vem sendo conduzida – deve buscar uma diversificação maior na construção de parcerias estratégicas, como os países do Mercosul, a Índia, a China, entre outros. Com relação à Alca, o Brasil deve fugir do esquema de subordinação pretendido pelos EUA.

#### **7 - Movimentação de capitais**

Um certo controle – seletivo e parcial –, ou seja, em itens determinados da conta de capitais, poderia jogar um papel central para que o país não fique impotente diante da sanha dos capitais especulativos, voláteis e instabilizadores, que estão sempre a exigir a mais livre movimentação para obter os maiores lucros, fácil e rapidamente. Assim, seria preciso controlar a movimentação das contas CC-5, estipular um nível mínimo para as reservas internacionais, acima dos atuais US\$ 5 bilhões acertados com o FMI, e exigir certo tempo de permanência para os investimentos de

portifólio, de forma a não aprofundar a vulnerabilidade externa e a não comprometer a capacidade de manobra do país frente às turbulências do mercado financeiro.

#### **8 - As reformas imediatas**

A reforma tributária e a da Previdência, têm ocupado o centro da cena política como uma pauta que vem do governo anterior e foi encampada pelo novo governo. Seria preciso, para poderem contribuir no esforço desenvolvimentista, que também tomassem um rumo diferente do acertado com o FMI. Com relação à reforma tributária deposita-se muita esperança na instituição do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) e naquilo que seria uma certa unificação do ICMS, mas a necessidade real é de menos impostos indiretos que consomem parte importante dos rendimentos da população mais pobre, diminuição das alíquotas de Imposto de Renda dos assalariados médios e a instituição de impostos progressivos particularmente sobre o capital financeiro e medidas que desonerassem a produção.

#### **9 - Mais emprego**

A geração de um volume significativo de novos empregos é um dos principais compromissos de campanha das forças vitoriosas. Depende diretamente do crescimento da economia, e pode também ser incentivada através de medidas como a Reforma Agrária efetiva, a diminuição da jornada de trabalho, a reversão do processo de precarização do trabalho e a promoção do primeiro emprego para os jovens.

#### **10 - Salários maiores**

A elevação dos salários dos trabalhadores, especialmente dos que ganham até 3 salários-mínimos, deve ser tomada como peça essencial do novo modelo. Para que haja mais consumo será preciso reverter o processo de compressão brutal da renda desse extenso segmento. Basta ver que durante os anos FHC a taxa de crescimento anual do PIB per capita foi negativa ou ainda que, para os ocupados no setor industrial houve uma retração média real no valor da renda de 15,6% nos meses de janeiro a dezembro de 2002 em relação à renda média de 1998. A valorização constante do salário-mínimo precisaria entrar como fundamento importante das próximas dotações orçamentárias. ●

**Dilermando Toni** é jornalista e membro do Comitê Central do PCdoB.

**A geração de novos empregos foi um dos principais compromissos de campanha das forças vitoriosas.**



# ESTADO e

Renildo Souza

*A radicalização das controvérsias teóricas e políticas sobre o papel do Estado é uma indicação da sua importância fundamental na sociedade capitalista. A crítica ao neoliberalismo é acompanhada de propostas de re-regulamentação da economia. Nos marcos de um novo ciclo político brasileiro, o Estado poderá ser redefinido como um instrumento central em um projeto nacional de desenvolvimento*

**R**esumidamente, para os neoliberais, o Estado: 1) tem sua ação econômica definida de modo exclusivamente exógeno face à economia; 2) contrapõe-se à natureza do indivíduo como sujeito utilitarista, homo economicus e consumidor soberano; e 3) constrange a liberdade de iniciativa empresarial e prejudica a racionalidade dos mercados auto-regulados. Portanto, a forma e as funções do Estado devem ser minimizadas.

Para os keynesianos, a ação econômica do Estado decorre da necessidade de correção das falhas do mercado. Para Keynes, a crise cíclica seria evitável, através da política econômica de governo. As medidas anticíclicas evitariam o desequilíbrio e a crise resultantes do funcionamento espontâneo do mercado. Nesse sentido, o pleno

emprego seria buscado pela adoção de medidas expansionistas da renda nacional, atuando-se na oferta monetária (e redução da taxa de juros), nos gastos públicos (déficits orçamentários), na tributação e também nos programas de obras públicas.

Para os marxistas, o desequilíbrio e as crises econômicas são intrínsecas ao capitalismo. As perturbações no funcionamento da economia decorrem da operação lógica das leis de movimento do capitalismo. A concentração do capital, a exacerbação da dominação financeira e o gigantismo do desemprego caracterizam o capitalismo contemporâneo. Hoje, o neoliberalismo, mediante a desregulação estatal, aproximou ainda mais o capitalismo da pura e livre manifestação de suas contradições imanentes. Além disso, a obsessão deflacionista, superávits orçamentários, cortes de



# Desenvolvimento Econômico

gastos públicos e a política de elevadas taxas de juros reais positivos configuram uma política governamental pró-cíclica, reforçando as tendências contracionistas na economia.

O resgate do debate sobre o papel do Estado mostra o estruturalismo, situando o Estado em autonomia relativa perante as classes dominantes, conforme Poulantzas. Essa autonomia, embora relativa, abre a possibilidade de certas ações estatais favoráveis à classe dominada, sem mudar o status quo. Na herança de Poulantzas, a escola francesa da regulação enfatiza o papel de um regime de acumulação, decorrente de padrões estáveis e regularidades de reprodução do sistema, como demonstraria o fordismo e o Estado de Bem-Estar. De outro lado, Miliband privilegia o papel da luta de classes em relação ao Estado. A instrumentalização estatal a serviço dos interesses econômicos da classe dominante refuta qualquer veleidade de neutralidade do Estado. Os autores derivacionistas assinalam a necessidade lógica do Estado, derivando-se das relações de produção capitalistas. Assim, Estado, conforme, por exemplo, Altvater, “tem o encargo de reproduzir o capital na sua totalidade, regulamentando o conflito capital-trabalho, proporcionando a infra-estrutura necessária, ajudando o capital nacional nos mercados internacionais e regulamentando o desenvolvimento capitalista por meio da política fiscal e monetária”. Brunhoff acentua a necessidade de gestão estatal especialmente sobre a força de trabalho e a moeda, embora faça a ressalva acerca da eficácia limitada da intervenção governamental que não pode ser a solução das contradições básicas do processo reprodução do capital<sup>(1)</sup>.

Após esse debate, houve a experiência concreta do neoliberalismo, nas décadas de 1980 e 1990, onde, a depender das particularidades históricas de cada país, desferiu-se, em maior ou menor grau, um duplo ataque, atingindo tanto o mundo do trabalho como a regulação keynesiana e nacional pelo Estado. Diante da crise econômica dos

anos 70, buscou-se uma reestruturação do capitalismo, combinando-se os mais diversos fatores, como novas tecnologias, desregulamentação, liberalização dos mercados, privatização de empresas estatais, integração das esferas nacionais, supressão de direitos trabalhistas e previdenciários, repressão.

A onda neoliberal, a partir de Margareth Thatcher e Ronald Reagan, ganhou força política material decorrente de sua entronização, ironicamente, no próprio aparelho de Estado

**Diante da crise econômica dos anos 70, buscou-se uma reestruturação do capitalismo, combinando-se os mais diversos fatores, como novas tecnologias, desregulamentação, liberalização dos mercados, privatização de empresas estatais, supressão de direitos trabalhistas e previdenciários.**

de grandes potências, como Estados Unidos e Inglaterra. Esse fato é revelador de um processo em que se preserva o papel destacado, no plano econômico e internacional, dos Estados centrais, enquanto o grande capital, com ação global, busca fragilizar os Estados na periferia capitalista. Ademais, argumenta-se que a própria globalização econômica, que supostamente apagaria as fronteiras nacionais, defronta-se com um grande obstáculo político materializado na existência sólida dos Estados Nacionais. A despeito da dominação unilateral da superpotência norte-americana, há que se reconhecer a constituição e consolidação de um



extenso sistema de Estados no mundo contemporâneo.

Ignacy Sachs refere-se a uma classificação da trajetória do Estado, a partir do final da segunda guerra mundial, genericamente, em três momentos (2): i) De 1945 a 1970, com aumento da intervenção econômica, expansão dos gastos públicos e nacionalização; ii) nos anos 1970, a ação econômica do Estado é objeto de forte contestação teórica e política; e iii) desde 1980 até hoje, desregulação, privatizações e cortes orçamentários.

### Desenvolvimento

O desenvolvimento em uma formação social submetese, no plano mais geral, às leis de movimento do modo de produção capitalista, em um processo de antagonismo entre o capital e o trabalho, concentração do capital e inevitabilidade das crises cíclicas de superprodução. O capitalismo confirmou-se como um sistema potencialmente eficiente na produção de riqueza e incapaz de superar a desigualdade na distribuição do produto. O limite de suas reformas e, portanto, da tendência política reformista, continua sendo a produção socializada e a apropriação privada da riqueza. A lógica da produção é dada pelos seus fins lucrativos, e não pelas necessidades sociais. No plano macroeconômico, o nível de emprego depende essencialmente da taxa de lucro.

O desenvolvimento desigual entre empresas e países

depende dos diferenciados ritmos de elevação da produtividade do trabalho. As transformações estruturais operadas pelo surgimento dos monopólios e do capital financeiro constituem o imperialismo, presente até os nossos dias, criando as condições para um desenvolvimento combinado com subdesenvolvimento em alguns países periféricos. A expansão do capital mundialmente é uma necessidade inerente ao capitalismo: o capital não se reproduz, se não houver

sua acumulação, expansão. As relações sociais de produção engendram o mercado interno nas esferas nacionais, viabilizando-se o investimento industrial nos diversos ramos, inclusive a importação do capital produtivo originário das grandes potências.

Convencionalmente, o desenvolvimento é definido como o crescimento econômico, por meio do incremento do produto nacional bruto per capita, ao lado do

progresso técnico na estrutura produtiva e avanço das condições de vida da população.

Os países atrasados percorreriam uma trajetória natural, evoluindo por etapas, conforme o processo já vivido pelos países desenvolvidos, na abordagem de modernização conservadora apresentada por Walter Rostow. Nesta interpretação, todas as nações experimentariam um desenvolvimento linear, atravessando as etapas da economia tradicional, das condições para a decolagem, do crescimento como uma regularidade, da maturidade tecnológica e produtiva, da plenitude do consumo de massas.

A subida da maré levanta todos os navios, mas a expansão da riqueza, no sistema capitalista, tem beneficiado alguns países, sem se estender aos demais. Assim, a Cepal, sobretudo na década de 1950, elabora um pensamento baseado em aspectos históricos e estruturais relativamente ao capitalismo como sistema mundial em que coexistem centro e periferia, com os benefícios do progresso técnico apropriados pelos países centrais, enquanto o livre-comércio, justificado pela teoria ricardiana das vantagens comparativas, condena os países periféricos à especialização em produtos primários e ao subdesenvolvimento. A Cepal propunha, então, uma guinada estrutural, com o processo de industrialização por substituição de importações, a partir do planejamento e intervenção do Estado desenvolvimentista.

A própria experiência histórica e, sobretudo, o período recente de desregulação e "financeirização" têm confirmado que o capitalismo é uma forma de organização social, que, por natureza, dispõe de grande potencial produtivo em contraste com sua inerente incapacidade distributiva para a maioria social trabalhadora, com "desprezo pelas condições particulares de existência dos povos e pelos conteúdos da vida"<sup>(3)</sup>.

No plano mais concreto e imediato, criticando-se, hoje, os desvios do passado e colocando-se em alternativa ao neoliberalismo, surge o neodesenvolvimentismo no Brasil. No programa do governo Lula destaca-se a fixação da questão social como o eixo do desenvolvimento econômico. Neste sentido, o novo modelo de desenvolvimento privilegia o mercado interno, com a meta de inclusão de milhões de brasileiros à participação econômica, ao consumo e aos direitos sociais. Nessa concepção, a geração de empregos, o combate à concentração de renda, a caminhada para a superação dos vergonhosos indicadores sociais são as balizas da atuação do Estado. Por isso mesmo, no âmbito do Programa Fome Zero destacam-se as políticas relativas aos incentivos para a criação de emprego, apoio ao primeiro emprego, elevação do salário mínimo e requalificação profissional.

**O capitalismo confirmou-se como um sistema potencialmente eficiente na produção de riqueza e incapaz de superar a desigualdade na distribuição.**



O Brasil continua na liderança mundial da pior distribuição de renda: mais de 50% da renda ficam nas mãos dos 10% de brasileiros mais ricos, enquanto só 12% da renda restam para os 12% mais pobres. O país situa-se em 70º lugar no IDH (índice de desenvolvimento humano).

### Industrialização

O estrangulamento externo é uma restrição à economia nacional em decorrência da escassez de divisas diante da necessidade de importação de bens e serviços demandados pelo crescimento econômico. A política de substituição de importações, fomentando a implantação de setores industriais, é um esforço para progressivamente reduzir essa dependência externa, vinculando estrategicamente o desenvolvimento do país ao seu próprio mercado interno. O desequilíbrio externo refletia-se na elevação dos preços dos produtos importados, favorecendo a substituição desses setores, que já contavam com uma demanda.

A década de 1930 significou uma arrancada decisiva na industrialização brasileira. A indústria cresce, em média, ao ano: 4,6% entre 1911 e 1919; 3,9% de 1920 a 1928; 1% entre 1919 e 1932; e elevados 11,2% de 1933 a 1939. Os créditos destinados à defesa do café e a desvalorização da moeda nacional favoreceram a recuperação da renda nacional em 1933 e a proteção da indústria nacional. Sob as condições da segunda guerra mundial, aproveita-se plenamente a capacidade produtiva da indústria, contando com maquinaria antiga. Em 1946 começou a operar a Companhia Siderúrgica de Volta Redonda. Na primeira metade dos anos 1950, o segundo governo Vargas – além de criar o BNDE e a Petrobras – reage, com investimentos em usinas hidrelétricas, diante da estagnação de investimentos, desde 1930, pelas concessionárias estrangeiras de energia elétrica na estratégica região Sudeste (Brazilian Traction/Light e Bond & Share/AMFORP). O Plano de Metas, no governo Juscelino Kubitschek, promove uma estruturação industrial madura no país.

O II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) significou um amplo conjunto de investimentos para o período de 1975 a 1979. Apesar da crise internacional, o governo Geisel propôs-se a manter o crescimento econômico, com projetos de grande porte nas indústrias básicas e na infraestrutura, contando com importante endividamento externo, aproveitando a ampla liquidez nos mercados financeiros nos países centrais. Avançou-se nos setores de siderurgia, petroquímica, de minerais não-metálicos, papel e

celulose. Registra-se o projeto da Nuclebras, em Angra dos Reis. Operou-se uma tentativa de desconcentração econômica, como mostram os projetos, por exemplo, dos pólos petroquímicos na Bahia e no Rio Grande do Sul; minério de ferro em Carajás; soda de cloro em Alagoas; fertilizantes em Sergipe; Itaipu no Paraná.

Os planos de desenvolvimento desaparecem nos marcos da crise da dívida externa nos anos 80. Nesse período, a necessidade de restringir dramaticamente as importações – com vistas à geração de gigantescos superávits

## O estrangulamento externo é uma restrição à economia nacional em decorrência da escassez de divisas diante da necessidade de importação de bens e serviços demandados pelo crescimento econômico.

comerciais, obtendo os dólares requeridos pelo serviço da dívida externa – implicou no fechamento da economia brasileira, nos anos 1980, com forte proteção da empresa doméstica, ao lado da recessão geradora de excedentes de bens para a exportação.

O modelo nacional-desenvolvimentista, designado genericamente como processo de substituição de importações, permitiu que o Brasil crescesse 7,3% ao ano de 1950 a 1980. Entretanto, essa marcha acelerada foi interrompida: na década de 1980, o PIB cresceu 2,9% e na década mais do que perdida, os anos 1990, a tendência de estagnação confirmou-se pela variação anual de 1,9% do PIB.

### Desmonte do Estado desenvolvimentista

“Não resta dúvida – para qualquer analista sério e informado – que o desdobramento e a concretização dos processos de industrialização dos países periféricos dependeram diretamente da iniciativa, fomento e coordenação por parte do Estado”<sup>(4)</sup>. Assim, o Estado apela para amplo conjunto de políticas e instrumentos: financiamento subsidiado, reserva de mercado, proteção tarifária e cambial, incentivos fiscais, favorecimento nas licenças de importação de máquinas e equipamentos, controle sobre remessas de lucro e operações cambiais, subsídios à exportação, etc.

O Estado desenvolvimentista percorre um longo processo de formação e consolidação, desde os anos 1930. Com a crise do desenvolvimento, esse Estado é questionado em sua relativa capacidade de orientação, implementação e financiamento de atividades estruturantes da economia nacional. Na década de 1980, os problemas macroeconômicos de



ajuste e estabilização tomam as atenções do Estado em vez das metas desenvolvimentistas de longo prazo.

Os organismos internacionais multilaterais impõem o ajuste das economias periféricas, sobretudo na América Latina, com as reformas orientadas para o mercado. No Brasil, a partir do governo Fernando Collor, em 1990, passa a operar uma estratégia política e ideológica com o firme objetivo de desmonte do Estado, sob forte influência do Consenso de Washington. Nesse sentido, a política econômica, a partir daí, teve caráter neoliberal, e seu principal alvo foi o Estado desenvolvimentista. Avalia-se que o modelo de substituição de importações e a intervenção estatal teriam sido a causa das dificuldades econômicas dos anos 1980. Contra a história da atuação do Estado desenvolvimentista são levantadas as condenações referentes ao autoritarismo; restrita participação política das massas; concentração da renda e da riqueza.

Os representantes do governo Fernando Henrique não reconhecem esse caráter neoliberal, insistindo em caracterizar a sua orientação econômica como simples bom senso, em razão da estabilidade monetária e da responsabilidade fiscal, e única proposta concreta existente em face da ausência de alternativa, nos marcos da globalização.

Na verdade, o funcionamento da economia passou a

depende exclusivamente da espontaneidade do mercado, bem entendido, dos planos do grande capital, sobretudo dos investidores financeiros internacionais. Inédita desnacionalização avassalou a economia, transferindo os centros de decisão para as grandes potências. A política de desenvolvimento e o método do planejamento, no longo prazo, foram abandonados como coisas ultrapassadas, que não convinham ao novo papel do Estado. As políticas setoriais foram classificadas de anacronismo. Extinguiram-se os instrumentos de condução ma-

croeconômica, prevalecendo a passividade governamental. Privatizaram-se empresas monopolistas, mas não funciona sequer o chamado Estado regulador, a partir das agências.

No processo de industrialização brasileira, o Estado desenvolveu políticas que protegeram o mercado interno da concorrência externa. Isso foi anulado abruptamente pela abertura da economia, em busca da adoção do livre comércio e da integração à globalização. Entretanto, os

Estados centrais pregam o livre-cambismo, mas mantêm barreiras alfandegárias, fito-sanitárias, cotas, além dos subsídios para determinados setores, como a agricultura, nos Estados Unidos e Europa. Os subsídios públicos constituem 40% da renda na agricultura norte-americana. Os Estados Unidos fazem política industrial e comercial, em defesa de suas empresas. Por exemplo, setores siderúrgicos foram protegidos por barreiras protecionistas impostas pela atual administração Bush.

A estratégia antiestatal brasileira materializava-se nas privatizações, na contração do gasto público, no recuo do Estado da regulamentação dos mercados, nas aberturas comercial e financeira. Esse processo intensifica-se com o governo do presidente Fernando Henrique, que no discurso de posse, expõe sua missão de encerrar a era Vargas. Constatava-se, supostamente, "a necessidade de redefinir e reconstruir o Estado se tornou uma questão de mais alta prioridade"<sup>(5)</sup>. Esvaziando o Estado, constituem-se as agências reguladoras, apoiadas na retórica que as justificava como instrumentos de modernização, eficiência e democratização da gestão pública.

A Constituição Federal de 1988 foi objeto de uma revisão, através da supressão do monopólio estatal do petróleo, das telecomunicações, da mineração e da navegação de cabotagem, abrindo-se as portas para as privatizações e desnacionalização em setores estratégicos.

O Brasil, como outros países latino-americanos, tem a especificidade e a prova histórica da participação fundamental de empresas estatais na deflagração e expansão do processo de industrialização e desenvolvimento. No âmbito da crise dos anos 1980, com a política de tarifas rebaixadas para combater a inflação e subsidiar o setor privado e o bloqueio de novos investimentos, acumularam-se dificuldades para algumas empresas estatais. Com a privatização dessas empresas, o Estado perde instrumentos poderosos para influenciar na dinâmica da economia e orientar o rumo estratégico do país. Contudo, da fúria privatista, com a venda de 107 empresas, há duas grandes sobrevivências: Petrobras e Banco do Brasil.

As privatizações impulsionaram a desnacionalização da economia. Das 550 maiores empresas do país, a participação das empresas estrangeiras nas vendas passou de 32%, em 1994, para 44,7%, em 1999. Hoje, entre as 500 maiores empresas, 47% são propriedade do capital estrangeiro.

O Banco Central tornou-se um aparato fundamental para a definição da natureza da ação estatal na economia. Trata-se da principal instituição econômica da nossa sociedade, afirma Aglietta<sup>(6)</sup>. Ele critica os países que têm o banco central conduzido por determinada taxa de câmbio, como no

**Esvaziando o Estado, constituem-se as agências reguladoras, apoiadas na retórica que as justificava como instrumentos de modernização, eficiência e democratização da gestão pública.**



exemplo da já revogada lei de paridade peso-dólar na Argentina, em detrimento da atenção sobre crescimento, desemprego e inflação. Assim, dada sua importância na política econômica do governo, constata-se que a atuação do Banco Central não ficaria incólume em meio ao vendaval de reação ao Estado desenvolvimentista no Brasil.

O Banco Central tem sido complacente com o oligopólio dos bancos na mesma medida em que tem sido uma instituição à margem do controle da sociedade civil e do Congresso Nacional. Para que o Banco Central pudesse operar com essa grande e perniciosa autonomia, na prática, o governo Fernando Henrique interditou a regulamentação do artigo 192 da Constituição Federal de 1988.

O Banco Central não assume a responsabilidade fiscal pelo custo de R\$ 20 bilhões do PROER e pela sua conivência com os especuladores, os quais impõem a desvalorização cambial e lucram com os títulos da dívida pública indexados ao dólar. Por ser prestador de última instância, por operar as políticas monetárias, e cambial, e, no caso do Brasil, gerir a dívida pública, o Banco Central deveria ter seu estatuto jurídico, na regulamentação do artigo 192 da Constituição, estabelecendo-o como uma instância de governo, submetida ao Ministério da Fazenda e à Presidência da República, operando como aparato institucional da política de desenvolvimento econômico do país. Assim, não cabe a insistência dos mercados financeiros na tentativa de impor, dessa vez formalmente, a independência do Banco Central. Ao contrário do que se propala, o problema tem sido a autonomia e a falta de transparência nas relações entre os diretores do Banco Central e os bancos privados e interesses internacionais, como os fatos comprovam, nos anos 1990. A necessidade real é de definição dos limites e responsabilidades dos seus diretores, das regras precisas na assistência à liquidez e demais atividades do Banco Central.

Os objetivos referentes ao crescimento econômico e à inflação devem ser decididos fora do Banco Central, pelo governo, a partir do seu planejamento. O Banco Central deverá cuidar da operação da política monetária para atender esses objetivos. A volta da cantilena da independência do Banco Central é uma maneira de continuar o desmonte do Estado, interditando a formulação e condução de política econômica pelo governo.

### Restrições, transição e 2003

A especulação contra o real, a elevação do dólar, os títulos da dívida interna indexados ao câmbio e com vencimentos encurtados e, ainda, a volta da inflação, são restrições macroeconômicas que facilitam a imposição de recursos convencionais e ortodoxos da instrumentação

fiscal e monetária. Foi assim que ficou aberto o caminho para a pressão conservadora, impondo a agenda da manutenção e agravamento do superávit primário e das altas taxas de juros. Também a intocabilidade dos contratos, da lei de responsabilidade fiscal e do regime de metas de inflação apresenta-se como fato consumado, uma verdadeira cláusula pétrea, quintessência dos sábios e racionais mercados financeiros. Nesses termos, a política fracassada pretende sobreviver.

A desvalorização do real, elevação do preço do petróleo e os aumentos das tarifas públicas deflagraram a volta da elevação geral dos preços, desde o último trimestre de 2002, contaminando os preços dos diversos setores da economia. Com a desvalorização da moeda nacional, os insumos importados geram impactos nos custos dos produtos nacionais, criando-se pressões inflacionárias. No caso dos produtos exportáveis, seu preço interno é aumentado, equiparando-o ao preço internacional porque a referência é a receita possível de ser obtida com suas vendas no exterior, como tem ocorrido com o açúcar, a soja e o papel e celulose. Os preços desses tipos específicos de produtos podem ser objeto de negociação, como o governo Lula já tratou, relativamente, no que diz respeito ao setor sucroalcooleiro, ou aumento dos impostos de exportação, ou mesmo controle administrativo temporário de preços em alguns casos de bens essenciais.

Os contratos de privatização e de concessão de serviços públicos permitem a majoração de preços, conforme o Índice Geral de Preços (IGP), incorporando a influência da elevação dos preços internacionais nos produtos no atacado, a partir da elevação do dólar. Nos últimos oito anos, os preços "controlados" dispararam, tendo, em alguns casos, atingido 3.000%. São aumentos de preços de itens que pressionam o nível geral de preços, representando, sobretudo, um saque contra os baixos rendimentos da população mais pobre. Esse problema envolve gás de cozinha, gasolina, transporte urbano, água e esgoto, energia elétrica, telefone, etc. É claro que esses contratos de privatização têm que ser revistos.

O Banco Central tem insistido na mesma reação diante da pressão inflacionária: elevar a taxa básica de juros. Com juros altos, o Banco Central, assim como se fazia no governo anterior, pretende combater a inflação e atrair

**A desvalorização do real, elevação do preço do petróleo e os aumentos das tarifas públicas deflagraram a volta da elevação geral dos preços.**



## Considerando o desemprego vigente e a retração da demanda, o aumento de juros apenas promove mais pressão recessiva, freando os investimentos produtivos, ampliando ainda mais o desemprego.

capitais externos. O uso convencional da política monetária vinha sendo determinado há muito tempo pelas dificuldades do balanço de pagamentos, mas ultimamente tem sido condicionado pelas pressões inflacionárias.

Considerando o desemprego vigente e a retração da demanda, o aumento de juros, que já eram os mais altos do mundo, apenas promove-se mais pressão recessiva, freando os investimentos produtivos, ampliando novamente, ainda mais, o desemprego. Um outro efeito das elevadas taxas de juros é o recrudescimento da desorganização das contas públicas, inclusive de Estados e municípios, como se atesta com o atraso de pagamento de funcionários em grandes Estados, nos primeiros meses de 2003. Entretanto, alterando-se a política econômica, estima-se que "um crescimento de 4% do PIB ao ano permite uma expansão da receita pública de 5% a 7% ao ano"<sup>(7)</sup>. Na relação dívida/PIB, os cortes de gastos (destinando recursos para pagamento da dívida) são inutilizados pelo efeito automático dos juros altos como aumento da dívida, sob a condição de estagnação da economia. A insistência em taxas de juros exageradas logo atingirá o limite da capacidade política de impor cortes orçamentários extravagantes.

O combate à inflação exige o estímulo à produção, ampliação da oferta. Em contraste com a ineficácia antiinflacionária dessa restrição monetarista da demanda, ainda em vigor, propõe-se a retomada do crescimento dessa produção para engendrar emprego e renda, para privilegiar o mercado de massas, para esvaziar o conflito distributivo específico do processo inflacionário, assegurando-se a oferta alargada, sustentada temporalmente, inibindo as expectativas de pressões de elevação dos preços. Um processo de ampliação da oferta, satisfazendo o esforço exportador, sem sacrificar a prioridade do mercado interno, significa uma possibilidade de razoável controle da inflação de modo sustentado no longo prazo.

Na transição para um novo papel do Estado, além de se limitar a dependência do Banco Central perante as instituições financeiras privadas, há que se reformular o significado, detalhar a atribuição e limitar a autonomia das agências reguladoras. Na prática, essas agências são um fator de

esvaziamento da capacidade de intervenção do Estado. São instituições "capturadas" pelos supostos regulados, as empresas monopolistas ou oligopolistas privadas. Muitas das atribuições abusivas hoje concentradas nas agências devem ser transferidas para a esfera do governo e de câmaras setoriais.

No começo do novo governo, a herança macroeconômica perversa, advinda do governo Fernando Henrique, combina-se com pesadas restrições externas. Os Estados Unidos não conseguiram recuperar a sua economia e a estagnação tem abrangência mundial. Além disso, há a ameaça de guerra contra o Iraque, ampliando ainda mais a aversão ao risco nos mercados financeiros internacionais, sobretudo para a periferia. Os problemas na Argentina, Venezuela, Uruguai, Paraguai, Equador e Bolívia repercutem na elevação da taxa de risco para toda a região sul-americana.

As expectativas para o ano de 2003 são de baixo crescimento. Não vai haver, provavelmente, significativa queda do desemprego. Além das restrições internas, o ambiente externo é muito desfavorável. As respostas, na política econômica, nos primeiros dois meses de governo, foram convencionais.

Porém, as primeiras medidas, os sinais de novos tempos são indispensáveis. Algumas mudanças são possíveis. O salário mínimo é o instrumento mais importante de proteção e defesa dos pobres, tendo grande importância na renda das famílias dos aposentados, e tendo também a função de referência para os demais salários. O começo do processo de recuperação do salário mínimo não pode ser retardado. É preciso apontar para uma política para a recuperação econômica, sobretudo sinalizando contrariamente aos arroubos monetaristas do Banco Central e aos excessos ortodoxos na forma de cortes de gastos e superávit primário. Contrariamente ao imobilismo, alguns passos podem ser dados no sentido de certos investimentos públicos e gastos sociais, e da expansão de crédito seletivo pelas instituições financeiras públicas. Há que se iniciar um processo de enfrentamento da dominação puramente rentista e financeira, com a queda gradual nas taxas de juros. Medidas viáveis nas atuais condições meramente administrativas podem ser interpostas para exercer certo monitoramento sobre o movimento de capitais e proteger o nível das reservas internacionais. Impõe-se caminhar em direção a uma nova estratégia relativamente ao modelo de gestão das contas externas e ao crescimento econômico.

Para começar, alimentos, habitação popular e sanea-



mento, educação e saúde, energia e transportes deveriam compor a agenda dos setores classificados como prioritários e que reclamam as primeiras medidas, no período de transição, favorecendo o início do movimento para a criação do mercado de consumo de massas e para a recuperação do emprego e do crescimento.

Recordando a experiência recente e o problema da transição, é importante considerar interpretações emanadas do governo Fernando Henrique. Em 1996, Gustavo Franco, José Roberto Mendonça de Barros e Lídia Goldenstein, importantes membros da equipe econômica do governo Fernando Henrique, defenderam, através de dois escritos, a opinião de que estava em curso um processo progressista de transformação estrutural no Brasil. Conforme crítica do professor Erber, a retórica desses representantes do governo de então explicita o mito da travessia <sup>(8)</sup>: "o padrão de desenvolvimento passado da economia brasileira, liderado pela substituição de importações e pelo Estado e apoiado no tripé empresa estatal/empresa estrangeira/empresa nacional familiar, era ruim e esgotou-se. Um novo padrão de desenvolvimento, mais adequado às condições internacionais e, internamente, mais dinâmico e mais igualitário, está em gestação."

Essa travessia era só retórica porque os fatos, a partir da política neoliberal encaminhada pelo governo Fernando Henrique, desmentiam uma recuperação do dinamismo, da competitividade e do avanço da economia brasileira.

Não há, nos países periféricos, modelos de transição da malfadada guinada neoliberal do final do século XX para o neodesenvolvimentismo voltado para os objetivos nacionais, democráticos e sociais. As reformas efetivamente necessárias ao desenvolvimento exigem razoável prazo para sua aprovação. Alguns aspectos relativos ao pacto federativo, no que diz respeito às relações entre o presidente e os governadores, devem estar voltados para o crescimento econômico e as políticas sociais de emergência e de longo prazo. O novo governo deve levar a efeito políticas que não sejam convencionais, refutando os enviesados e interessados julgamentos e sentenças dos mercados financeiros. Ao contrário de descrença na atividade política, há, por parte do povo, confiança e expectativa em relação ao governo Lula. O governo deve manter uma interlocução com a sociedade, tratando das demandas reprimidas e do passivo social, discutindo prioridades e prazos.

No processo de transição, os custos de reversão da política econômica são altos, em razão do país ter se inserido na globalização de uma forma que resultou em dramática dependência de capitais externos, tornando-se refém da lógica de valorização de capitais dos externos. Mantém-se

muito elevada a taxa de risco soberano do Brasil. Estima-se que o Brasil necessita de cerca de US\$ 30 bilhões para efetuar transações e honrar compromissos externos em 2003. Sobretudo no período de transição, há uma necessidade de forte incremento das exportações, além dos esforços de substituição de importações, perseguindo-se a meta de elevado superávit comercial.

Conservação e adaptação à herança neoliberal ou inovação e mudança. Na gestão do processo de transição, o novo governo defronta-se com dois perigos, ameaças reais à atual oportunidade de mudança relativa no Brasil: primeiro, o imobilismo, a cautela excessiva, a timidez, a perplexidade, advindos da confusão de objetivos, e da cooptação pelas elites; e segundo, a precipitação, o volutarismo, o açodamento, advindos do cansaço da longa espera e da premência do enfrentamento dos problemas cruciais brasileiros. Cabe esclarecer qual dos dois desvios aparece com mais força neste momento inicial da transição. Dadas as próprias restrições macroeconômicas vigentes e a grande força política da oposição, inclusive governando importantes Estados, não há dúvida de que o primeiro risco merece mais atenção. Por fim, como se sabe, as conquistas da transição ao neodesenvolvimentismo democrático e popular dependem da correlação de forças entre os que querem a mudança e os que reagem para conservar o neoliberalismo. ☺

**Renildo Souza** é economista e membro do Comitê Central do PCdoB.

#### Notas

- 1) MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. "A concepção marxista de Estado: considerações sobre antigos debates com novas perspectivas". *Economia*. Niterói (RJ), v. 2, n.2, p. 347-389, jul./dez. 2001.
- 2) SACHS, Ignacy. "O Estado e os parceiros sociais: negociando um pacto de desenvolvimento". In: PEREIRA, L. C. Bresser, WILHELM, Jorge e SOLA, Lourdes. (Orgs.). *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo: Unesp; Brasília: ENAP, 1999.
- 3) BELLUZZO, Luiz Gonzaga. "Finança global e ciclos de expansão". In: FIORI, José Luiz. (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, p. 116.
- 4) COUTINHO, Luciano. "Coréia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos, e desastres". In: FIORI, José Luiz. (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, p. 357.
- 5) BRASIL. *Presidência da República, Comissão da Reforma do Estado*. White Paper Reform of the State Apparatus. Brasília, 1995, p. 14.
- 6) AGLIETTA, Michel. "Moeda e política monetária: o alimento do poder". *Rumos*, nov. 2001, p. 4-8.
- 7) *Programa de Governo*. Op. cit.
- 8) ERBER, Fábio Stefano. "O mito da travessia e a retórica oficiosa do governo: Franco, Mendonça de Barros e Goldenstein". *Boletim de Conjuntura. Instituto de Economia - UFRJ*, vol. 16, n° 3, out. 1996, p. 68.



# O SISTEMA MONETÁRIO

## e os desafios ao desenvolvimento

André Rego Viana

*A periferia funciona como válvula de escape para as flutuações do capital nos países desenvolvidos, tanto sob a forma de mercados para a absorção de crises de superprodução como a de produtores de insumos – cujos preços são os primeiros a ser achatados nos momentos de reversão do ciclo econômico*

O presente artigo tem por objetivo contribuir na discussão sobre as restrições impostas ao desenvolvimento brasileiro e na construção de um novo modelo de desenvolvimento que permita a estruturação de uma sociedade mais igualitária com vistas à construção do socialismo. A busca desse novo modelo de desenvolvimento requer uma reflexão sobre o lugar do Brasil no mundo. Tendo em vista que esta é uma tarefa de grande envergadura, restringimos o escopo do presente artigo às relações econômicas no âmbito do Sistema Monetário Internacional (SMI) e suas implicações para países como o Brasil.

O tema abordado aqui é a moeda, o meio de troca, o dinheiro, a forma social do equivalente geral que permite à massa de produtores individuais realizar sua interação social através da troca. O sistema capitalista herda de relações mercantis pretéritas a ordem monetária, a partir da qual é estruturada a sociabilidade dos homens enquanto produtores de mercadorias. Não se trata aqui de retomar a monumental tarefa empreendida por Marx nos volumes II e III d'*O Capital*, mas tão somente de pontuar algumas características do equivalente geral que se deve ter em mente ao discutirmos tal assunto.

A moeda é um fenômeno social. Como tal ela guarda fundamentalmente três características: 1) meio de troca (é

através dela que se expressa o tempo de trabalho social que caracteriza a moeda como equivalente geral de todas as mercadorias); 2) unidade de conta (a divisibilidade da moeda é a característica que possibilita que ela seja usada como medida para os diferentes valores); e 3) unidade de entesouramento (na medida em que representa valor, a moeda é escolhida como forma de acúmulo de valores ou entesouramento, na medida em que se espera que este não se corrompa ao longo do tempo). Estas características são válidas para as moedas individuais dos diferentes países. Além disto, os preços em cada moeda refletem, dentro da tradição marxista, as diferentes produtividades do trabalho social. Ao tratarmos com um sistema internacional isto engendrará alguns problemas, como veremos adiante.

### **Um breve histórico do Sistema Monetário Internacional (SMI)**

Grosso modo podemos resumir a história do sistema monetário internacional após a morte de Marx em quatro fases:

A primeira, a fase do chamado “padrão-ouro”, durou até a I Grande Guerra, patrocinada pela Inglaterra, a então potência dominante. Esse sistema era caracterizado por sua rigidez: os países convertiam suas moedas em ouro com base



# RIO INTERNACIONAL

## da periferia sistêmica

em uma taxa fixa e deviam pagar a diferença de seu comércio internacional em ouro a seus parceiros ao final de um período. A emissão de moeda estava limitada ao montante em ouro disponível nos Bancos Centrais dos diferentes países. Com isto, uma crise de insolvência tendia a paralisar completamente um país que perdesse suas reservas, uma vez que existe um mínimo necessário de moeda para garantir a circulação de mercadorias numa economia. O pressuposto ricardiano deste modelo é o de que ele se auto-regulava, com uma baixa dos preços das mercadorias exportadas, e ocorreria a recuperação da balança comercial e, em decorrência disso, o ouro voltaria a fluir.

A principal crítica a este modelo radicava na diferença de produtividade de os países condenarem aqueles menos desenvolvidos a uma situação de eterna queda dos preços de seus produtos de exportação e, portanto, a crises constantes, que levavam à entrada e saída dos países do SMI. Este período é marcado, ainda, pela ausência de controle dos fluxos de capital.

De fato, o padrão-ouro clássico nunca foi realmente universal, estando restrito aos países capitalistas avançados e à periferia capitalista que tentava imitá-los, e mesmo assim, com nuances como o uso da prata na França e nos EUA.

O período entre as duas guerras mundiais é um período de crise do SMI, com o abandono por parte de muitos países do padrão-ouro e pela criação de controles aos fluxos de capital. É sob esta situação que se constrói grande parte dos experimentos de Estados de bem-estar social na Europa, a política do New Deal nos EUA, e a política de substituição de importações na maior parte dos países latino-americanos. Políticas baseadas na intervenção estatal no campo produtivo e pela regulação social da produção com vistas à obtenção do pleno emprego. Enquanto isso, outro tipo de experimento social está sendo construído na URSS.

Com o fim da II Guerra Mundial, estabelecem-se os alicerces do moderno SMI. São criadas, a partir dos acordos de Bretton Woods, as atuais instituições que controlam o siste-

ma monetário internacional, em particular o FMI e o Banco Mundial. A pedra de abóbada desse edifício é o chamado padrão dólar-ouro, que estabelece que o dólar será mantido a uma taxa constante para conversão em ouro e que as demais moedas deverão lastrear-se no dólar, cabendo aos bancos centrais administrar suas taxas de emissão com base num limite seguro de reservas internacionais de forma a evitar ataques especulativos e garantir a liquidez das diferentes economias. O período do dólar-ouro corresponde aos chamados “trinta anos dourados” do sistema capitalista, onde uma combinação de ação estatal para a construção do estado de bem-estar social e de uma posição “benevolente” dos EUA (devido a uma cotação apreciada do dólar) permitiu a reconstrução das economias das potências ocidentais destruídas pela guerra. Além disso, nesse período começam a esgarçar-se os mecanismos de controle do fluxo de capitais, com o surgimento das chamadas “praças off shore” – países que estabelecem legislações permitindo o uso do dólar como moeda pelos bancos nacionais, com pouca ou nenhuma fiscalização sobre o volume de crédito concedido.

A eliminação, ou o relaxamento, dos controles sobre o volume de capitais financeiros leva a que o volume total de ativos denominados em dólares escape ao controle do Federal Reserve (o FED, banco central dos EUA). Além disso, devido ao fato das taxas de conversão das principais moedas européias terem sido fixadas de forma arbitrária abaixo de seu valor com relação ao dólar, os Bancos Centrais europeus, em particular França e Inglaterra, acumularam volumes crescentes de dólares e começaram a instar por sua conversão em ouro, pressionando as autoridades norte-americanas que relutam em fazê-lo. O crescimento das empresas multinacionais incorpora os lucros internacionais ao fluxo do capital mundial, pressionando os sistemas nacionais no sentido de gerar dólares que garantissem tais fluxos.

Os sucessivos ataques à moeda norte-americana, através da cotação do ouro, que se dão a partir de 1960, atin-



gem seu ápice entre 1971 e 1973, quando o governo norte-americano rompe a conversibilidade do dólar em ouro e desvaloriza a cotação da moeda.

A conversibilidade da Balança de Pagamentos de fato leva o sistema a uma situação em que os governos perdem o controle dos fluxos de capital.

O fim dos Acordos de Bretton Woods leva à adoção de políticas diferentes pelos diferentes atores. Enquanto EUA e Japão, com grandes PIBs e volume de comércio, adotam a livre flutuação, a Europa inicia as discussões para a unificação monetária, criando o Sistema Monetário Europeu (SME), e os países periféricos buscam defender-se através da adoção de taxas fixas de conversão. As chamadas praças off shore, paraísos fiscais como as Ilhas Caimã, Bermudas e Hong Kong, adotaram uma política de currency board, estabelecendo a conversibilidade de suas moedas com o dólar ao par, limitando a emissão de moeda nacional dentro de parâmetros de segurança.

**E**mbora houvesse a esperança de um retorno a uma conversibilidade do dólar, os EUA empurram o FMI a reconhecer a nova realidade e impõem sua posição aos demais países. Todos devem, a partir de então, buscar o equilíbrio externo de suas Balanças de Pagamentos como forma de proteger as respectivas moedas nacionais. Com isso, o choque do petróleo ocorrido em 1974<sup>(1)</sup> é financiado com uma política expansionista pelos principais países ocidentais, com a inflação tornando-se o principal problema dos anos 1970.

Embora a meta aparente seja a estabilização monetária, de novo, o mercado financeiro é o principal beneficiário do novo arranjo que garante a livre flutuação. Ao entrar nesse jogo, os Bancos Centrais partem sempre do pressuposto de que sairão perdendo para garantir a estabilidade. Vemos assim que não é uma característica própria apenas do BC brasileiro perder sempre para a banca.

A década de 1980 é marcada pela alta de juros norte-americana e por um dreno internacional de recursos para este país como resultado do forte endividamento do Estado americano com vistas ao financiamento do projeto Guerra nas Estrelas, que acabou por constituir-se no último "ato" da Guerra Fria. Enquanto os europeus refugiam-se no SME e o Japão faz uso de sua capacidade produtiva, os demais países do bloco capitalista, em especial a América Latina, paga a conta. A competitividade japonesa é desmontada com a desvalorização do dólar frente ao iene (e então é a vez dos japoneses também pagarem a conta).

Os europeus às voltas com seus próprios problemas constroem um novo arcabouço institucional onde, como resultado da vontade de unificação, são imolados os setores não competitivos, implicando em grandes ondas de desemprego ao longo dos 20 anos finais do século passado, o que é refor-

çado pela anexação da Alemanha Oriental pela Alemanha Federal. Como corolário a esta política os países deveriam ajustar suas economias a condições de ajuste fiscal restritas e promover a independência de seus bancos centrais.

O SMI constrói-se assim como um arcabouço institucional, onde uma potência hegemônica, os EUA, garante o curso de sua moeda como equivalente geral mundial, estabelecendo uma hierarquia estrita entre seus membros constituintes em favor do mercado, em especial do mercado financeiro.

### **As conseqüências da flutuação para a periferia**

Historicamente, a periferia sistêmica funcionou como válvula de escape para as flutuações do capital nos países desenvolvidos seja sob a forma de mercados para a absorção de crises de superprodução, seja como produtores de insumos cujos preços eram os primeiros a ser achatados nos momentos de reversão do ciclo econômico.

A circulação do capital financeiro em escala global introduziu novas formas de dominação e hierarquização de tais mercados. De um lado, através da entrada de capital na forma de Investimento Externo Direto (IED) produtivo, que, ao mesmo tempo em que estimula o desenvolvimento da produção, coloca fora do controle nacional a administração do excedente extraído e pressiona a balança de pagamentos para a geração das divisas necessárias ao envio dos lucros para as matrizes. Esta é a forma da crise vivida no período de Jango e que resultou no Golpe de 1964 no Brasil e que permanece em aberto, tendo sido potencialmente aprofundada pelo modelo neoliberal de desnacionalização de nossa economia.

Um segundo tipo de conseqüência é gerada pela desnacionalização de grande parte de nosso setor financeiro e pela dependência nacional dos capitais externos (tanto o Estado quanto o setor privado), que implica numa gigantesca punção financeira sobre nosso parque produtivo na forma de juros.

Além disso, juntamente com o desenvolvimento do SMI no último quartel do século passado, dá-se o desenvolvimento dos chamados mercados de commodities, mercadorias padronizadas em escala global, cujo preço passa a ser estabelecido no mercado de futuros sediado em Nova York. Esse tipo de determinação de preços embute em escala global um componente especulativo que afasta o preço das mercadorias de seu valor real (basta que tomemos, por exemplo, o petróleo ou o açúcar), ou que, mesmo refletindo o preço internacional, força a alta de preços internos nos países produtores mais competitivos – seja por estabelecer este preço "na média" mundial, seja por atrelar seu valor ao dólar implicando variações de preço como reflexo das variações da moeda norte-americana.

O comportamento de parcelas dos setores produtivos



passa assim a espelhar-se na postura especulativa do mercado financeiro, provocando retenção de estoques e/ou desovas que instabilizam ainda mais economias já bastante vulneráveis.

Tais ajustes institucionais amarram o Estado-nação a um “quarto poder” (ou quinto já que a mídia se pretende tão poderosa), pretensamente intocável que garante a soberania do mercado sobre a gestão da moeda. Isto se dá em termos nacionais através da conversibilidade via *currency board*, que assume os preços internacionais e repõe o problema da conversibilidade nos marcos do velho padrão-ouro, ou através de políticas de manutenção da conversibilidade “a qualquer custo” como forma de manter constante o fluxo de capitais especulativos.

Embora diferente do *currency board* a livre flutuação acentua o problema inflacionário, internalizando, como inflação, a flutuação externa e facilitando os ataques especulativos de todo tipo, mas em especial os provocados pelos “estreitamentos” do mercado, que possibilitam a alguns bancos jogar pesadamente contra o governo como vimos diversas vezes no final do ano passado às vésperas de vencimento de títulos denominados em dólares.

A própria idéia de um Banco Central independente é contrária à democracia, pois retira da política a possibilidade da condução da gestão do equivalente geral, garantindo a socialização das perdas nos momentos de baixa e o lucro do setor financeiro e das empresas oligopolistas nas fases ascendentes do ciclo. Renunciar ao BC como instituição de controle político por parte da sociedade é renunciar aos últimos laivos de soberania nacional sobre os mercados. É cristalizar as condições assimétricas e fortemente hierarquizadas do mercado mundial condenando o país à posição de colônia informal.

### Alternativas para a política monetária

Discutir alternativas em face das condições dadas parece difícil dado o primado do pensamento único. É evidente que gostaríamos de propor um sistema monetário socialista pronto e acabado, mas este não seria socialista, pois teria prescindido da participação social democrática em que os homens encontrassem sua nova medida, e as condições objetivas para tanto estão bastante distantes. Entretanto, algumas idéias podem auxiliar na discreta subversão do atual padrão e outras devem ser lançadas para o debate, tanto em âmbito nacional, como também para os demais países, na expectativa de construir-se uma alternativa viável de restrição das “forças de mercado” e de sua socialização.

Do ponto de vista da condução interna com uma taxa de câmbio flutuante, ao abraçar a sabedoria da teoria econômica tradicional, as atuais autoridades monetárias estão cometendo um imenso equívoco – além de contrariar tudo

o que foi dito pelo Presidente Lula durante a campanha.

A idéia de se elevar os juros e restringir o crédito como forma de combater a inflação parte do pressuposto de que esta é provocada por uma demanda aquecida. Mas a condição do mercado brasileiro é justamente a inversa, exceto para os setores astronomicamente ricos que são justamente os beneficiados pela alta dos juros. E também, na economia brasileira qual é o resultado de juros altos? Além da óbvia recessão, nos setores oligopolizados a alta dos juros é automaticamente repassada para os preços como forma de garantir-se a rentabilidade e, voilá, o país é brindado com uma pequena inflação de *mark-up*<sup>(2)</sup>, e se realimenta com nossa tradição inercialista. Junte-se a isso a cultura alarmista das revistas *Veja da vida*, e o dragão da inflação está de volta.

**E**m termos teóricos, os neoclássicos estão desprovidos das armas necessárias a demonstrar como se dá esse processo, mas do ponto de vista marxista podemos propor uma interpretação que implica necessariamente num desajuste estrutural inflacionário: devemos partir da idéia de que a massa total de valores produzidos na economia sob a forma de mais-valia é extraída necessariamente em processos produtivos nos diversos setores e só então repartida nas formas específicas de rendimento – lucro, aluguel, royalties e juros além dos impostos. Disto se deduz que um aumento desmesurado da taxa de juros implica num achatamento da rentabilidade do setor produtivo que se torna paulatinamente e cada vez mais, incapaz de manter sua competitividade por não dispor dos recursos necessários à acumulação ampliada do capital (segundo reportagem publicada na FSP de 16/2, no Brasil, mais da metade da lucratividade das empresas não financeiras é transferido aos bancos na forma de juros).

Tal visão, entretanto, não é a que o capitalista tem do processo. Para ele, o financiamento bancário é visto como custo, e, portanto, ao chegar-se ao limite da reprodução simples, na qual o capitalista entende que estaria “trabalhando” para o banco, sua tendência é de repassar seu “aumento de custos” socializando sua perda através de uma alta nos preços. A restrição ao multiplicador bancário e a alta dos juros da taxa Selic, além de onerar os cofres do próprio governo, empurram a economia para uma trajetória inflacionária que se pretende combater, atuando de forma inversa ao esperado, além de indiretamente, via inflação, achatar os salários. A inflação é, portanto, em parte resultado do conflito distributivo entre os setores capitalistas produtivos e o setor bancário, embora muito em breve alguém vá dizer que a culpa é dos trabalhadores que querem a reposição dos salários.

É necessário contrariar a sabedoria convencional. Já vimos como o vetor inflacionário está fortemente relacionado ao câmbio e às altas taxas de juros. Como combater esse desajuste? Creio que dificilmente encontraremos saí-



das que estejam relacionadas a “deixar a mão invisível do mercado fazer o seu trabalho”. É necessária a intervenção reguladora do Estado.

Com relação aos preços das commodities, já foi ventilado mais de uma vez na imprensa uma forma bastante simples de evitar a alta dos preços domésticos: deve-se efetuar a introdução de um imposto de exportação que iguale os preços domésticos aos externos de forma a forçar a venda doméstica dos insumos e socializar, através do Estado, os ganhos competitivos, que dificilmente são resultado de tecnologia, pois concentram-se em empresas agrárias ou extrativas. Uma legislação, que facultasse ao Ministério do Planejamento ou da Fazenda esse ajuste fiscal de forma ágil, evitaria a difusão das oscilações de preços para a economia. Isso poderia ser usado até mesmo para se constituir um fundo de subsídio a outros produtos importados que sofrem altas bruscas.

Outro problema que deve ser atacado pela raiz é a alta lucratividade dos bancos brasileiros, que segundo, reportagens da *Folha de S. Paulo* de meados de fevereiro, atingiam a marca de 24,5% no ano de 2002 – os mais altos do mundo. Isso se deve não só aos altos juros pagos pela Dívida Pública, mas também ao spread (diferença entre o custo de captação e a taxa de juros cobrada dos tomadores) cobrado pelos bancos (25% para empresas e 57% para pessoas físicas ao ano) nas operações privadas.

Esta hipertrofia do setor bancário – cujas receitas ascenderam a R\$ 123 Bi, algo como 5% do combalido PIB nacional –, nos dá a dimensão da necessidade histórica de se estabelecer limites à lucratividade desse setor, seja através de impostos, seja através da fixação dos spreads em percentuais que não estejam tão próximos da barbárie e permitam aos capitais produtivos e aos consumidores respirar (quanto da inadimplência da qual os bancos se queixam não é resultado de sua própria política de juros extorsivos?).

A regulação dos desajustes internos, entretanto, não é suficiente. Vimos na primeira parte deste artigo, como a moeda, ao longo da história, foi utilizada como meio de transmissão da renda dos países menos desenvolvidos para os mais ricos, perpetuando a assimetria, e a hierarquização, mundiais.

Os interesses a serem contrariados são colossais. O “mercado”, este ente fantasmagórico antropomorfizado, estende seus tentáculos de forma furiosa sobre as diferentes sociedades que compõem o concerto das nações. No entanto, o “mercado financeiro” pode ser entendido como os interesses de uns 50 grandes bancos e 300 instituições financeiras, além das empresas coligadas. Neste sentido, ele é um inimigo visível e não tão coeso. O oligopólio global é um espaço de cooperação e conflito, onde as empresas buscam posicionar-se junto aos Estados em detrimento de seus adversários, cabendo, portanto, estratégias individuais de cooptação.

A estratégia de criação de uma moeda comum para o Mercosul é válida, mas deve ser entendida como um passo no sentido de um acordo mais ambicioso. Lênin ironizou em seu debate com Kautsky a idéia de criação de uma moeda mundial. De fato, então, as condições históricas não estavam dadas. Em 1944, esta era a proposta de Lord Keynes, derrotada pelos norte-americanos ávidos por estabelecer sua hegemonia global. Hoje, tal idéia impõe-se à ordem do dia junto com o questionamento da arrogância imperial da potência dominante. Esvaziar o poder do dólar é esvaziar o poder da máquina de guerra norte-americana sem se disparar um tiro.

Inserir-se evidentemente nessa proposta a Taxa Tobin, como fonte de recursos para reversão dos efeitos do sistema capitalista, mas também como possível método de financiamento da ONU ou de outras instituições internacionais mais democráticas que possam ser construídas. A própria taxa Tobin poderia ser utilizada como mecanismo para incentivar o esvaziamento do dólar como moeda do comércio internacional e direcionamento para uma nova moeda através de alíquotas diferenciadas.

A construção de restrições às finanças globais passa pela construção de uma nova autoridade financeira internacional que possa de fato agir como autoridade regulatória, devendo para isso inclusive deter a capacidade de emissão de uma moeda mundial. Essa autoridade deveria ser composta de modo equitativo entre as diferentes nações de forma a não se reproduzir, como no caso do FMI, as assimetrias previamente existentes. Na prática, o FMI transformou-se na correia de transmissão dos imperativos do capital financeiro parcialmente globalizado, mas ainda fortemente centrado nos EUA e em seus sócios do G7, contra o resto do mundo, ditando de forma autocrata, receitas elaboradas segundo o ideário neoliberal e baseadas numa teoria econômica cada vez mais esclerosada, despregada da realidade da dinâmica da economia mundial. ●

**André Rego Viana** é economista e doutorando em sociologia pela FFLCH/USP. O autor agradece as contribuições e críticas da socióloga Milena Bendazzoli ao texto original, evidentemente isentando-a de quaisquer erros e omissões por ele cometidas.

#### Notas:

(1) Os choques do petróleo ocorreram em 1974 e 1979 devido a decisões por parte da OPEP (organização dos países exportadores de petróleo) de limitar sua produção, forçando assim a alta dos preços o que implicou em ajustes para as demais economias do mundo.

(2) Inflação de *mark-up* é o termo em economês para o processo de formação de preços onde a empresa em vez de tomar os preços no mercado, determina, devido a seu tamanho ou força, a taxa de lucro que será auferida após a apuração dos custos.

#### Referências:

- Chesnais, François, (1996) *A Mundialização do Capital*. Editora Xamã, São Paulo.  
 Marx, Karl; (1984) *El Capital: crítica de la economía política*. Siglo Veintiuno Editores, 14ª Ed., México DF/Madrid/Buenos Aires.  
 Oliveira, Francisco de, (1977) *A economia da dependência imperfeita*. Editora Graal, Rio de Janeiro.  
 Tavares, Maria da Conceição & Fiori, José Luis, (1993) *Desajuste Global e Modernização Conservadora*. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.



# GUERRA IMPERIALISTA

é sinais de um declínio

José Reinaldo Carvalho e Carlos Umberto Martins



Manifestação em São Paulo, 15/03/2003.

...MENTUDE ÁRABE P/ AMÉRICA/  
...NDÊNCIA  
...VOS



*Jamais uma potência teve, exibiu e usou semelhante força, mas também a história dos impérios não registra a existência de um líder com tão poucos liderados. O isolamento político e diplomático do governo Bush e a condenação de sua política belicosa por milhões de pessoas nas ruas em todo o mundo assinalam que estamos no limiar de nova fase da luta antiimperialista*

**D**entre os grandes acontecimentos de nossa época, as manifestações maciças em escala planetária contra a guerra imperialista se inscrevem como um dos mais destacados. Seu verdadeiro significado será aquilatado com o tempo histórico e seus reflexos se farão sentir nas lutas políticas e sociais vindouras. Mas não cabe dúvida de que nos dias 15 de fevereiro e 15 de março deste ano os povos escreveram uma página inédita na história contemporânea e protagonizaram um episódio transcendente. Inauguraram um novo momento da luta antiimperialista. Fundaram o marco miliário de uma nova luta, desencadearam uma

luta contra a guerra imperialista – retorna ao proscênio da nossa época o protagonismo do movimento político de massas.

#### **Um massacre baseado em mentiras**

O novo quadro em formação decorre de uma tomada de consciência de que a humanidade está a braços com a mais grave ameaça à sua sobrevivência desde sempre até os nossos dias. A segunda guerra norte-americana no Golfo contém a ameaça de provocar uma catástrofe humana de proporções inauditas. A ação da colossal máquina de guerra norte-americana no Golfo – cerca de 300 mil soldados, centenas de belonaves, aviões, armas sofisticadas, inclusive as de destruição maciça, milhares de toneladas de explosivos –, o unilateralismo das ações do governo estadunidense e o furor de facínoras encastela-

## **O mais desatento observador percebe que atua às escâncaras no mundo um partido da guerra.**

insopitável força até então represada e latente, lançaram as bases de um internacionalismo com caráter mais amplo, com forma flexível e conteúdo radical e revolucionário, o internacionalismo das forças em luta contra a barbárie, pois é do que se trata quando se generaliza a opressão decorrente da globalização capitalista e a guerra de agressão se impõe como única via do imperialismo para enfrentar sua prolongada crise.

A grande mobilização de massas contra a guerra corresponde à emergência de novos pólos, num quadro em que objetivamente está ruindo a “ordem” mundial inaugurada na última década do século XX. Aos poucos vai aparecendo uma polarização entre o imperialismo estadunidense e os povos. O isolamento político e diplomático do governo Bush, a condenação de sua política belicosa por milhões de pessoas nas ruas em todo o mundo, o veemente repúdio à própria essência da política imperialista, assinalam que estamos no limiar de nova fase da luta antiimperialista. Com uma bandeira política simultaneamente ampla e radical – a

dos na Casa Branca, num flagrante desrespeito a todas as normas diplomáticas, a denegação do papel da ONU como organismo de ação multilateral, revelando uma escalada agressiva sem volta que promoverá no largo prazo a reconfiguração da “ordem” mundial, geram horror nas pessoas e insegurança generalizada em todo o sistema internacional. Diante desse horror, é de pasmar a sem-cerimônia e a desfaçatez com que os meios de comunicação, retransmitindo os “press-release” do Pentágono, se referem à “mãe de todas as bombas”, como se se tratasse de um novo brinquedo ou utensílio de uso ordinário na vida doméstica e profissional das pessoas.

O mais desatento observador percebe que atua às escâncaras no mundo um partido da guerra, mentor, proponente e executor de um genocídio, a destruição de objetos civis e bens culturais, o que certamente provocará danos irreversíveis ao Iraque e em perspectiva a todos os países da região. É incalculável o custo humano e material das ações que os Estados Unidos estão



dispostos a levar às últimas conseqüências.

Os argumentos para atacar o Iraque não se sustentam na lógica nem nos fatos. A propaganda do partido da guerra diabolizou o presidente iraquiano Saddam Hussein e tenta fazer crer na necessidade de agir militarmente para depor um perigoso ditador. Não há precedente histórico, nem legitimidade amparada no direito internacional. De assinalar, a hipocrisia, pois o presidente iraquiano já foi aliado dos Estados Unidos quando convinha aos interesses estratégicos da superpotência, como foram e são aliados dos norte-americanos um sem-número de tiranetes, monarcas, generais em todos os continentes, régulos de província do império moderno. O arsenal de mentiras exhibe a acusação de que o Iraque protege terroristas e é aliado de Osama bin Laden, outro ex-aliado de Washington adestrado pela CIA. Nada tem sido provado. Desde a primeira guerra norte-americana no Golfo Pérsico em 1991, o governo iraquiano atua na defensiva, procurando contornar os terríveis efeitos do embargo a que foi submetido como força derrotada no campo de batalha. A diabolização do regime iraquiano assumiu novos contornos com a acusação de que o Iraque havia expulsado os inspetores da UNSCOM em 1998, o que teria motivado as pressões para adotar a draconiana resolução 1441 em finais do ano passado, atualmente em vigor. Rematada mentira. A organização não governamental norte-americana ANSWER publicou um circunstanciado estudo no sítio Resistir ([www.resistir.info](http://www.resistir.info)) no qual demonstra que os inspetores deixaram o Iraque em 1998 por determinação da ONU, já que o governo norte-americano, que utilizara alguns inspetores como espões, segundo denunciou o diplomata sueco Rolf Ekeus, havia identificado alguns objetivos a bombardear e não queria fazê-lo enquanto estivessem em território iraquiano inspetores do organismo internacional.

**A** mais importante mentira, também já desmascarada, é a de que o Iraque possuiu armas de destruição maciça, capazes de ameaçar a segurança dos Estados Unidos. Sobre isso, em 1998, o inspetor da ONU, Scott Ritter, declarou: "Os programas em grande escala de armas de destruição maciça haviam sido destruídos e desmantelados fundamentalmente pelos inspetores de armas já em 1996". O definitivo desmentido veio agora. Os relatórios de Hans Blix e El Baradei sobre as inspeções em curso, que vasculharam as entranhas do Iraque, a ponto de realizar verificações até em fábricas de produtos alimentícios e palácios, no fundamental refutaram a acusação da posse de armas de destruição em massa pelo país árabe. E a destruição dos mísseis Al

Samoud demonstra que o Iraque está cumprindo estritamente as determinações do Conselho de Segurança e que este tem autoridade e capacidade para desarmar o país árabe.

As mentiras, que se resumem na fantasiosa tese de que o Iraque representa uma ameaça à segurança dos Estados Unidos, são o último recurso do governo Bush para obter legitimidade principalmente junto à população norte-americana, onde são crescentes as resistências à política belicosa nos meios populares e entre círculos políticos e intelectuais.

### Planos delirantes de domínio do mundo

Em que reside o perigo à sobrevivência da humanidade e quais as verdadeiras razões da guerra americana?

Em seu delírio expansionista, Hitler concebeu um "império de mil anos". O lúcido escritor comunista luso-brasileiro Miguel Urbano Rodrigues, em um percussivo artigo recentemente publicado no portal Resistir ([www.resistir.info](http://www.resistir.info)), denuncia os planos do imperialismo norte-americano de criar um "quarto Reich".

Depois do término da guerra fria, com o desaparecimento da União Soviética e a derrota temporária do socialismo como sistema mundial, os Estados Unidos sentiram a sensação do poder ilimitado e de que vivem um novo momento imperial. O exercício desse poder *manu militari* configura uma nova fase da política mundial, cujos elementos se encontravam já em desenvolvimento latente há mais tempo. Os eventos que marcaram a vida internacional nos anos 90 foram também dramáticos e não poucas vezes o governo norte-americano recorreu aos meios militares, como na Somália, na Bósnia, em Kosovo e no próprio Iraque que sofreu diversos bombardeios. Mas jamais se viu tamanha imprudência, unilateralidade, desrespeito ao sistema das Nações Unidas e militarismo como agora durante a Administração de Bush, que introduziu novos conceitos à linha de ação imperialista dos Estados Unidos, como a guerra infinita. Falando *urbi et orbi* depois dos atentados de 11 de setembro, em discurso no Congresso, o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush declarou: "não se tratará de uma guerra curta, mas prolongada, sem precedentes na história". Essa foi a base a partir da qual os Estados Unidos adotaram

**Jamais se viu  
tamanha  
imprudência,  
unilateralidade,  
desrespeito ao  
sistema das Nações  
Unidas**



depois a estratégia da guerra preventiva, indexaram países em categorias arbitrárias como “países bandidos” e integrantes do “eixo do mal”, ameaçaram usar armas nucleares (“empenharemos todas as armas que sejam necessárias”, disse Bush no discurso citado) e abandonaram a diplomacia, a ponto de proclamar a “irrelevância” da ONU, desmoralizando assim os organismos multilaterais.

Claramente, os Estados Unidos estão a desafiar o mundo, segundo o ponto de vista de que “quem não está conosco está com os terroristas” (idem) e optaram por fazer valer o seu papel de poder mundial: “A conquista de nosso tempo e a esperança para o futuro dependem de nós” (idem). A deriva militarista no plano externo corresponde internamente ao amesquinamento do sistema democrático, do que são exemplo o “Patriotic Act”, conjunto de normas restritivas de direitos e garantias constitucionais, de novembro de 2001, e a criação do Departamento de Segurança Interna, em novembro de 2002, que confere ao governo poderes adicionais somente concebíveis em períodos de guerra ou estado de exceção. Na época em que esses conceitos foram emitidos e em que começaram a ser postos em prática, o presidente cubano Fidel Castro disse com toda razão que se tratava da proclamação de uma tirania global, sob o comando exclusivo da força, sem a mínima legitimidade institucional. Finalmente, os Estados Unidos proclamaram formalmente, a substituição do “multilateralismo afirmativo” de Clinton, com que o ex-presidente dissimulou o exercício da hegemonia política e militar da superpotência americana, pelo unilateralismo baseado exclusivamente no uso da força bruta. Os fatos se encarregaram de encerrar a polêmica, presente em círculos acadêmicos, diplomáticos, políticos e militares norte-americanos, acerca da disjuntiva entre o exercício do “poder brando” e o poder bruto para assegurar a liderança dos Estados Unidos. Ver a respeito o livro “O Paradoxo do Poder Americano”, de Joseph S. Nye Jr, ed. UNESP, 2002. Diante da formidável mobilização guerreira deste início de 2003, a discussão parece mais uma invocação sau-



“Quem não está conosco está com os terroristas”, disse Bush.

dosista de algo que de há muito o vento já levou. Os Estados Unidos exercem seu poder imperial sobretudo através da força bruta. Detêm uma incontestável superioridade na posse das armas convencionais e nucleares e concebem planos mirabolantes para reforçar ainda mais sua capacidade ofensiva e defensiva, espalharam bases militares em mais de 70 países, têm um orçamento militar de quase 400 bilhões de dólares, equivalente a um terço do gasto militar global.

A guerra é o meio pelo qual o atual governo norte-americano pretende dar passos para que os Estados Unidos exerçam sozinhos o poder mundial, impedindo a formação de potências em condições de rivalizar globalmente e mesmo a emergência de competidores regionais. Estudo do *Quadriennial Defense Review*, do Departamento da Defesa dos Estados Unidos, datado de 30 de setembro de 2001, assinala:

“Embora os Estados Unidos não tenham diante de si no futuro próximo um rival com força semelhante, existe a possibilidade de que potências regionais desenvolvam capacidade suficiente para ameaçar a estabilidade de regiões cruciais para os interesses estadunidenses. A Ásia, em particular, está gradualmente emergindo como uma região suscetível de competição militar em larga escala. Existe a possibilidade de emergir na região um rival militar com uma formidável base de recursos” (Extraído de *L’Ernesto*, revista comunista italiana, número 6 de 2001). O mesmo documento defende ainda a necessidade de usar a força militar para “mudar o regime de um país adversário ou ocupar um território estrangeiro enquanto não sejam realizados os objetivos estratégicos estadunidenses”.

O massacre dos iraquianos, a transformação da antiga civilização mesopotâmica em protetorado norte-americano, sob governo militar administrado diretamente pelos generais estadunidenses ou por algum governo fantoche afigura-se, dessarte, como doloroso rito de passagem, como um dos muitos (infinitos?!) momentos de conflagração no quadro da guerra infinita e da concretização dos planos delirantes de exercer seu poder global e tirânico sobre o planeta e a humanidade.



Como já foi a guerra ao Afeganistão, onde também se pretendeu encobrir os crimes estadunidenses com falsos pretextos. Na verdade, estavam em jogo as jazidas de gás natural, o controle dos gasodutos e oleodutos que levam ao Mar da Arábia e ao Mediterrâneo, assim como de uma área estratégica – a Ásia Central, no quadro dos planos de domínio global.

### Sangue por petróleo

A guerra ao Iraque, segundo momento da guerra infinita, tem a ver diretamente com o petróleo. O Oriente Médio e a Ásia Central, com a bacia do Mar Cáspio e o Golfo Pérsico-Arábico, são as regiões onde mais abundam no mundo os recursos petrolíferos. A disputa pelo controle dessa riqueza sempre esteve no centro das atenções dos países industrializados, desde que se transformou na principal base energética da economia. A luta pelo controle das reservas petrolíferas esteve no centro das ações das grandes potências e constituiu o pano de fundo da luta do nacionalismo árabe. As grandes companhias petrolíferas do mundo são bastante ativas na região do Oriente Médio e Golfo Pérsico-Arábico.

Os Estados Unidos começaram a desenvolver fontes alternativas de abastecimento petrolífero, tais como a Rússia, o México, a Venezuela, o Mar Cáspio e a África Ocidental, mas a sua dependência do petróleo do Golfo Pérsico-Arábico é e continuará grande. O Iraque tem a segunda maior reserva de petróleo do mundo, depois da Arábia Saudita. Tem potencial para produzir oito milhões de barris por dia nesta década. É um objetivo-chave. O argumento de que o petróleo sempre esteve ali e os Estados Unidos não consumaram antes uma ação militar não é válido para desmentir a importância do petróleo no atual empreendimento do governo Bush. As condições políticas não estão permanentemente presentes. Vivemos hoje outro momento político.

Um artigo de W. Clark vindo à luz recentemente no jornal *Indy Times*, publicado em português no portal Resistir ([www.resistir.info](http://www.resistir.info)), chama atenção para outro aspecto econômico desta guerra, pelo qual se compreende a divisão de campos em interesses opostos entre o imperialismo norte-americanos e seus competidores europeus, particularmente a França e a Alemanha. Para além do fato de que os países imperialistas europeus também são clientes dos fornecedores de petróleo do Golfo Pérsico e do Oriente Médio, o que os coloca em colisão com o

objetivo norte-americano de controlar sozinho esse recurso energético estratégico, há um aspecto financeiro da maior importância. Diz W. Clark: “O maior pesadelo do Federal Reserve é que a OPEP, nas suas transações internacionais, abandone o padrão dólar e adote o padrão euro. O Iraque efetuou esta mudança em novembro de 2000 (quando o euro valia 80 centavos de dólar) e na verdade escapou com perfeição da firme depreciação do dólar frente ao euro (o dólar caiu 15% em relação ao euro em 2002)”. Artigo de Paul Harris, no sítio Rebellion ([www.rebellion.com](http://www.rebellion.com)), em 28 de fevereiro deste ano, aponta o mesmo fato, captado na imprensa brasileira pelo colunista da *Folha de S. Paulo*, Gilson Schwartz, em 9/3/2003 e em matéria publicada pelo jornal paulista em 16 de março último.

### Um império em guerra contra o próprio declínio

O rufar dos tambores de guerra, a explosão da “mãe de todas as bombas” e o rastro de horrores que deixará serão seguramente também o sinal de alarme anunciando o declínio da superpotência americana. Pode parecer um paradoxo, mas antes é uma contradição dialética. O momento em que exibe maior poder é também o do seu declínio, até então restrito à área econômica, hoje manifesto na política.

As bombas de Bush sobre os iraquianos evidenciam o estilhaçar e a transformação em pó dos mitos dos anos 90, dos lugares comuns tão em voga sobre a hegemonia incontestada dos Estados Unidos, da ilusão da sua ascensão contínua, tão ao gosto dos teóricos do exercício do “poder brando”, como suficientemente atraentes para encantar e seduzir os teóricos no-global que “descobriram” o poder das transnacionais sem expressão geopolítica, sem imperialismo, substituído pelo vago império global. O discurso triunfalista que comemorava a recuperação da “hegemonia do dólar” e previa o fim das contradições interimperialistas cede lugar à retórica e à prática belicistas, trincheira a partir de onde o imperialismo norte-americano vai travar cruentas batalhas para prolongar sua sobrevivência.

A partir dos Estados Unidos, maior economia do mundo e centro nevrálgico da vida internacional, irradiava-se uma crise de inauditas proporções. Há um cená-

## A decadência econômica norte-americana passa a um novo estágio qualitativo



rio de depressão planetária, de retração da demanda, de queda dos índices de crescimento no conjunto das mais importantes economias do mundo. Entre os países dependentes e medianamente industrializados, como a Argentina, o Brasil e o México, citando apenas os casos paradigmáticos, o panorama é de bancarrota, resultado da aplicação das receitas neoliberais.

A maior economia do mundo, tanto a “velha” como a “nova”, enfrenta dificuldades de tal ordem que a guerra se tornou uma bandeira de “neokeynesianos militaristas” que sonham com um novo impulso da economia a partir do ciclo destruição-reconstrução e da realização de maciços investimentos no complexo industrial-militar com indução e subvenções estatais. A “nova” economia não era só um conceito falso. A partir dela os “neoeconomistas” extraíram a refutação das leis da economia política marxista. Ela se esborou na prática, com a perda de centenas de bilhões de dólares.

O declínio econômico norte-americano é um processo histórico que vem de há três décadas. É este declínio que condiciona as suas ações diplomáticas e militares. É o pano de fundo da atual crise política internacional, da deriva militarista, das contradições interimperialistas, das negativas à guerra de Bush, oriundas da Alemanha e da França, do inusitado isolamento internacional do governo norte-americano. Jamais uma potência teve, exibiu e usou semelhante força, mas também a história dos impérios não registra a existência de um líder com tão poucos liderados, de um poder hegemônico tão falto de apoios.

A maior economia do mundo é também a do país com a maior dívida externa – 7 trilhões de dólares (mais de 60%

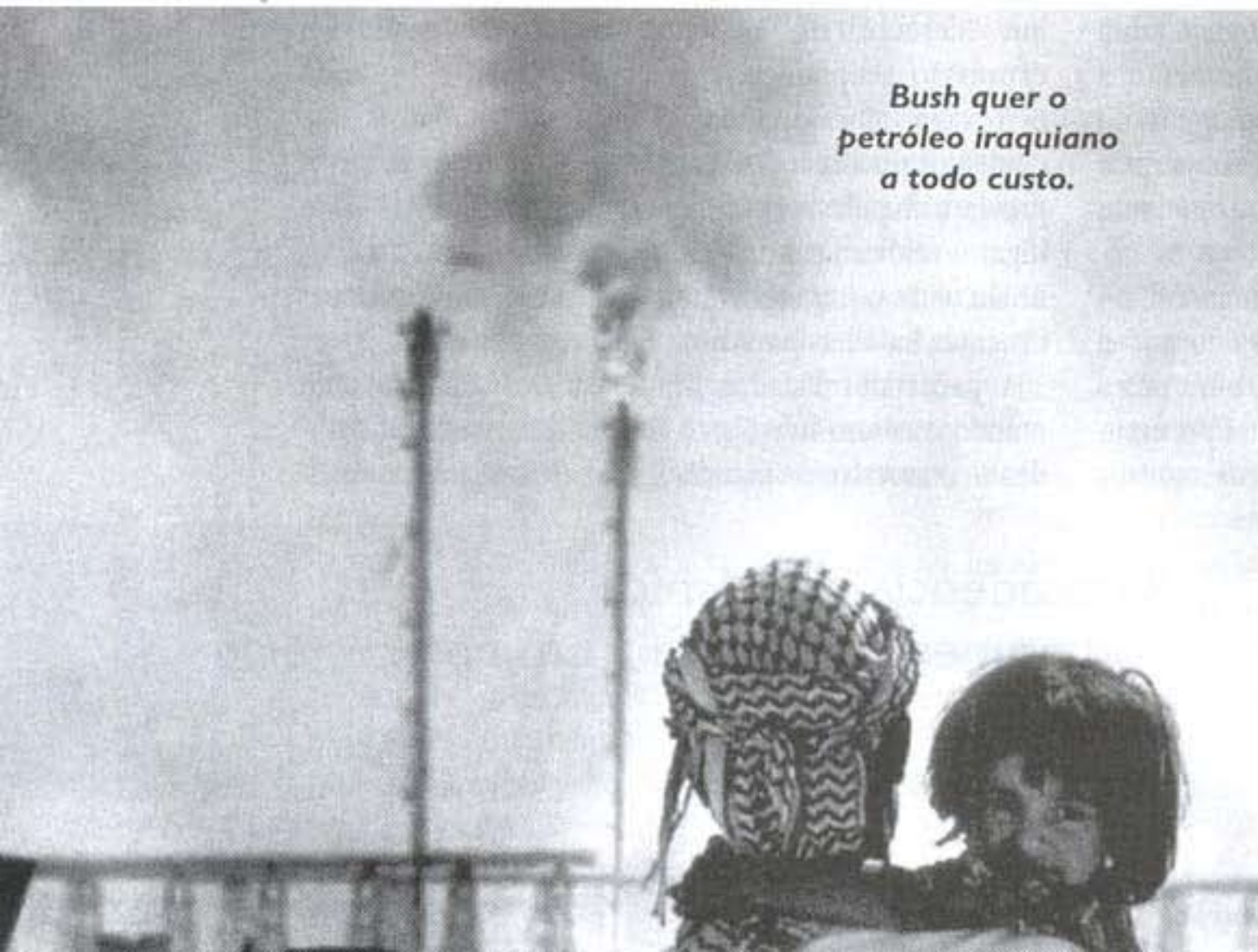
do PIB, de um déficit recorde em conta corrente de cerca de 500 bilhões de dólares – 5% do PIB) –, de um déficit também recorde de 435 bilhões de dólares na balança comercial. A balança de pagamentos, que compreende o movimento de capitais, também é deficitária em cerca de 450 bilhões de dólares.

A decadência econômica americana passa a um novo estágio qualitativo, porquanto o ingresso de capitais em juros, dividendos e lucros, embora impressionante, já não é suficiente para cobrir o rombo em conta corrente e o fabuloso passivo externo acumulado pelo império já está cobrando seu preço, gerando a necessidade de crescentes remessas de renda. Já o déficit no balanço de pagamentos, sinalizando uma crise na conta de capitais, indica que os Estados Unidos não estão conseguindo atrair capitais estrangeiros em montante suficiente para cobrir o déficit corrente. É a razão por que o dólar se desvaloriza em relação ao euro e ao iene. Os Estados Unidos já não estão conseguindo manter um suficiente fluxo através dos papéis do tesouro e de entes financeiros privados. Em 2002, pela primeira vez na história, a China superou os EUA na atração de investimentos diretos externos (IDEs). Os ventos que sopram hoje, orientando a direção do movimento do capital estrangeiro, já não são os mesmos dos anos 90 do século passado. A irresponsabilidade fiscal do governo Bush tende a agravar sobremaneira esse quadro e ao invés de reativar a combatida economia do império, ao modo keynesiano, pode produzir um desastre ainda maior para a saúde do dólar, pois se sabe que o problema de fundo, a causa da ruína do império, entrelaçada com o parasitismo, é uma taxa de poupança interna “chocantemente baixa”, con-

forme as palavras de J. E. Stiglitz. Falta poupança interna para financiar a renúncia fiscal e a farra consumista do governo Bush, ou seja, o déficit público teria de ser financiado pelo capital estrangeiro. A prevalecer a tendência atual, não será investido dinheiro de fora e a alternativa poderá ser a pura e simples emissão, o que embute sério risco inflacionário. Nesse sentido, é significativo que o FED (Banco Central) esteja estudando a possibilidade de comprar títulos públicos para sustentar a política do governo Bush, cuja irracionalidade já está saltando aos olhos. Será, segundo informações da imprensa, a primeira vez que isto ocorre desde a Segunda Guerra.

A dívida americana é alimentada pelo crescente saldo negativo da balança

**Bush quer o  
petróleo iraquiano  
a todo custo.**





comercial, resultado de um consumismo parasitário, exponencialmente superior ao que o país efetivamente produz.

São dados eloqüentes a demonstrar que o “dólar forte” é artificial e, embora não se possa determinar em termos de calendário, é óbvio que não vai perdurar.

Essa é a razão por que os Estados Unidos têm na Alca um projeto estratégico, que corresponde à necessidade de interromper sua decadência na área que consideram seu quintal e onde vêm sendo progressivamente suplantados pela União Européia.

É parte desse cenário de declínio americano a emergência de outros pólos, como o Japão, malgrado sua prolongada crise, a China, que emerge como nova potência financeira, e a União Européia, que se transformará globalmente, quando se concluir sua expansão, numa força econômica equivalente aos Estados Unidos.

### Novos alinhamentos em perspectiva

Já afirmamos acima que o declínio econômico norte-americano data de pelo menos três décadas. Onde reside, então, a novidade do quadro atual? O novo agora é que está ocorrendo também uma contestação cada dia mais aberta e intensa de sua liderança política, um traço que diferencia o momento atual, por exemplo, de 1991, quando da primeira guerra do Golfo, e da proclamação da “nova ordem mundial”, pelo ex-presidente George Bush, e até de 2001, quando da guerra ao Afeganistão, para falar apenas de dois episódios recentes em que os Estados Unidos conseguiram organizar em apoio à sua política uma formidável coalizão internacional. Isto significa que está em curso agora o declínio da liderança ou da hegemonia política e que o domínio imperial dos Estados Unidos se sustenta cada dia mais exclusivamente na supremacia militar.

Emerge, em conseqüência, um novo quadro geopolítico, com reflexos na diplomacia e no sistema multilateral das Nações Unidas, que deverá ser marcado por notáveis realinhamentos políticos. A rigor, já se impõe a necessidade de uma nova ordem internacional, que já vinha sendo sugerida pelo fim da bipolaridade e, antes disso, pelo desenvolvimento desigual entre as potências capitalistas, a decadência dos Estados Unidos constatada acima, a ascensão da Alemanha, no quadro da União Européia, do Japão e mais recentemente da China. Não é de hoje que este quadro se reflete na necessidade de reformular o Conselho de Segurança da ONU.

Agora é a própria ONU que caduca e, a exemplo da Liga das Nações na década de 30 do século 20, tende a se tornar irrelevante, como aliás, decretou a “diploma-

cia” unilateral de Bush.

A necessidade objetiva de transição para uma nova ordem internacional, de que os comunistas brasileiros falam desde o início dos anos 90, já não se prende mais aos aspectos econômicos, diz respeito diretamente à esfera política. Lembrando Hegel, o que caduca precisa perecer. Não podemos prefigurar o que irá acontecer diante das evidências de crise do padrão dólar e da insustentabilidade da ordem política, marcada pela unilateralidade da diplomacia americana e pela imposição *manu militari* da sua hegemonia. Trata-se de um processo histórico que pode ter longa duração e

## Os interesses em confronto apontam para o desenvolvimento de cenários de conflagração e luta e não de equilíbrio.

cobrar ingentes sacrifícios à humanidade, inclusive a barbárie de sucessivas guerras preventivas, dentro da perspectiva de guerra infinita dos Estados Unidos.

A segunda guerra do Golfo afigura-se, desse modo, como um dos muitos episódios do longo e penoso – para a humanidade – processo de decadência do imperialismo norte-americano. O que deixa claro que os alvos estratégicos são outros e que os interesses em confronto apontam para o desenvolvimento de cenários de conflagração e luta e não de equilíbrio entre pólos de poder econômico e militar em convivência harmônica.

Os órgãos de espionagem e inteligência e veículos de comunicação registram com inquietação a difusão e o crescimento do “antiamericanismo” no mundo. Seria mais apropriado dizer antiimperialismo, porque necessário se torna conquistar o povo norte-americano para integrar a grande frente dos povos contra a guerra imperialista, pela civilização contra a barbárie, pela paz e a soberania. No fundo, a inquietação com o “antiamericanismo” é o pressentimento – ou será a certeza? – de que “a mãe das bombas” pode também abrir a “porta do inferno”, aumentar a oposição aos EUA, acrescentar dificuldades à trajetória de imposição do poder norte-americano e acentuar seu declínio. ☹

**José Reinaldo Carvalho** é jornalista, vice-presidente do Partido Comunista do Brasil e responsável pelas Relações Internacionais. Autor de *Conflitos Internacionais num Mundo Globalizado*, Ed. Alfa Ômega, 2003. Carlos Umberto Martins é jornalista, estudioso em economia e política internacional, membro da Comissão Sindical e da Assessoria Política da Presidência do Partido Comunista do Brasil.



# A luta contra a GUERRA

José Genoino

**O**s Estados Unidos podem desencadear, a qualquer momento, a guerra contra o Iraque e vencê-la militarmente. Mas, ao mesmo tempo, paradoxalmente, perderam a guerra antes que ela comece. Perderam a guerra do ponto de vista moral e do ponto de vista político. Do ponto de vista moral, porque não há um elemento objetivo consistente que a justifique. Do ponto de vista político, porque a maioria da opinião pública mundial e um grande número de países são contra a guerra. A guerra sofre forte oposição até mesmo dentro dos Estados Unidos e de seu principal aliado, a Inglaterra.

As manifestações pacifistas simultâneas em várias cidades do mundo revelam o advento definitivo de um novo fator de poder: opinião pública mundial. O que configurou este novo fenômeno é a velocidade e a instantaneidade das comunicações e, principalmente, a existência de formas de comunicação direta entre as pessoas, sem o controle do poder político ou econômico. O principal instrumento dessa comunicação direta entre pessoas e grupos é a internet. Foi através da internet que ocorreu a articulação das manifestações pacifistas simultâneas pelo mundo todo.

Num mundo globalizado, a opinião pública mundial deverá adquirir um peso relativo crescente na indução de definições governamentais, seja em países periféricos ou seja em países que detêm liderança mundial, como Estados Unidos, Europa, Rússia, etc. A opinião pública mundial tenderá a ser um fator de refreamento de ações de arbitrárias, ditatoriais e impositivas de governos. Agir à revelia do aval da opinião pública mundial representará uma ação sem sustentação de legitimidade.

É o que pretendem fazer os Estados Unidos e a Inglaterra ao quererem levar a efeito, a qualquer custo, uma guerra contra o Iraque. Essa obsessão vem provocando uma crise sem precedentes do sistema internacional que surgiu com o fim da II Guerra Mundial. Sistema que tem na ONU sua configuração institucional. Esse sistema e a ONU tendem a desmoralizar-se diante de duas possibilidades: 1) se os Estados Unidos e a Inglaterra fizerem a guerra sem o aval do Conselho de Segurança da ONU; 2) o Conselho de Segurança da ONU, que tem inspetores no Iraque e que produzem relatórios indicando a desnecessidade da violência, der seu aval à guerra por pressão dos Estados Unidos.

Garantir a paz, nessas circunstâncias, não é apenas um gesto pacifista e humanitário. Representa também a tentativa de preservar o que resta do combalido sistema internacional

centrado na ONU. Se ele for preservado, será possível reconstruí-lo em termos mais democráticos, levando em conta o pluralismo de modelos políticos, de culturas e de civilizações. Se ele for destruído pela força da guerra, a nova ordem que deverá sobrevir será fundada na força e no unilateralismo dos Estados Unidos, caso vençam militarmente a guerra e imponham seus interesses ao mundo.

O que estimula Bush e os Estados Unidos rumo à guerra são, basicamente, duas motivações. A primeira, é um ajuste de contas com o Iraque e tem como pano de fundo o domínio de uma das mais importantes fontes de petróleo do mundo. A segunda, diz respeito à pretensão dos Estados Unidos de fundar uma nova ordem mundial baseada num modelo unipolar e imperial, na qual, eles se tornariam a potência dominante. Com a conquista do Iraque, os Estados Unidos pretendem adquirir o direito moral de remodelar todo o mundo árabe-muçulmano.

O governo brasileiro vem agindo corretamente ao opor-se à utilização da guerra para solucionar o conflito com o Iraque. Não se trata de não reconhecer a necessidade de desarmar aquele país e de impedir que ele se torne uma ameaça à paz na região. Mas existem mecanismos de pressão e de fiscalização que não a guerra, capazes de atingir esses objetivos.

Por outro lado, com a guerra, o Brasil tem muito a perder. Perde porque a economia mundial entrará em recessão, porque o preço do petróleo aumenta gerando inflação e desemprego e porque o Brasil deixa de realizar a oportunidade de expandir seu comércio com os países da região do Oriente Médio. O Brasil vive um momento em que depende muito do incremento do comércio exterior para estabilizar suas contas externas e baixar a taxa de juros. O mundo árabe vem revelando um enorme potencial para a expansão das exportações brasileiras. A guerra pode atrasar ou até mesmo arruinar esse esforço correto dos exportadores e do governo.

Lutar contra a guerra é um imperativo de ordem moral e de ordem material, pois envolve princípios e interesses. É verdade que muitas das nações têm interesses envolvidos na luta pela paz. Mas a paz também se tornou uma causa comum da humanidade. Por isso, o PT, junto com outros partidos e entidades da sociedade civil deve tomar iniciativas mais incisivas de condenação da guerra. ☹

José Genoino é presidente nacional do PT



# A criminosa ambição dos EUA

## O controle militar do planeta

Samir Amin

*Fazer fracassar o projeto militarista dos EUA converte-se, para todos nós, na tarefa primordial, em nossa principal responsabilidade*

1 Desde os anos 80, quando foi anunciado o desmoronamento do sistema soviético, vem sendo esboçada uma opção hegemônica, que é submetida ao conjunto da classe dominante dos Estados Unidos (seus sistemas democrata e republicano). Levados pelo êxito de sua potência armada, que já não tem nenhum rival capaz de espantar seus fantasmas, os EUA afirmam seu domínio em primeiro lugar por meio do desenvolvimento de uma estratégia estritamente militar de “controle do planeta”. Uma primeira série de intervenções – Golfo, Iugoslávia, Ásia Central, Palestina, Iraque –, feita a partir dos anos 90, colocou em marcha esse plano de “guerras made in USA”: guerras sem fim, planejadas e decididas unilateralmente pelos Estados Unidos.

A estratégia política que acompanha esse projeto prepara seus pretextos: o terrorismo, a luta contra o narcotráfico ou a acusação de produção de armas de destruição em massa. Pretextos evidentes quando se conhecem as parcerias que permitiram com que a CIA fabricasse um adversário “terrorista” (os talibãs, Bin Laden – os fatos do 11 de setembro nunca foram esclarecidos...), ou que desenvolvesse o Plano Colômbia dirigido contra o Brasil. As acusações de possível produção de armas perigosas lançadas contra o Iraque, Coreia do Norte, e no futuro contra qualquer país, não são nada comparadas ao efetivo uso dessas armas por parte dos Estados Unidos (as bombas de Hiroshima e Nagasaki, o emprego

de armas químicas no Vietnã, a ameaça reconhecida de utilização de armas nucleares em futuros conflitos...). Dessa forma, tais meios – a propaganda, no sentido que Goebbels dá ao termo – são tão somente eficazes quiçá para convencer a ingênua opinião pública norte-americana. Mas, em outros locais eles possuem cada vez menos crédito.

A Guerra Preventiva formulada desde já como um “direito” que Washington se reserva a invocar supõe a entrada da abolição de todo direito internacional. A Carta das Nações Unidas proíbe recorrer à guerra, exceto em caso de legítima defesa, e submete essa possível intervenção militar a condições severas e, além disso, estabelece que a resposta deve ser moderada e provisória. Todos os juristas sabem que as guerras empreendidas desde 1990 são absolutamente ilegítimas e que, portanto, os seus responsáveis são, em princípio, criminosos de guerra. As Nações Unidas já são tratadas pelos Estados Unidos – embora com a cumplicidade de terceiros –, como outrora a Sociedade das Nações o fora pelos Estados fascistas.

**A “Guerra Preventiva” formulada desde já como um “direito” que Washington se reserva a invocar supõe a entrada da abolição de todo direito internacional.**



**2** A abolição dos direitos dos povos, já consumada, substitui o princípio de sua igualdade pelo da distinção entre um Herrenvolk – povoado dos Estados Unidos, anexado a Israel, que tem o direito de conquistar o “espaço vital” que considerar necessário –, e os demais, cuja própria existência apenas é tolerada se não se constituir em “ameaça” ao desenvolvimento dos projetos daqueles que se autodenominam os “donos do mundo”.

Quais são, por outro lado, esses interesses “nacionais” pelos quais a classe dirigente dos Estados Unidos se reserva o direito de invocar como bem desejar?

Para dizer a verdade, essa classe somente tem em comum um objetivo: “fazer dinheiro”. E o Estado norte-americano se pôs abertamente a serviço – com prioridade – da satisfação das exigências do segmento dominante do capital, constituído pelas suas multinacionais.

Dessa forma, então, aos olhos do establishment de Washington, todos nós nos convertemos em “peles vermelhas”, ou “revoltosos vermelhos”, quer dizer, povos que só têm o direito de existir à medida que não interferem na expansão do capital multinacional dos Estados Unidos. Qualquer resistência será aplacada por todos os meios – inclusive o extermínio, se for necessário – como nos asseguram os Estados Unidos. São quinze milhões de dólares em benefícios suplementares para as multinacionais norte-americanas e, em contrapartida, trezentos milhões de vítimas, sem nenhuma dúvida.

Esse projeto é claramente imperialista no sentido mais brutal; mas, não é “imperial” no sentido que Negri dá a esse termo porque não se trata de controlar o conjunto das sociedades do planeta para integrá-las a um sistema capitalista coerente, mas sim de apenas apoderar-se de seus recursos. A redução do pensamento social a axiomas de base da economia vulgar; a atenção unilateral dada à maximização da rentabilidade financeira, em curto prazo, do capital dominante, reforçada pela colocação à disposição de meios militares conhecidos por todos, são os responsáveis por esse bárbaro desvio que o capitalismo leva consigo, posto que se excluiu qualquer sistema de valores humanos que tenha sido substituído pelas exigências exclusivas da submissão às supostas leis de mercado.

Pela história de sua formação, o capitalismo norte-americano se presta a essa redução melhor ainda que as sociedades européias porque o Estado norte-americano, e sua visão política, são formados para servir exclusivamente

à economia, abolindo com isso a relação contraditória e dialética economia/política. O genocídio dos índios, a escravidão dos negros, a sucessão de ondas de emigrações que substituíam a maturação da consciência de classe pela confrontação dos grupos que compartilham supostas iden-

tidades comunitárias (manipuladas pela classe dirigente), produziram uma gestão política da sociedade por parte de um partido único do capital, cujos dois segmentos possuem as mesmas visões estratégicas globais, já que compartilham a tarefa, por meio de suas retóricas aptas para controlar cada uma das circunscrições eleitorais, da diminuta metade da sociedade que acredita o bastante no sistema a ponto de aceitar a “doença” de ir votar. Privada da tradição por meio da qual os parti-

dos operários social-democratas e comunistas marcaram a formação da cultura política européia moderna, a sociedade norte-americana não dispõe dos instrumentos ideológicos que lhes permitiriam resistir à ditadura sem contrapeso do capital. Pelo contrário, é isso que gera unilateralmente o modo de pensar da sociedade em todas as suas dimensões e, em especial, produz, reforçando-o, o seu racismo fundamental que permite ver-se como Herrenfolk. O slogan “Play Boy Clinton, Cow Boy Bush same policy” (“play boy Clinton, caubói Bush, mesma política”), expresso em “linguagem indígena”, põe ênfase, com toda justiça, na natureza de partido único que governa a suposta democracia norte-americana.

Devido a isso, o projeto norte-americano não é um projeto hegemônico banal que compartilharia, com outros que vêm se sucedendo ao longo da história moderna e antiga, as virtudes de uma visão de conjunto dos problemas que lhes permite dar respostas coerentes estabilizadoras, apesar de estarem fundadas na exploração econômica e na desigualdade política. É infinitamente mais brutal por sua concepção unilateral extremamente simples e, desse ponto de vista, se aproxima mais do projeto nazista, fundado também no exclusivo princípio de Herrenfolk. Esse projeto dos Estados Unidos não tem nada a ver com o que afirmam os universitários liberais norte-americanos, que qualificam tal hegemonia como “benigna” (“indolor”).

Se esse projeto continuar sendo desenvolvido durante certo tempo, somente trará um caos cada vez maior que apele a uma gestão cada vez mais brutal por meio de ações pontuais, sem uma visão estratégica em longo prazo. Em última instância, Washington já não tratará de reforçar uns

**A sociedade norte-americana não dispõe dos instrumentos ideológicos que lhes permitiriam resistir à ditadura sem contrapeso do capital.**



verdadeiros aliados – o que sempre impõe saber fazer concessões. Alguns governos títeres, como o de Karzai no Afeganistão, são mais úteis enquanto o delírio do poder militar permitir acreditar na “invencibilidade” dos Estados Unidos. O mesmo que pensava Hitler.

**3** O exame das relações desse projeto criminoso com as realidades do capitalismo dominante constituído pelo conjunto de países da tríade Estados Unidos, Europa, Japão, permitirá medir suas forças e debilidades.

A opinião geral mais divulgada, dirigida por aquela mídia que não chama à reflexão, é que o poderio militar dos Estados Unidos não se constitui mais que a ponta do iceberg que prolonga a superioridade desse país em todos os domínios, especialmente econômicos, mas também políticos e culturais. Devido a isso, a submissão à hegemonia que pretende esse país seria inevitável.

O exame das realidades econômicas invalida essa opinião. O sistema produtivo dos Estados Unidos está longe de ser o “mais eficaz do mundo”. Pelo contrário, quase nenhum dos seus segmentos estaria certo de superar seus competidores num mercado verdadeiramente aberto como imaginam os economistas liberais. Prova disso é o déficit comercial dos Estados Unidos que se agrava a cada ano: de US\$ 100 bilhões em 1989, passou a US\$ 450 bilhões em 2000. Além disso, o déficit diz respeito a praticamente todos os segmentos do sistema produtivo. Inclusive o excedente de que se beneficiavam os Estados Unidos no terreno dos bens da alta tecnologia – de US\$ 35 bilhões em 1990 –, converteu-se atualmente em déficit. A competição entre Ariane e os foguetes da NASA, Airbus e Boeing é testemunha da vulnerabilidade da vantagem norte-americana. Frente à Europa e ao Japão, para os produtos de alta tecnologia; à China, à Coreia e a outros países industrializados da Ásia e da América do Sul, para os produtos manufaturados correntes; e frente à Europa e ao Cone Sul, para a agricultura, os Estados Unidos provavelmente não os superariam sem recorrer a meios “extra-econômicos” que violem os princípios do liberalismo impostos a seus competidores!

De fato, os Estados Unidos só se beneficiam das vantagens comparativas estabelecidas no setor de armamento, precisamente por se livrarem amplamente das regras de mercado e se beneficiam do apoio do Estado. Sem dúvida, esse privilégio implica em algumas conseqüências para a vida civil (o exemplo mais conhecido é o da internet); contudo, está também na origem das importantes distorções que se constituem em desvantagens para muitos setores produtivos.

A economia norte-americana é parasita em detrimento de seus sócios no sistema social. “Os Estados Unidos

dependem, para os 10% de seu consumo industrial, de bens cuja importação não está coberta por exportações de produtos nacionais.”

O crescimento nos anos Clinton, elogiado por ser produto do “liberalismo”, ao qual a Europa, desgraçadamente, havia resistido demasiadamente, é de fato muito artificial e, em todo caso, não generalizável, porque se baseia em transferências de capital que implicam no depauperamento dos sócios.. Para todos os segmentos do sistema produtivo real, o crescimento dos Estados Unidos não foi melhor do que o da Europa. O “milagre norte-americano” alimentou-se exclusivamente do crescimento dos gastos produzidos pelo agravamento das desigualdades sociais (serviços financeiros e pessoais: legiões de advogados e policiais particulares, etc.). Nesse sentido, o liberalismo de Clinton preparou claramente as condições que permitiram o desenvolvimento reacionário e a ulterior vitória de Bush filho. Além disso, como afirma E. Todd, “engordado pelas fraudes, o PNB norte-americano começa a assemelhar-se, pela confiança estatística, ao da União Soviética.”

O mundo produz, os Estados Unidos (cuja poupança nacional é praticamente nula) consomem. A “vantagem” dos Estados Unidos é a mesma de um depredador cujo déficit está coberto pelo aporte, consentido ou forçado, de terceiros. Os meios colocados em execução por Washington, para compensar as suas deficiências, são de distinta natureza: repetidas violações unilaterais dos princípios do liberalismo; 60% de exportações de armamento do mercado mundial, amplamente impostos a aliados subalternos; que, além disso – como ocorre nos países do Golfo – nunca utilizaram esse armamento!; e, a busca de sub-rendas petrolíferas (que supõem colocar os produtores sob sua autoridade de forma regulada – o real motivo das guerras na Ásia Central e no Iraque). Em todo caso, o essencial do déficit norte-americano

## Os Estados Unidos só se beneficiam das vantagens comparativas estabelecidas no setor de armamento

no é coberto pelos aportes em capital procedentes da Europa e do Japão, do Sul (países petrolíferos ricos e classes compradoras [1] de todos os países do terceiro mundo, inclusive os mais pobres), ao que se acrescentará a sangria exercida, a título de serviço da dívida imposta a quase todos os países da periferia do sistema mundial.

As razões que dão conta da persistência dos fluxos de capital que alimenta o parasitismo da economia e da sociedade norte-americana, e que permitem a essa superpotência



sobreviver, são indubitavelmente complexas. Contudo, absolutamente, tais razões são o resultado das supostas “leis de mercado”, que são por sua vez “racionais” e inevitáveis.

A solidariedade dos segmentos dominantes do capital multinacionalizado de todos os sócios da tríade, é real e se expressa por meio de sua adesão ao neoliberalismo globalizado. Nessa perspectiva, os Estados Unidos são vistos como defensores (militarmente, se for necessário)

## O preço da “prosperidade” norte-americana é a depauperação dos demais Estados.

desses “interesses comuns”. Em todo caso, Washington não pretende “repartir eqüitativamente” os benefícios de sua liderança. Pelo contrário, os Estados Unidos se esforçam por tornar seus aliados em vassallos e, nesse espírito, estão dispostos apenas a algumas concessões menores a seus subalternos da tríade. Acaso esse conflito de interesses do capital dominante está sendo acentuado a ponto de ocasionar uma ruptura na aliança atlântica? Não é impossível, embora seja pouco provável.

O conflito prometedor se encontra em outro terreno: o das culturas políticas. Na Europa, continua sendo possível uma alternativa de esquerda. Essa alternativa imporia simultaneamente uma ruptura tanto com o neoliberalismo (e o abandono da vã esperança de submeter os Estados Unidos às suas exigências, permitindo assim ao capital europeu fundamentar uma batalha sobre o terreno não minado da competição econômica), quanto com o alinhamento às estratégias políticas norte-americanas. O excedente de capitais que no momento a Europa se contenta em “situar” nos Estados Unidos poderia, se destinar, então, a uma recuperação econômica e social, sem o qual esta continuaria sendo impossível. Contudo, quando a Europa definiu, por esse meio, dar prioridade ao seu desenvolvimento econômico e social, a artificial saúde da economia norte-americana seria destruída e a sua classe dirigente enfrentaria seus próprios problemas econômicos e sociais. Esse é o sentido que dou a minha conclusão: “a Europa será de esquerda, ou não será.”

Para chegar a isso é preciso livrar-se da ilusão de que a carta do neoliberalismo deveria – e poderia – ser considerada “honestamente” por todos e que, nesse caso, tudo iria melhorar. Os Estados Unidos podem renunciar à sua opção em favor de uma prática assimétrica do liberalismo porque este é o único meio que eles têm para compensar suas próprias deficiências. O preço da “prosperidade” norte-americana é a depauperação dos demais.

Por que, então, apesar dessas evidências, o fluxo de capitais continua favorável aos Estados Unidos? Para muitos, sem dúvida, o motivo é simplesmente porque os Estados Unidos são “um Estado para os ricos”, o refúgio mais seguro. Este é o caso das inversões das burguesias compradoras do terceiro mundo. Contudo, e no caso dos europeus? O vírus liberal – e a ingênua crença de que os Estados Unidos acabarão por aceitar o “jogo dos mercados” – opera aqui com uma força

evidente entre as grandes opiniões públicas. Nesse espírito, o FMI consagrou o princípio da “livre circulação de capitais”, de fato simplesmente para permitir precisamente aos Estados Unidos cobrirem seu déficit por meio da curva dos excedentes financeiros gerados em outros lugares pelas políticas neoliberais, às quais os

Estados Unidos somente se submetem seletivamente. Para o grande capital dominante a vantagem do sistema prevalece sobre os seus inconvenientes: o tributo que precisa pagar a Washington para assegurar sua continuidade.

Há países qualificados como “pobres endividados” que estão obrigados a pagar. Contudo, há também um “poderoso país endividado”, do qual se deveria saber que nunca honrará suas dívidas. Devido a esse fato, esse verdadeiro tributo imposto pela chantagem política dos Estados Unidos continua sendo frágil.

**4** A opção militarista do establishment dos Estados Unidos se situa nessa perspectiva. Não é outra coisa do que o reconhecimento de que os Estados Unidos dispõem de outros meios para impor sua hegemonia econômica.

As causas que estão na origem do enfraquecimento do sistema produtivo dos Estados Unidos são complexas. Não são, desde já, conjunturais – e por isso mesmo poderiam ser corrigidas, por exemplo, por meio da adoção de uma taxa de câmbio correta ou, por meio da construção de relações mais favoráveis entre salários e produtividades. São estruturais. A mediocridade dos sistemas de ensino geral e de formação – produto de um tenaz prejuízo que favorece sistematicamente ao “particular” em detrimento do serviço público – é uma das principais razões da profunda crise que atravessa a sociedade norte-americana.

Dessa forma, então, deveríamos nos surpreender com o fato de os europeus, longe de chegar às conclusões que impõe a constatação das insuficiências da economia dos Estados Unidos, se apressarem – ao contrário –, a imitá-las. A esse respeito nem mesmo o vírus neoliberal explica tudo, embora sejam satisfeitas algumas funções úteis ao sistema, paralisando a esquerda. A privatização a todo custo, o desmantelamento dos serviços públicos apenas poderão reduzir as vantagens comparativas de que ainda se beneficia a



“velha Europa” (como a chama Bush). Contudo, sejam quais forem os danos que ocasionem em longo prazo, essas medidas oferecem ao capital dominante, que vive no curto prazo, a ocasião de benefícios suplementares.

A opção militarista dos Estados Unidos ameaça a todos os povos. Procedem com a mesma lógica que outrora foi de Adolf Hitler: modificar por meio de violência militar as relações econômicas e sociais em favor do Herrenfolk do momento. Essa opção, impondo-se perante o cenário mundial, sobre-determina todas as conjunturas políticas porque o prosseguimento do desenvolvimento desse projeto debilitaria extremamente todos os avanços que os povos possam obter por meio de suas lutas sociais e democráticas. Por conseguinte, fazer fracassar o projeto militarista dos Estados Unidos converte-se, para todos nós, na tarefa primordial, em nossa principal responsabilidade.

A luta para fazer fracassar o projeto dos Estados Unidos é certamente multiforme. Comporta aspectos diplomáticos (defesa do Direito Internacional); militares (impõe-se o rearmamento de todos os países do mundo para fazer frente às agressões planejadas por Washington – não se pode esquecer jamais de que os Estados Unidos utilizaram armas nucleares quando tinham o seu monopólio e que renunciaram a isso quando não o possuíam mais); e políticas (especialmente no que diz respeito à construção européia e à reconstrução do bloco dos países não-alinhados).

O êxito desse combate dependerá da capacidade dos espíritos para se libertarem das ilusões liberais. Porque nunca existirá uma economia globalizada “autenticamente liberal”. E, sem dúvida, tenta-se – e continuará tentando – por todos os meios fazê-lo acreditar. Os discursos do Banco Mundial, que opera como uma espécie de ministério de propaganda de Washington, relativos à “democracia” e ao “bom governo”, ou à “redução da pobreza”, têm essa única função – como o alvoroço midiático organizado em torno de Joseph Stiglitz, ao descobrir algumas verdades elementares, afirmadas com autoridade arrogante, sem, todavia, chegar à menor conclusão que questione os tenazes prejuízos da economia vulgar. A reconstrução de uma frente do Sul, capaz de se solidarizar com os povos da Ásia e África, e da Tricontinental, uma capacidade de atuar no plano mundial passa também pela libertação das ilusões em relação a um sistema liberal globalizado “não assimétrico” que permitiria às nações do terceiro mundo superar os seus “atrasos”. Não é acaso ridículo assistir aos países do terceiro mundo reclamarem para que sejam “colocados em marcha os princípios do neoliberalismo, sem qualquer discriminação”, para se beneficiarem, então, dos numerosos aplausos do Banco Mundial? Desde quando o Banco Mundial defende o Terceiro Mundo diante dos Estados Unidos?

A luta contra o imperialismo norte-americano e sua opção militarista é a luta de todos os povos, de suas principais vítimas da Ásia, África e América do Sul, do povo europeu e japonês, condenados à subordinação; mas, também é do povo norte-americano. Saudemos, desde já, o valor de todos aqueles que no “coração da besta” se negam a se submeter, como seus predecessores se negaram a ceder ao macarthismo dos anos 50. Como os que ousaram resistir a Hitler conquistaram títulos de nobreza, pode outorgar a história. Será capaz a classe dominante dos Estados Unidos de refletir sobre o criminoso projeto ao qual se sujeitou? Pergunta difícil de responder. Pouco – se não nada – na formação histórica da sociedade norte-americana dispõe a isso. O partido único do capital, cujo poder não é discutido nos Estados Unidos, não renunciou até o momento à aventura militar. Nesse sentido, não se pode atenuar a responsabilidade dessa classe tomada em seu conjunto. O poder de Bush Júnior não é o de uma “camarilha” – os petroleiros e as indústrias de armamento. Como em toda a história moderna dos Estados Unidos, o poder dominante nunca foi outro senão aquele particular de uma coalizão de interesses segmentários do capital (mal qualificados como lobbies). Contudo, essa coalizão somente pode governar se os demais segmentos do capital a aceitarem. Em seu defeito, tudo acontece nesse país tanto menos respeitoso de fato do direito do que o parece ser em princípio. De imediato, alguns fracassos políticos, diplomáticos, e quiçá até militares, poderiam animar as minorias que no seio do establishment dos Estados Unidos aceitassem renunciar às aventuras militares em que seu país embarcou. Esperar mais parece tão ingênuo como poderia ser a esperança de que Adolf Hitler tivesse razão!

Se os europeus tivessem reagido em 1935 ou 1937, teriam conseguido impedir o delírio hitleriano. Ao reagir apenas em 1939 impuseram a si próprios, dezenas de milhões de vítimas. Atuemos para que a resposta seja mais rápida frente ao desafio dos neonazistas de Washington. 🍷

**Samir Amin** é economista, diretor do Fórum do Terceiro Mundo em Dakar (Senegal) e do Fórum Mundial das Alternativas, autor dentre outras obras de *O desenvolvimento desigual: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico*; *O Intercâmbio Desigual e a Lei do Valor*; *A acumulação em escala mundial*; e *Classes e nações no materialismo histórico*. Tradução do espanhol por Maria Lucília Ruy.

#### Nota

1. Classes não produtivas que servem de conexão com o capitalismo exterior.

**A luta para fazer fracassar o projeto dos Estados Unidos é certamente multiforme.**



# UMA OFENSA À RAZÃO

José Saramago

*Bush, Blair e Aznar – sem se darem conta disso –, por suas más ações e piores intenções, fizeram surgir, espontânea e irrefreavelmente, um gigantesco movimento popular contra a guerra*

**E**les acreditavam que nós havíamos nos cansado de protestar e havíamos deixado o caminho livre para que continuassem com sua alucinada corrida armamentista. Estavam enganados. Nós, que hoje nos manifestamos, aqui e em todo o mundo, somos como aquela pequena mosca que obstinadamente voa sobre as partes sensíveis dos animais para nelas cravar o seu ferrão.

Somos, trocando em miúdos, no bom português para que nos entendam melhor, a mosca varejeira do poder.

Eles querem a guerra, mas nós não os vamos deixar em paz. Não farão com que o nosso compromisso – refletido conscientemente e proclamado nas ruas –, perca sua vigência e autoridade (nós também temos autoridade); nem mesmo a primeira ou a última bomba que cair sobre o Iraque.

Não pensem – como os senhores e as senhoras do poder –, que nós nos manifestamos para salvar a vida ou o regime de Saddam Hussein. Eles mentem com todos os dentes que possuem. Nós nos manifestamos – isso sim – pelo direito e pela justiça. Nós nos manifestamos contra a lei da selva que os Estados Unidos e seus serviçais – antigos e atuais –, querem impor ao mundo. Nós nos manifestamos pelo desejo de paz das pessoas honestas e contra os caprichos belicistas de políticos, aos quais sobra em ambição o que lhes falta em inteligência e sensibilidade.

Nós nos manifestamos contra o concubinato entre os EUA e as super potências econômicas de todo tipo que governam o mundo. A terra pertence aos povos que a habitam, não àqueles que – com o pretexto de uma representação democrática descaradamente pervertida – os exploram, manipulam e enganam. Nós nos manifestamos para salvar a democracia que se encontra em perigo.

Ilustrações: Guernica (detalhes), Picasso.





Até agora a humanidade sempre tem sido educada para a guerra, nunca para a paz.

Constantemente confundem nossos ouvidos ao afirmarem: "Querem a paz amanhã? Então, não há remédio: façam a guerra hoje!" Não somos tão ingênuos para acreditar numa paz eterna e universal, mas se nós, os seres humanos, somos capazes de criar ao longo da história belezas e maravilhas que a todos dignificam e engrandecem, então, é tempo de lançarmos mão da mais maravilhosa e formosa de todas as tarefas: a incessante construção da paz. Contudo, que essa paz seja a paz da dignidade e do respeito humano, não a paz de uma submissão e uma humilhação que por muitas vezes vêm disfarçadas sob a máscara de uma falsa amizade protetora.

É chegada a hora das razões da força deixarem de prevalecer sobre a força da razão. É chegada a hora do espírito positivo da humanidade se dedicar, de uma vez por todas, a erradicar as inúmeras misérias do mundo. Essa é sua vocação e sua promessa; não de pactuar com supostos, ou autênticos, "eixos do mal".

De maneira bastante amena Bush, Blair e Aznar estavam a palestrar sobre o divino e o desumano, seguros e tranquilos em seu papel de poderosos feiticeiros, expertos em truques e profundos conhecedores de todas as armadilhas da propaganda enganosa e da falsidade sistemática, quando na sala oval de despachos onde se encontravam estourou a terrível notícia de que os Estados Unidos da América do Norte tinham deixado de ser a única grande potência mundial. Antes mesmo que Bush pudesse dar o primeiro murro na mesa, vosso presidente José Maria Aznar apressadamente afirmou não ser a Espanha essa tal nova potência. "Juro, George.", disse. "O meu Reino Unido, tampouco", acrescentou rapidamente Blair, para acabar de vez com as suspeitas de Bush. "Se não és tu e tu não és, quem é então?", perguntou Bush. Colin Powell, mal acreditando no que pronunciava sua própria boca, disse: "É a opinião pública, senhor presidente".

Vocês compreendem que essa historietta é uma simples invenção minha. Peço-lhes, portanto, que não lhe dê importância. Contudo, deve ser levado em consideração o que já é uma evidência para todos – a mais exultante e feliz evidência destes conturbados tempos: os feiticeiros de Bush, Blair e Aznar – sem se darem conta disso –, por suas más ações e piores intenções, fizeram surgir, espontânea e irrefreavelmente, um gigantesco, um imenso, movimento popular. Corre mundo um novo grito de "Não passarão!", com as palavras "Não à guerra!".



Não há nenhum exagero em afirmar que a opinião pública mundial contra a guerra se converteu numa potência com a qual o poder tem que contar. Nós enfrentamos resolutamente aos que querem a guerra. Dizemos-lhes "NÃO". E se ainda assim continuarem obstinados em seu demente afã e uma vez mais libertarem as bestas do apocalipse, então os alertamos desde já que esta manifestação não será a última. Nós continuaremos com os protestos durante todo o tempo que durar a guerra. Inclusive mais adiante, porque a partir de hoje já não se trata simplesmente de dizer "Não à guerra", trata-se de lutar todos os dias e em todas as instâncias para que a paz seja realidade, para que a paz deixe de ser manipulada como um elemento de chantagem emocional e sentimental com que se pretende justificar guerras.

Sem a paz, sem uma autêntica paz, justa e respeitosa, não haverá direitos humanos. E sem direitos humanos – todos eles, um por um – a democracia não será nada mais do que um sarcasmo, uma ofensa à razão, uma zombaria. Nós, que estamos aqui, somos parte dessa nova potência mundial. Assumimos nossas responsabilidades. Vamos lutar com o coração e o cérebro, com a vontade e a ilusão. Nós, seres humanos, sabemos que somos capazes do melhor e do pior. Eles (não preciso mais dizer seus nomes), escolheram o pior. Nós escolhemos o melhor. 🍀

Texto integral do comunicado de José Saramago, na manifestação contra a guerra em Madrid, dia 15 de março de 2003.





# ESPORTE

## uma política de Estado

Agnelo Queiroz

*O esporte é importante fator de crescimento econômico e inclusão social*



**Cerimônia de posse  
do ministro  
Agnelo Queiroz.**

**P**ela primeira vez na história do Brasil, o Ministério do Esporte é uma pasta específica, com foco único no desenvolvimento de uma política nacional de esporte e lazer. No Brasil, segundo estimativas recentes, o setor "esportes" movimenta 20 bilhões de reais por ano e emprega aproximadamente 300 mil pessoas. A arrancada esportiva de um país amplia o turismo e abre portas para o comércio externo. Enfim, é rico fator de crescimento econômico.

Estamos, no entanto, iniciando nova era na história de nosso país, marcada pela firme determinação do presiden-

te Luiz Inácio Lula da Silva em empreender um governo de valorização do nosso povo. Há que se perseguir o crescimento e a estabilidade econômicos, mas, sobretudo, há que se atingir o crescimento social da nação. Quando falamos, em nossos discursos, da opção pelo social, estamos justamente nos referindo a uma política de Estado direcionada para o desenvolvimento social do país e de sua gente.

Tenho especial satisfação em estar à frente do Ministério do Esporte, exatamente pelo imenso potencial do setor para o desenvolvimento humano: a prática do esporte é um valioso instrumento de inclusão social e é essa filosofia



que norteará o cumprimento da missão a mim conferida.

Temos um clima favorável o ano inteiro à prática esportiva e um povo plenamente identificado com os valores intrínsecos ao esporte e com os ídolos que ele produz. Temos criatividade e um profundo sentido de adequação às adversidades. Somos também um povo alegre, sensível e emotivo.

Paradoxalmente, o esporte no Brasil ainda é praticado por uma parcela restrita da população. O que muda, agora, é a tomada de consciência da importância que o esporte pode assumir na construção de relações sociais mais saudáveis e humanas: o esporte será neste Governo um poderoso instrumento de inclusão social, sobretudo para o universo de 32 milhões de crianças e adolescentes, de zero a dezessete anos de idade, que vivem hoje em situação de pobreza absoluta, ou seja, cuja renda mensal não chega a meio salário mínimo por pessoa.

Todos os aspectos positivos – e só eles existem – da prática de esportes, de forma continuada e com o apoio de instrutores (o que virá resgatar a importância histórica da função do professor de educação física), serão colocados à disposição dos que, por falta de opção, são abandonados ao ócio pernicioso que leva, entre outros males, à criminalidade e ao uso de drogas. Com o esporte e o lazer, podemos evitar que grande parte da nossa juventude tenha o presídio ou as alas terminais dos hospitais como destino.

A tarefa que se impõe foi referenda pelos milhões de brasileiros que, nas urnas em outubro de 2002, realizaram seu desejo de mudança, de construção de uma sociedade melhor e mais justa para todos. Essa é uma parceria que o Ministério do Esporte não negligenciará. Particularmente, tenho a tranquilidade em afirmar minha crença em que a extraordinária capacidade de mobilização popular que o esporte brasileiro demonstra, todos os dias, a todo o mundo, não faltará a essa imensa torcida por dias melhores formada por mais de 170 milhões de brasileiros.

Quantos de nós já não rompemos madrugadas em frente à televisão para acompanhar e torcer pelos cada vez mais exitosos feitos de nossos atletas nas mais diferentes quadras de esporte? Neste governo, vou trabalhar para que essa paixão seja colocada a serviço do desenvolvimento de nossa gente e, especialmente, a serviço do Programa Fome Zero.

O esporte educa, socializa, desperta habilidades, possibilita o desenvolvimento do intelecto, desperta a fé que cada um deve ter na própria força. Desenvolve e incentiva o espírito de equipe, de solidariedade, de disciplina e de respeito. O esporte aumenta a auto-estima, a qualidade de vida, é promotor de saúde. E aumenta a produtividade de quem o pratica, de sua comunidade, de sua região.

O Ministério do Esporte irá também apoiar eventos esportivos de criação nacional com identidade cultural, como futebol de areia, capoeira, futevôlei, jogos rurais, jogos indígenas, etc. A questão, entretanto, é incentivar a comunidade a realmente praticar esses esportes e não somente observá-los como telespectadores ou assistentes.

Isso realmente é uma con-clamação, um chamamento. Mas, também, é um compromisso. A determinação do presidente Lula é que, para alcançarmos o sucesso desejado e esperado, tudo se faça de forma integrada. Assim, estarei, e já estou, estabelecendo parcerias para o cumprimento das metas de minha pasta, com o Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério da Defesa, com todos os setores do governo e, especialmente, com a sociedade, clubes sociais, entidades de trabalhadores na indústria e no comércio, ONGs, empresas privadas.

Quero incentivar e trabalhar com o desporto de rendimento, de competição, vértice de uma pirâmide cuja base, para ser ampliada, necessita dos resultados favoráveis dos melhores atletas do desporto brasileiro, em suas várias modalidades.

A recente conquista do Campeonato Mundial de Vôlei pela equipe brasileira ampliou de 20% a 30% a frequência nas escolas de vôlei existentes no país. Os resultados favoráveis de Gustavo Kuerten trouxeram orgulho aos brasileiros, e uma saudável dificuldade aos administradores de clubes sociais e esportivos, tendo em vista a cobrança dos associados por maior quantidade de quadras de tênis.

Os exemplos são inúmeros, relacionando as conquistas esportivas à multiplicação do número de praticantes de cada modalidade. O desporto de rendimento é a alavanca para o incremento dos desportos educacionais e de participação, além de facilitar, sobremaneira, a realização dos programas de inclusão social que iremos desenvolver.

O compromisso é com o trabalho, firmado com o estabelecimento de uma política de Estado. O chamamento é uma mensagem de unidade, uma palavra de fé na obra que juntos poderemos construir com a força do esporte brasileiro. 🍀

**Agnelo Queiroz** é ministro de Estado do Esporte.

**Temos um povo plenamente identificado com os valores intrínsecos ao esporte e com os ídolos que ele produz.**



# Receita para um PAÍS OLÍMPICO

*Entrevista com Agnelo Queiroz ao Correio Braziliense (3/1/2003), por Paulo Rossi e Leonardo Meireles*

**A**o ser empossado ontem num ministério fortalecido – agora sem a companhia do Turismo, Agnelo saboreou uma vitória particular. Cerca de 400 pessoas prestigiaram a cerimônia, no sub-

solo do primeiro prédio depois da Catedral. Entre elas, os nadadores Fernando Scherer e Gustavo Borges, o atacante de vôlei Giovane, o tri-atleta Leandro Macedo, o capitão do tetra, Dunga, e o presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Carlos Arthur Nuzman. Depois de transmitir o cargo para seu sucessor, Caio de

Carvalho elogiou: “Você está de parabéns. Foi uma posse de presidente”.

Médico formado pela Universidade Federal da Bahia e pós-graduado em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o baiano de Itapeetinga, Agnelo dos Santos Queiroz Filho, 44 anos, terá a responsabilidade de chefiar o primeiro ministério exclusivo para o esporte na história do Brasil. Trabalhar com o menor orçamento da Esplanada surge como o primeiro desafio. A estrutura de trabalho só deve ser definida em 45 dias. O cargo de secretário-executivo, porém, já tem dono: Gil Castelo Branco, que acompanha Agnelo há anos num rigoroso trabalho de fiscalização do uso dos recursos públicos.

Nesta entrevista exclusiva, o ministro elege o investimento nas escolas como a principal estratégia

para transformar o Brasil num país olímpico. Agnelo pensa em incentivos fiscais, revela proposta para reduzir a dívida gigantesca que os clubes têm com o Estado e promete alterar a Lei Pelé.

***O esporte ganha um ministério exclusivo, fato inédito na história do Brasil. A estrutura já está definida?***

**Agnelo Queiroz** – Nosso objetivo é criar três secretarias que possam tratar os grandes temas do esporte no Brasil: de rendimento, em que poderia estar o desenvolvimento de ciência e tecnologia voltado para o esporte; a parte educacional, com o esporte escolar e o universitário; e a de inclusão social e participação. Vamos dar uma grande prioridade a esse instrumento de inclusão via esporte, com projetos extremamente baratos e atrativos. Devido à situação do país, à crise em

Vamos dar uma grande prioridade a esse instrumento de inclusão via esporte, com projetos extremamente baratos e atrativos.



que vivemos, vamos iniciar os trabalhos com a estrutura atual. Teremos 45 dias para montar uma estrutura definitiva.

***Serão mantidos programas do governo anterior?***

**Agnelo Queiroz** – Sem dúvida. Há um pronto, com as Forças Armadas; chamado Força no Esporte. Vamos usar as estruturas físicas e instrutores para atingir áreas carentes de equipamentos esportivos. Há outras propostas de democratização, iniciativas que foram tomadas, como a moralização do futebol e o programa Esporte Solidário, que vamos aperfeiçoar porque é muito limitado. Estamos tratando de uma política nacional, de governo. Tem de atingir milhões. Conversei com o Conselho Nacional dos Atletas sobre a Bolsa-Atleta, um projeto que está redondo, depois de dois anos debatendo com os atletas. Não precisa nem de regulamentação. Hoje, antes da aprovação concreta, temos R\$ 3 milhões para o projeto.

***Como driblar a falta de recursos?***

**Agnelo Queiroz** – É muito pouco, mas temos planos ousados para ampliar o orçamento. Já era uma angústia nossa. A lei das loterias (Lei Agnelo-Piva, que direciona 2% dos recursos das loterias para o esporte olímpico e para-olímpico) é um sinal disso. Garante um recurso para o desporto olímpico e para-olímpico de cerca de R\$ 50 milhões por ano, o que para o Brasil é muito. Principalmente porque não se trata de garantir recursos só em ano de olimpíada. Vamos ampliar as fontes de financiamento, sabendo dessa situação econômica difícil que vivemos. Temos uma proposta de incentivo fiscal ao esporte, nos moldes da Lei Rouanet, para

demonstrar que abrir mão de determinada receita pode ser um grande investimento. Um bom exemplo é o projeto Esporte Solidário, que gasta R\$ 20 por criança por mês. Um subsidiário custa R\$ 300, R\$ 400 por mês. Então, vale a pena. Vamos também pensar no bingo como receita para o esporte.

***Mas o bingo é um grande problema. Sempre houve casos de corrupção e desvio de dinheiro...***

**Agnelo Queiroz** – Precisamos de uma legislação federal, e não uma legislação estadual, que é inconstitucional. Temos a idéia de a Caixa Econômica Federal assumir definitivamente os bingos porque tem experiência e seriedade. Se for algo organizado, nacional, com as cartelas numeradas, que possibilite uma fiscalização maior, a Caixa topa. Sobretudo porque vamos discutir o percentual que vai para o Ministério, em torno de 9% para o Fundo do Esporte. O resultado social do bingo compensaria.

***O último levantamento sobre número de quadras, ginásios, piscinas, professores e escolas de educação física foi feito em 1971. Haverá um novo censo?***

**Agnelo Queiroz** – Como é que você faz uma política de esporte com dados de 30 anos? Queremos fazer uma nova pesquisa, com a ajuda de federações e do próprio IBGE. Nessa avenida que é o esporte educacional, queremos dar uma preferência de recuperação de quadras nas escolas, de forma que a comunidade possa utilizá-las nos fins de semana. E vincular sempre com a instrução e com o treinamento regular. Isso ajuda a manter a escola. Não é chegar lá, quebrar e ir embora. Quem treina todos os dias ajuda a preservar.

***Haverá, então, uma ligação muito grande entre os ministérios do Esporte e da Educação. O fato de o ministro da Educação, Cristovam Buarque, ser, como o senhor, um político de Brasília ajuda na parceria?***

**Agnelo Queiroz** – Ajuda demais. Na primeira reunião ministerial, antes da posse de Lula, falamos muito em funcionar em equipe. Todo mundo sabe que, no governo Fernando Henrique, havia uma completa dicotomia das áreas. Conheço o Cristovam, já trabalha-

**Dar prioridade à inserção social não significa colocar em segundo plano o esporte de rendimento.**

mos juntos, e isso vai facilitar um entrosamento maior na questão do esporte como parte do plano pedagógico da escola. Outra idéia é reforçar os jogos estudantis, com etapas estadual e nacional e premiação, também no caso dos universitários.

***Existe uma preocupação, entre atletas e dirigentes, de que o governo petista priorize a inserção social e esqueça o esporte de rendimento...***

**Agnelo Queiroz** – Dar prioridade à inserção social não significa colocar em segundo plano o esporte de rendimento. Principalmente porque o esporte de rendimento será o grande instrumento de estímulo para o esporte social. Um atleta de referência que seja um propagandista da nossa política é fundamental para o sucesso do programa de estímulo para nossa juventude.



Jovem  
com muita  
experiência  
luta por  
emprego

04.02.2003

A N O S

de Lutas e Conquistas

SINDICATO  
DOS BANCÁRIOS  
DA BAHIA

Sindicato  
Classista  
e de luta

www.bancariosbahia.org.br

Esporte

Também tem a auto-estima do país, a unidade nacional, trazer os grandes eventos, ser referência mundial.

**Isso significa apoio financeiro para os Jogos Pan-Americanos de 2007, no Rio?**

**Agnelo Queiroz** – Será fundamental. Temos o compromisso público do Lula para ajudar. É um investimento que se paga com os próprios Jogos e fica para o Brasil. Vamos ter uma atitude positiva, ofensiva, determinada, e não de espectador. Queremos trazer também uma olimpíada, uma copa do mundo e os campeonatos mundiais das modalidades. Vamos nos antecipar, saber o que precisa para se credenciar, que investimento fazer agora.

**O esporte de rendimento, hoje, no Brasil, depende do patrocínio de várias empresas estatais. Esse apoio financeiro do governo para as confederações será mantido?**

**Agnelo Queiroz** – Tem de haver uma relação profissional. A empresa vai discutir o custo e benefício do patrocínio. Não tenho dúvida de que é importante colar a imagem da empresa com a do esporte e ganhar dinheiro com isso. O Banco do Brasil é o maior exemplo. Ganhou carteiras novas, diminuiu a faixa etária de seus clientes. Isso é uma estatal investindo em seu povo e ganhando dinheiro. Há certas áreas que não têm esse retorno econômico. Aí é que entra o Estado para fazer as análises. Não se pode pegar todo o recurso publicitário para fazer doação.

**Qual será o papel do Ministério nas votações da MP 79/2002, que trata da moralização do futebol, e do Estatuto do Torcedor?**

**Agnelo Queiroz** – Nossa visão é dar prosseguimento a essas iniciativas porque elas vão ao encontro do objetivo da sociedade, que é a moralização do futebol. Com o Estatuto, não é só o torcedor que vai ser beneficiado, mas o clube também. Somos os melhores do mundo den-

tro de campo, temos de ser também fora de campo, seja na defesa do cidadão ou na administração dos clubes. Prestar contas é fundamental. Vamos tratar isso em um âmbito mais geral, que é o Estatuto do Esporte, para aglutinar toda a legislação, não só no futebol, mas em todas as modalidades. Aí você tem estabilidade jurídica e instrumentos de fiscalização, até com a participação do Ministério Público, da Justiça.

**Mas Eurico Miranda, presidente do Vasco, disse que não vai prestar contas, como exige a MP do futebol...**

**Agnelo Queiroz** – Vai sofrer as sanções da lei. O clube é privado, mas tem um interesse público. Então tem de dar satisfação ao público. Mas quero também dialogar, saber como fazer para melhorar a saúde financeira dos clubes. Vou adiantar aqui uma proposta, sobre a situação de endividamento dos clubes com o próprio Estado. Queremos discutir o pagamento dessas dívidas com a troca de programas sociais do clube. Você já imaginou o que seria uma escolinha do Flamengo no Piauí, dirigido e pago por eles? Seria um sucesso extraordinário. O clube pode fazer isso com o futebol e com outras modalidades.

**É possível acreditar no esporte como prioridade?**

**Agnelo Queiroz** – Agora temos um ministério específico. O próprio Lula disse ser um apaixonado pelo esporte e pediu para acioná-lo para ajudar nas parcerias que vamos fazer. E vou acionar muito. Será justamente em um governo de esquerda que ficará marcada na história do Brasil a importância do esporte. Estamos ainda muito longe de enxergar como os países desenvolvidos enxergam o esporte. Mas podemos estabelecer as bases que tornem irreversível o desenvolvimento do esporte no Brasil em todas as áreas, com o desenvolvimento humano. Como consequência disso, vamos ganhar muitas medalhas, vamos virar um país olímpico. 🍷



# Edgard Carone

(1923-2003)

Augusto César Buonicore

## *Ele foi o historiador da República e do movimento operário brasileiro*

**N**o dia 27 de janeiro morreu aos 79 anos o historiador marxista Edgard Carone. Morreu como sempre viveu, longe dos holofotes da mídia e dos salamaleques acadêmicos. A grande imprensa liberal-burguesa praticamente ignorou o ocorrido. Poucas linhas foram gastas para aquele que resgatou a história da República brasileira e que publicou uma monumental bibliografia que se tornaria uma referência obrigatória para todos os que se aventurarem pelo tema. Talvez este seja um dos sinais mais evidentes da indigência cultural das elites brasileiras e da necessidade de substituí-las por novas classes sociais.

Edgard Carone nasceu em 14 de setembro de 1923 na cidade de São Paulo. Filho de um abastado imigrante libanês, dono de lojas comerciais e de uma casa bancária. Seu pai era um homem culto que amava Tolstói e Gorki e que chegou mesmo a escrever dois livros. Sua mãe também era amante da leitura e havia estudado em uma universidade francesa.

Quando jovem estudou em algumas das melhores escolas paulistas, o Colégio Rio Branco. Mas, ele jamais se considerou um bom aluno. Os professores que ele conheceu não o ajudaram a adquirir amor pelo conhecimento. O responsável pela cadeira de história, segundo Carone, "tinha uma visão muito estreita (...) E era voltado para os temas mais estrambólicos, como a Rússia Medieval, as invasões dos bárbaros"; e, por isto, não o marcou. O gosto pela história do Brasil veio por outros caminhos.

O jovem Edgar foi trabalhar para o conceituado sociólogo brasileiro Azis Simão. Sua tarefa era ler para

o cientista já quase cego. Entre as obras lidas estava *O Cavaleiro da Esperança – a vida de Luís Carlos Prestes*, de autoria de Jorge Amado. Através dessas leituras periódicas, e da amizade com os jovens intelectuais Antônio Cândido e Paulo Emílio Sales Gomes, ele foi se "informando e entrando em contato com todo tipo de atividade política e intelectual". E, como ele mesmo afirmou: "Fui cada vez mais penetrando no mundo das esquerdas". Sob influência de Antônio Cândido ingressou no recém-criado Partido Socialista Brasileiro. "A mudança que se queria, afirmou ele, era o socialismo democrático, que na verdade não funcionou". Mais tarde se aproximou do Partido Comunista do Brasil (PCB) do qual se tornou simpatizante. Quando da cisão comunista, ocorrida em 1962, Carone ficou do lado do grupo liderado por Prestes que constituiria o PC brasileiro.

Carone não se considerava apenas um intelectual marxista, mas sim um simpatizante do comunismo. Questionado sobre o porquê de não ter se tornado um militante, ele respondeu: "Eu não tenho jeito para ser militante, eu tenho jeito para ser auxiliar de militante. Mas eu acho (...) a vida de simpatizante muito importante na vida do partido". Nunca engrossou a crítica fácil dos liberais e da "nova esquerda" aos movimentos comunista brasileiro e internacional. "A crítica que se

\* As declarações de Edgar Carone e os seus dados biográficos foram retirados do livro *Conversas com Historiadores Brasileiros*, organizado por José Geraldo Vinco de Moraes e José Márcio Rego.



fazia (...) era uma coisa que não me afetava, porque diante daquela situação os comunistas eram dos poucos que lutavam contra a ditadura e se arriscavam", afirmou ele.

Seguindo os passos do irmão, ingressou na Faculdade de História da Universidade de São Paulo em 1945. Depois de formado mudou-se para a fazenda da família em Botucatu, interior de São Paulo. Ali permaneceu durante 12 anos, longe de qualquer atividade acadêmica. Aproveitou-se do isolamento para ler e montar uma grande biblioteca pessoal. "Eu li bastante e estava muito entusiasmado com alguns movimentos militares e não-militares daquele tempo, por isso pesquisei sobre as revoluções de 1922, 1924, 1930, 1932, 1937 (...) Eu ia comprando praticamente tudo sobre esses temas nos sebos; eu tinha acumulado, por exemplo, um grande lote sobre o Tenentismo, memórias, etc.", afirmou ele.

A república passou a ser o centro de suas preocupações. Foi essa paixão que o transformou em precursor da moderna história da República brasileira. "A idéia de escrever sobre a República veio exatamente para tentar entender essa mixórdia que era o país, cujo processo esta-

va muito ligado a esse período."

Em 1963, esse interesse de Carone coincidiu com a necessidade de alguns professores da USP, que lançavam a coleção Buriiti. Antônio Cândido sugeriu que ele escrevesse um livro sobre as revoluções tenentistas no Brasil. Assim, nasceu o livro *Revoluções do Brasil Contemporâneo (1922-1938)*, lançado em 1965. Esta seria a primeira obra publicada por Carone. Ele estava então com 42 anos de idade.

Os problemas não resolvidos que apareceram durante a elaboração de seu primeiro livro, e o golpe militar de 1964, levaram-no a continuar se aprofundando no seu estudo sobre o período republicano. Afirmou ele: "Todo mundo falava do golpe, mas ninguém explicava o golpe e sua composição tão esdrúxula entre forças civis, militares e estrangeiras". Só conhecendo a história recente do Brasil, o desenvolvimento e a luta de classes, que poderia se entender o golpe militar de 1964 e construir uma alternativa política para o movimento democrático e socialista que havia sido derrotado. Ele, então, resolveu escrever um livro sobre o período republicano, apenas um – mas acabou escrevendo 11 grossos volumes,

incluindo o livro *O Tenentismo*. O primeiro volume, de 1969, intitula-se *A Primeira República (1889-1930) – textos e contextos* e o último, de 1985, *A República Liberal* (vol.2). A conceituação, e a periodização do período republicano, que foram adotadas por Carone, acabaram se tornando referências na historiografia brasileira.

Carone iniciou sua carreira acadêmica na Fundação Getúlio Vargas, e depois se transferiu para a USP na qual tornou-se professor titular de História do Brasil. Doutorou-se em 1971, defendendo a tese "União e Estado na vida política da Primeira República", que seria publicada sob o título *República Velha II – Evolução política* e, finalmente, concluiu a sua livre-docência em 1985.

Além de ter sido o historiador do período republicano foi, também, o grande historiador do movimento operário e socialista brasileiro. Entre 1979 e 1984 publicou os três volumes da obra *Movimento Operário no Brasil*, uma rica documentação comentada sobre a luta e organização dos trabalhadores brasileiros de 1877 até 1984. Quando das comemorações dos 60 anos de aniversário do Partido Comunista lançou a obra *O PCB*, também em três volumes. Nela, estão incluídos os principais documentos produzidos pelos comunistas brasileiros e suas várias dissidências.

Se esses dois grandes conjuntos de obras se constituem basicamente de documentos comentados pelo autor, os livros *Classes sociais e movimento operário*, no qual tratou do movimento operário nos anos de 1920; e *Brasil anos de crise (1930-1945)*, contêm uma rica exposição e análise da evolução política do Brasil, do ponto de vista do marxismo. Colocou luz sobre o papel central da luta de classes e especialmente sobre a ação das classes trabalhadoras brasileiras. Podemos afirmar que esta é a melhor história do Partido Comunista do Brasil, das origens até 1945. Por fim, destacamos o livro *O Marxismo no Brasil (das origens a 1964)*, publicado em 1986, no qual Carone fez um exaustivo levantamento bibliográfico da produção de obras sob inspiração marxista no Brasil.

Apesar de ter se iniciado no mundo acadêmico e publicado seu primeiro livro tardiamente, ele produziu incessantemente. Publicou 27 obras em apenas 30 anos, ou seja, quase um livro por ano. Muito acima da média na academia. Todos esses livros são referência para estudiosos da República, em geral, ou da esquerda brasileira, em particular.

Como podemos facilmente notar toda essa obra não tem simplesmente um objetivo acadêmico. O objetivo central é entender o Brasil para poder transformá-lo. O objetivo é,

Além de ter sido o historiador do período republicano foi, também, o grande historiador do movimento operário e socialista brasileiro.



portanto, político. Defendia que em relação ao processo histórico não se poderia ficar neutro, era preciso tomar partido, e ele se posicionou decididamente ao lado das forças progressistas e de esquerda.

Desde jovem se interessou pelo marxismo do qual jamais chegou a se separar. Afirmou ele: "Eu acho o marxismo um instrumento fundamental para a análise e um grande instrumento de crítica que até hoje não foi superado (...) o marxismo é a teoria mais rica em possibilidades de análise de uma situação histórica".

Sua posição abertamente marxista, sempre lhe custou reprovações e preconceitos. Quando ainda estudava na USP, na década de 40, o departamento de história era marcado pela historiografia francesa (antimarxista) e parte de seus professores era bastante conservadora. Afirmou ele, lembrando seu período acadêmico, "havia alguns professores que caçoavam de mim, entre eles o Aroldo de Azevedo, que era reacionário e ligado à Igreja. Ele me encontrava e dizia: 'E a Rússia? E o comunismo?'. Tudo isso era feito para intimidar o jovem estudante de esquerda.

Mais de 30 anos depois estaria às voltas com um novo surto antimarxista trazido pela onda da "pós-modernidade". Carone foi bastante crítico das mudanças que passaram a ocorrer nos cursos de História das universidades brasileiras, especialmente na USP. A chamada Nova História, e sua vertente, a "história do cotidiano", passou a substituir as análises dos grandes processos históricos.

Afirmou ele: "Veja esta idéia de cotidiano (...) o que você tira disso? Que as mulheres se vestiam de homem, o carnaval era muito bom, havia muita elegância no Mappin Stores, as ruas de São Paulo se modernizaram. Tudo isto é muito interessante, mas não é fundamental. Fundamental é quando você descobre como ocorre o processo de luta de classes no Brasil".

Não só os novos conteúdos o aborreciam, mas também a forma. Continuou ele; o que predominou foi a "perspectiva de Lucien Febvre, que escreve difícil, é difícil de ler, de pensar" e concluiu ironicamente: "Eu sou um velho marxista e vou ficar no que sei". Os anos 80 e 90 foram difíceis para os marxistas nas universidades. Afirmou ele: "Participar desses processos ficou muito difícil para mim (...) eu vejo alguns de meus colegas passarem de um lado para outro, de uma teoria para outra." Carone era avesso aos modismos acadêmicos e isso lhe acarretou a pecha de conservador. Alguns, mais radicais, injuriosamente, chegaram mesmo a negar a sua importância como historiador.

Carone organizou e disponibilizou, através de seus

livros, centenas de documentos fundamentais para compreender a história do Brasil Republicano e do movimento operário. Milhares de jovens pesquisadores puderam, a partir de então, ter acesso a uma rara e preciosa documentação. Só isso lhe vale um lugar de honra na historiografia brasileira.

Após a crise das experiências socialistas na URSS e no Leste Europeu e o início da ofensiva neoliberal, ocorreu um processo de re-arranjo nas forças de esquerda: a social-democracia se neoliberalizou e muitos partidos

## Carone organizou e disponibilizou, através de seus livros, centenas de documentos fundamentais para compreender a história do Brasil Republicano e do movimento operário.

comunistas se social-democratizaram, abandonaram o marxismo-leninismo e a própria identidade comunista. Vários intelectuais marxistas, como Carone e Werneck Sodré – que eram tradicionalmente ligados aos partidos reformistas pró-soviéticos –, começaram a se aproximar do Partido Comunista do Brasil.

Como afirmou o jornalista José Carlos Ruy, Carone tornou-se, então, "um colaborador freqüente da revista *Princípios*", assessorou a Comissão Especial de História do Partido Comunista do Brasil, eleita no 9º Congresso do PCdoB, e editou um de seus últimos livros, *A II Internacional – pelos seus congressos*, pela editora Anita Garibaldi.

Além de sua vasta obra, Carone deixou para os brasileiros uma biblioteca de mais de 15 mil volumes. Um dos acervos mais importantes sobre a história brasileira do século XIX e XX. No entanto, isso até hoje não foi compreendido pelas nossas autoridades das áreas de educação e cultura. No final da sua vida, já bastante doente, tentou vender o seu acervo para alguma biblioteca pública. A resposta que ele encontrou foi "que gostariam de comprar, mas não tinham onde colocar."

Portanto, a maior homenagem que as novas autoridades brasileiras poderiam prestar ao homem que, nas palavras de Emília Viotti, "fez a história da República", seria adquirir esse importante acervo, preservá-lo, e colocá-lo à disposição daquele que é o seu verdadeiro dono: o povo brasileiro. Esta seria a forma mais adequada de dizer "obrigado, companheiro Edgar Carone. O Brasil lhe agradece." 🍀

**Augusto César Buonicore** é historiador e membro do Comitê Central do PCdoB.



# 50 Graciliano ANOS SEM Ramos

Benjamin Abdala Junior



*Faz cinquenta anos que Graciliano Ramos morreu. Este artigo, uma homenagem ao grande escritor comunista, mostra que, ao desenvolver formas de práxis criativas, no sentido marxista, o narrador situa-se como persona inventada pelo autor. Narrador que, ao construir uma história, constrói-se a si próprio.*



Uma das obsessões de Graciliano Ramos foi escrever a partir de um assunto por ele experimentado. Afastando-se do mito da representação impassível da realidade social, de um realismo documental, preso à representação mais ou menos imobilista da realidade, coloca a missão central de o escritor empenhado problematizá-la em termos psicossociais. Mais ainda: vê na atividade do escritor, como na vida, a necessidade de desenvolver formas de práxis criativas, no sentido marxista. O narrador situa-se, assim, como persona inventada pelo autor. Assim, esse narrador ao construir uma história, ele próprio se constrói, propiciando ao leitor a observação de modelos de trabalho/pensamento intercambiáveis, não apenas entre a realidade social que serve de referência e a psicologia da personagem que representa, mas também destas instâncias ficcionais para a situação vivenciada pelo leitor. Imagem caricatural desses processos é a conhecida situação representada por Charles Chaplin, no filme *Tempos Modernos*, quando aparece como um operário numa esteira de produção, reproduzindo sempre um mesmo movimento mecânico de apertar porcas com duas chaves nas mãos. Quando deixa a fábrica, já na rua, reproduz esse gesto automaticamente, vindo a encontrar-se uma mulher com um vestido com botões de desenho semelhante aos das porcas da linha de montagem. Procura, então, sem maior sentido crítico, apertá-los, imaginando-se com as chaves da fábrica. Os modelos de trabalho/pensamento se deslocam comicamente para outro contexto, denunciando a alienação da personagem, condenada a executar/viver de maneira repetitiva, enredada na mesmice.

Na literatura, o principal agente do processo é, entretanto, o escritor e, para Graciliano, ele tem a função ética de se afastar da esteira de produção, reproduzindo os mesmos gestos. Uma atividade artesanal, se nos valeremos de outra imagem, de Walter Benjamin, em um seu conhecido ensaio "O narrador", onde compara esta persona (o narrador) a um oleiro que modela a argila. Através da práxis criativa, a escrita mergulha na vida do narrador para retirá-la dele, como argila nas mãos do oleiro. Ganha assim autonomia relativa e é capaz de reproduzir modelos de pensamento/trabalho inclusive não conscientes, que o escritor empenhado procura descortinar, sobretudo quanto às questões sociais que levanta.

É o que ocorre com o proprietário da fazenda "São Bernardo", Paulo Honório, do romance de mesmo título de Graciliano Ramos (1), um truculento coronel nordestino, que, num momento de grande crise existencial, decide escrever um livro, tendo em vista transmitir a seus lei-

tores as marcas de sua experiência. A ambígua e contraditória conjunção entre o ambicioso fazendeiro e o escritor em crise, entre experiência e escrita confere respectivamente ao narrador e à narrativa do romance *São Bernardo* a imagem duplicada e distorcida cara às pinturas que proliferam com as vanguardas modernistas. Assim, a superposição da imagem da fazenda, do proprietário e do escritor revelam a difusa interface de traços e tonalidades que põe o livro em visível diálogo com a profusão de imagens deslocadas, intrincadas e superpostas que podemos ver, por exemplo, nas pinturas cubistas e expressionistas.

A rude economia verbal do romance *São Bernardo*, de Graciliano Ramos corresponde à linguagem seca e ríspida que o fazendeiro narrador adota indistintamente seja para gerenciar propriedades e negócios, seja para negociar sentimentos e lucro, ou tratar com pessoas e bichos, que para ele pouco ou nada se diferenciam. As pinceladas grossas e cruas com que Paulo Honório descreve a exploração imposta a quantos sacrificou e gradativamente desumanizou durante seu cruel processo de obtenção de terras, bem como da posterior ampliação de suas cercas, traçam, em paralelo, seu auto-retrato: ao reduzir pessoas a coisas, ele próprio se coisifica, ou seja, vai-se pouco a pouco embrutecendo e perdendo sua humanidade.

Em suas noites de insônia, ele é atormentado pela culpa, que o faz tomar um recorrente pio de coruja como presságio de tragédia<sup>(2)</sup>. O temor a uma fatalidade que foi, na verdade, construída por suas próprias mãos, leva-o quase inconscientemente ao ato de escrever. Em outras palavras, as mesmas mãos que cometeram desmandos passam a operar no sentido contrário de reconstruir simbolicamente o que foi destruído. De fato, o narrador de *São Bernardo* busca, na escrita ficcional ou na ficcionalização de suas memórias, a mediação de que necessita para vencer a culpa e os conflitos.

Durante o processo de escrita de *São Bernardo*, vem à tona a consciência de Paulo Honório. Até então cego, em face de sua pressa de se enriquecer e em sua ânsia de tudo dominar, ele começa a se reconhecer quando põe suas mãos a serviço não do próprio poder, mas da potência criadora da linguagem. Assim a experiência do narrador se transforma em sabedoria. Esta é a substância que ele quer imprimir à sua narrativa e transmitir a seus leitores. De forma homóloga à imagem deixada por

Na literatura,  
o principal  
agente do processo  
é o escritor.



Walter Benjamin, em que o oleiro deixa na argila do vaso a marca de suas mãos, também Paulo Honório quer deixar nas memórias que está escrevendo a marca de sua experiência.

Se a obsessão por riqueza e poder leva Paulo Honório a circunscrever às cercas de sua fazenda tudo que lhe é e não lhe é de direito, também as pessoas que estão sob seu domínio vão sofrendo o crescente efeito da desumanização, transformando-se nos objetos a que ele tenta moldar de acordo com seus interesses. Quando ele começa a se reconhecer, ao escrever o romance, percebe-se vítima do mesmo processo de coisificação que ele submete aos outros. Nesse sentido, é de se observar que a auto-caracterização do narrador o nivela, juntamente com seus empregados, a bichos. Desenhada com tintas que deformam para revelar traços psicossociais mais fundos, sua interface é capturada por uma espécie de câmara clara que dá visibilidade a uma existência brutalizada, destituída de sentido, consumida pela crescente degradação.

À medida que, enquanto agente de um sistema agressivo de produção, Paulo Honório vai exercendo seu autoritarismo, torna-se tão dependente quanto todos a quem subjuga, tornando-se, portanto, presa de seu próprio cerco. Além de bicho, ele também se reconhece na imagem do inescrupuloso fazendeiro que, em sua trajetória de obtenção de posses e poder, não poupa meios para ascender econômica e socialmente. Com isso, sua conduta competitiva e sua práxis agressiva o identificam a conhecidos atores da oligarquia rural nordestina. Paulo Honório toma para si todos e tudo quanto deseja, valendo-se dos privilegiados meios políticos, sociais, econômicos e judiciais que tem às mãos.

Essa imagem, contudo, não é suficiente para mostrar a complexidade dessa personagem de Graciliano Ramos. Paulo Honório é a encarnação ambígua de um homem que, movido pelo instinto de posse, vai atropelando todo

para seus leitores as marcas de sua experiência. No fundo, ele sabe que a fixação de sua experiência só será transmissível se passar pela mediação simbólica da literatura. Um nível de consciência, é verdade, que vem da subjetividade empenhada do próprio autor, o cidadão Graciliano Ramos.

Consciente de sua própria ação destrutiva, o narrador de *São Bernardo* resolve assim retrair, com novas pinceladas, seu auto-retrato. De início, em similitude a qualquer agente histórico que, em face da própria cegueira, não consegue enxergar senão a própria imagem cristalizada, ele está preso a uma visão unívoca de si mesmo, do explorador feroz em que me transformei. Entretanto, ao se ler ou se ver depois de ter traçado seu auto-retrato, descobre-se fazendo interface com um desconhecido, um duplo desdobrado em escritor e fazendeiro. Assim, enquanto escreve, o narrador pode ver a si mesmo, diante do próprio processo de desconstrução e reconstrução, de cegueira e auto-conhecimento, o que vai modificando as bases de sua própria identidade enquanto persona representada no romance. Como se estivesse diante do espelho, essa imagem duplicada de Paulo Honório olha para si mesma e descobre sua interface: uma e outra face, num infinito processo de duplicações, obrigando sua consciência a se deparar, a cada olhar, com uma inesperada e assombroso ângulo constitutivo da própria identidade. Em grande parte, deve-se a essas sobreposições a densidade psicológica e existencial que faz de Paulo Honório uma das personagens melhor realizadas da literatura brasileira.

A mão que escreve traz as marcas de sangue que maculam a escrita, pondo em questão a experiência que se quer transmitir. A nervosa fotografia que emerge desse retrato revela um negativo deformante, grotesco, inassimilável em sua brutalidade visível: Sou um aleijado. Devo ter um coração miúdo, lacunas no cérebro, nervos diferentes dos nervos dos outros homens. E um nariz enorme uma boca enorme, dedos enormes.<sup>(3)</sup> Fechar os olhos, agitar a cabeça para repelir a visão das próprias deformidades monstruosas é um gesto vão. Se, de um lado, o a escrita do romance *São Bernardo* vai restituindo ao narrador a humanidade perdida, possibilitando-lhe desviar o foco da imagem brutalizada, de outro, ela acentua a opção de Paulo Honório pela perversidade, durante o tempo em que, enquanto fazia crescer a fazenda "São Bernardo", ele não poupou meios para consolidar seu poder.

Todos que dependem econômica ou socialmente de Paulo Honório são enclausurados como bichos às suas cercas de arame farpado. Pessimista, ele reflete que não

**Assim, enquanto escreve, o narrador pode ver a si mesmo.**

obstáculo que se interpõe em sua trajetória cega e que, ao se dar conta da própria cegueira, quer refazer sua história, remarcar simbolicamente suas cercas não apenas para se reconhecer e dar um novo sentido para sua vida. Ele quer também se ilustrar, dar lustro e nova imagem a sua práxis de fazendeiro, reformular para si mesmo e



diferentemente do cerceamento imposto por seus domínios, o resto do mundo reproduz o mesmo mecanismo de dominação e coisificação dos indivíduos. A construção dessa metáfora (bichos) sugere, além da coisificação, a tônica da divisão de trabalho especializado e distribuído, portanto, entre várias espécies de bichos. A lógica empresarial do fazendeiro é, entretanto, contraditada pela lógica do discurso memorialístico do narrador. Enquanto aquele busca os fundamentos modernos da produção empresarial de acordo com as formas de organização capitalista, este adota o processo artesanal de trabalho que resiste em organizações arcaicas como a que prevalece na sua fazenda e que ele reproduz em sua narrativa, ela mesma uma composição artesanal. Assim, à produção capitalista empresarial embalada pela modernização, contrapõe-se o trabalho artesanal do narrador que constrói a narrativa para contar sua experiência.

A despeito de o auto-retrato que ganha formato junto com a narrativa ser desenhado por sua mão monstruosa do próprio Paulo Honório, em contrapartida, Graciliano Ramos, autor do romance que estamos lendo, escreve por sua vez deixando sua dicção de autor por sobre a voz e a imagem da personagem que narra. Em algumas passagens, a voz não é propriamente de Paulo Honório, mas de Graciliano, que denuncia a práxis encarnada por esse espécime deformado que tenta usar a máscara de um moderno capitalista ilustrado para encobrir seu papel de ator rural das oligarquias nordestinas. Dito de outra forma, o autor Graciliano Ramos toma para si a função de duplicar a caricatura da personagem Paulo Honório, o narrador-escritor que, deformado pela brutalização, já de antemão se encarrega de se auto-caricaturar sob a imagem animalizada de um macho, como se pode ver nesta passagem: Que mãos enormes! As palmas eram enormes, gretadas, calosas, duras como casco de cavalo. E os dedos eram também enormes, curtos e grossos. Acariciar uma fêmea com semelhantes mãos.<sup>(4)</sup>

Quando justifica, para seus leitores, as razões que o levaram a escrever, Paulo Honório fala de seu objetivo inicial de realizar uma obra coletiva segundo os princípios de divisão de trabalho de uma empresa capitalista. Nessa empreitada, o “empresário-escritor” deseja não apenas explorar a “mais-valia” de seus “colaboradores”, mas também um controle sobre a composição do “produto”, isto é, sobre o estilo, o assunto e o registro linguístico que pretende adotar. Na verdade, seu objetivo maior é, como se pode perceber, tirar partido político de mais um empreendimento pessoal, que não conta com a efetiva distribuição de tarefas e méritos. No fim das con-

tas, acaba prevalecendo, na elaboração do livro, o método artesanal, ou seja, o impulso para assumir sozinho a empresa, contando apenas com sua própria força de trabalho.

Na empreitada, entretanto, o destino se lhe mostrará adverso. A experiência de escrever levará Paulo Honório a dialogar dilematicamente com facetas inesperadas, num processo de auto-conhecimento problemático, contraditório, a partir do qual ele pode constatar que tudo ou quase tudo que ele tentou abarcar fugiu de seu controle. A fotografia disforme e temível do narrador personagem mostra uma imagem solitária, irascível, com os nervos inquietos rompendo os poros, a humanidade se aleijando sob o impulso do egoísmo e da animalização deformante, coerente com a escrita seca, descarnada, sem quaisquer concessões ao gosto de leitores atraídos pela retórica tradicional, própria da tradição bacharelesca do país.

Como é de se observar no comentário da passagem a seguir, o narrador – considerando sua fraca formação intelectual – julga-se com mais habilidades para escrever que seus companheiros, a exemplo do João Nogueira que queria o romance em língua de Camões, com períodos formados de trás para diante<sup>(5)</sup>; ou ainda do Gondim que critica a marca da oralidade na escrita de *São Bernardo*, sob a alegação de que um artista não pode escrever como fala. No entanto, Paulo Honório se defende com o argumento de que não tem o intuito de escrever em conformidade com as regras e, embora afirme a superioridade de seu texto, acaba admitindo que, sem recursos literários, sua escrita é bem chinfrim.

A gradativa deformação física e moral de Paulo Honório desenha-se nas suas mãos que roubam, agri-dem e matam, mas que também escrevem e, ao fazê-lo, devolvem a humanidade ao escritor. Mãos ambivalentes que não escapam a uma analogia com muitos intelectuais brasileiros provenientes das elites rurais do país que são cooptados pelo mesmo sistema que denunciam. A contradição encerrada no duplo gesto de cooptação e denúncia foi objeto de referências críticas de Graciliano Ramos, que, em diversas ocasiões, presenciou essa situação vivida por escritores de seu tempo, alguns dos quais seus amigos.

Em *São Bernardo*, há uma forte busca daquilo que falta

**O caráter de objeto que se constrói nos vaivéns narrativos e nos comentários sobre a construção do romance intensifica o jogo.**



a Paulo Honório: equilíbrio. Isto é, a possibilidade de conciliar o mundo subjetivo com o objetivo da personagem, suas ações externas com seus afetos. Essa procura de simetria leva ao rompimento dos padrões tradicionais de representação em vários níveis. Desde a estratégia de construção dos caracteres da personagem, que convergem para a imagem reduplicada do fazendeiro e do escritor, a sobreposição não é simétrica à realidade, provocando, em consequência, a distorção do relato. São imagens decorrentes da experiência e vivência de Paulo Honório, que se fixam, em diferentes planos visuais, entre a história do fazendeiro e a história do livro que está sendo escrito.

Ao mesmo tempo, o caráter de objeto que se constrói nos vaivéns narrativos e nos comentários sobre a construção do romance intensifica esse jogo. Tudo é problemático e está aparentemente emperrado, distante do fluxo cronológico vertiginoso que em ritmo rápido e avassalador levou Paulo Honório à posse da fazenda e à posse legal da mulher (Madalena, através do casamento). Já não é possível às vezes escutar, quando escreve o romance, o tique-taque do relógio. Sente-se paralisado no tempo. Esta faceta crítica do narrador-escritor mostra-se, pois, avessa ao tempo linear e contínuo, entendido pela máquina empresarial como produtivo.

A linearidade pretendida por Paulo Honório quando projetou escrever um livro não se realiza, assim, em razão da presença de Madalena. A partir do registro da entrada dessa personagem em sua vida já não consegue representá-la com exatidão e certeza. Madalena não constitui apenas uma presença aleatória, mas também é signo de um outro mundo – o mundo urbano e culto, que o narrador desconhece e, portanto, não pode dominar. Pior, embora casados simbolicamente através de Paulo Honório e Madalena, a cidade e o campo não conseguem estabelecer um trânsito entre si. Há contradições nessa junção rural e urbano: se Paulo Honório pode ser entendido como um novo empresário, o empresário burguês que se afasta do modo de produção capitalista patriarcal, ele não deixa de manter a ideologia senhorial, não se adequando aos tempos modernos e a seus valores mais democráticos, que o levariam a aceitar os valores da mulher culta, intelectual e socialista, por opção política. Esse desencontro é a tragédia pes-

soal de Paulo Honório, mas poderia ser vivida em qualquer parte do país.

É curiosa a estratégia narrativa usada por Graciliano Ramos para construir *São Bernardo*, visto concentrar-se na perspectiva de um narrador inculto e retrógrado, inabilitado, portanto, para escrever um romance. É a partir desse ângulo restrito, estranho ao âmbito de um

intelectual cosmopolita, que ele vai procurar apresentar uma imagem nova do campo. Trata-se de uma opção consciente, por não se submeter à linguagem cristalizada nas academias citadinas, o que lhe permite afastar-se do senso comum da cultura letrada das elites intelectuais urbanas. Situado no cruzamento entre o rural e o urbano, Paulo Honório é um narrador complexo, em vários níveis. Troca a obsessão de

**Distorcer para  
revelar,  
provocando  
dessimetrias que  
favorecem o  
distanciamento  
necessário ao auto-  
conhecimento.**

ampliar a fazenda São Bernardo pela escrita do romance São Bernardo, espaço de efetiva transmissão da experiência.

O confronto, diante do espelho, entre o Paulo Honório empresário e o Paulo Honório escritor, que ao rememorar pode criticar o outro, provoca o aparecimento de novas imagens. Distorcer para revelar, provocando dessimetrias que favorecem o distanciamento necessário ao auto-conhecimento. As mãos que modelavam a matéria do romance, acabaram na verdade dando forma a si mesmas, em configurações não previstas no projeto inicial de Paulo Honório, revelando o que havia de cabeludo e monstruoso na experiência que ele, enquanto fazendeiro pretende transmitir. Em imagens sobrepostas, as mesmas mãos que destroem enquanto constroem a propriedade, são as que restauram a humanidade perdida, quando se voltam para o novo traçado simbólico de uma realidade que teima em fugir ao controle imaginário do narrador. ♡

**Benjamin Abdala** Junior é professor da Universidade de São Paulo.

#### Notas

- (1) 27. ed. Rio de Janeiro, Editora Record, 1977.
- (2) Este retoma parte do ensaio "O pio da coruja e as cercas de Paulo Honório", de *Personae: grandes personagens da literatura brasileira*, volume organizado pelo seu autor e Lourenço Dantas Mota (São Paulo, Editora SENAC São Paulo, p. 163-194).
- (3) *São Bernardo*, p. 171.
- (4) *São Bernardo*, p. 127.
- (5) *São Bernardo*, p. 9.



# AS mulheres CONSTRÓEM SUA autonomia NO TRABALHO FLEXIBILIZADO?

Eline Jonas

*As costureiras que trabalham em seu domicílio para a indústria da confecção recriam, no Estado de Goiás, seu espaço e o seu tempo em busca de emancipação*

**O** estudo sobre o tempo próprio das costureiras que trabalham em seu domicílio para a indústria da confecção em Goiânia e entorno, foi realizado em 2001, com o objetivo de investigar, no contexto do trabalho flexibilizado e em tempos de

**Costurar por facção é um trabalho que se caracteriza como uma atividade com origem na esfera pública**

globalização econômica, como essas mulheres – que voltaram para casa atendendo à nova organização produtiva –, organizam seu tempo; e como vivem seu tempo próprio – tão importante para a construção de sua autonomia. É uma investigação que partiu do princípio de que o trabalho é fator emancipador na construção humana e

possibilita a independência, e a autonomia, necessárias à emancipação das mulheres.

Em sua experiência cotidiana, nos relatos de grupo, essas costureiras retrataram uma situação que é coletiva, permitindo-nos identificar e reconhecer a rede de significados e de valores que orientam suas vidas, e que se manifestam como um comportamento socialmente adaptado que extrapola o âmbito individual. Esse cotidiano desenhado representa o tempo de vida em sua conotação existencial, diferenciando-se do tempo histórico e do tempo institucional.

Nesse sentido, as costureiras faccionistas na busca de sua independência econômica neste trabalho profissional, feito em domicílio, re-significam ou re-criam seu espaço e o seu tempo na busca de emancipação. Costurar por facção é um trabalho que se caracteriza como uma atividade com origem na esfera pública, pago por peça produzida e realizado no próprio domicílio, espaço doméstico onde também se vivencia o privado, a



intimidade. Nesse caso, o doméstico foi tratado como uma das dimensões do trabalho de reprodução social que é, também, realizado no espaço do domicílio; e, o privado, como uma esfera da intimidade e da privacidade – a apropriação de si, o tempo e o espaço de recolhimento à vista de poucos, em confiança, particular de cada um.

Em síntese, além das diferenças individuais consideramos os condicionantes sociais no contexto de desigualdade social para identificar: a) o que aquelas mulheres pretendiam para si próprias; b) a nova situação que conforma a construção da subjetividade e da identidade delas próprias; c) como organizam e dominam seu próprio tempo e espaço; e d) a consciência que elas têm das condições oferecidas por essa nova organização do trabalho e as possibilidades de construir sua autonomia.

#### **A presença das mulheres no mundo do trabalho**

Na história das sociedades, as contradições têm sido uma constante, tanto assim que, sob a perspectiva social, as mulheres pertencentes às classes de poder e

da sociedade, é reforçado o que lhes foi atribuído como tarefas próprias “de seu sexo” na família, no espaço doméstico, onde elas também pouco participam das decisões importantes.

#### **O novo trabalho domiciliar e a construção da autonomia das mulheres**

O trabalho flexibilizado por facção se legitima junto à sociedade e, principalmente, junto à mulher trabalhadora, com base num tipo de discurso e no “apelo” do setor empresarial, que têm ecoado e ido ao encontro do anseio de independência e de autonomia, fundados na liberdade individual, tão desejados e proclamados desde a modernidade – reforçados e apresentados nos tempos atuais, aparentemente, sob outra lógica –; o trabalho com independência, sem patrão e sem cartão de ponto.

Isto se evidencia e se manifesta no cotidiano dessas mulheres trabalhadoras que desejam ter maior autonomia sobre as suas vidas e algum domínio sobre o uso e a organização do seu próprio tempo, identificado como sua própria “liberdade”. No entanto, neste novo trabalho,

as costureiras faccionistas enfrentam outras situações novas, pois, para realizarem seus projetos e organizarem seu tempo, elas se submetem a circunstâncias e condicionamentos

de sua própria classe que colocam à prova sua capacidade de competir entre elas mesmas, numa situação desigual, para superar os desafios da concorrência para se integrarem nesse trabalho para sobreviver. E, sobre essa liberdade elas assim se manifestam:

“Aquilo ali é um serviço, que, ao mesmo tempo que é livre, você tá mais preso do que se você trabalhasse fora”.

Está assim, explicitado o caráter contraditório dessa nova organização do trabalho que promete a possibilidade de vida identificada como própria da classe de poder, mas, que ao divulgá-lo, tergiversa as vantagens que a própria classe de poder leva para si, nessa organização do trabalho. No entanto, é nesse modelo em que se espelham essas costureiras que, em seu cotidiano trabalham e estão sujeitas a todas as pressões que enfrentam os trabalhadores assalariados. Eis o que disseram as contratadas pelas faccionistas:

“(…) Entre nós, as costureiras, é costume chamar este trabalho de ‘trabalho de enxada’, como o trabalho das pessoas que estão no campo, trabalhando de sol a sol.

## **Hoje, o critério de divisão é pela forma de empreender em oposição aos modos tradicionais da retaguarda produtiva do mundo**

as mulheres proletárias ocuparam espaços diferentes e tiveram trajetórias diferenciadas. Ocorre que, ao largo dos três últimos séculos, principalmente às mulheres dos setores populares, foi possível vender sua força de trabalho, resultado da organização capitalista de produção e de conquistas sociais, próprias da luta por sua inserção e valorização no espaço público. Efetivamente, sua presença como trabalhadoras, vem atender às necessidades da crescente produção industrial, decorrentes da ampliação das demandas que impulsionaram tanto os avanços tecnológicos quanto as grandes transformações econômicas ocorridas nos últimos tempos.

Mesmo assim, nestes últimos anos, apesar de estarem na produção e de haverem conquistado a igualdade jurídica, em geral, nem sempre as mulheres têm vivido plenamente essa igualdade. Ainda que presentes no espaço público como trabalhadoras, os seus salários são menores que os dos homens no exercício das mesmas funções e sua situação como trabalhadora está colocada num patamar secundário e, nem sempre têm a mesma representatividade nos postos de chefia e de poder. No âmbito



Porque trabalhamos muito na 'facção' e o salário é muito pequeno. Mas tem a vantagem que trabalhas em casa, cuidas de teus filhos e da família ao mesmo tempo. (...)”

“(...) as pessoas pensam que tu estás ali todo o dia para servi-las. (...)”

**S**ob a perspectiva dos avanços sociais que se fizeram repercutir na vida das mulheres, e da construção por elas mesmas de uma nova subjetividade e de seu tempo próprio, o novo trabalho em domicílio, de costura da roupa de vestir por facção, é paradoxal. Mas, convém lembrar que no caso das costureiras faccionistas, segundo lhes oferecem os intermediários, constitui-se uma alternativa, às vezes única, de trabalho, principalmente para aquelas mulheres que têm pouca ou nenhuma qualificação profissional e são responsáveis pelo sustento da família e a manutenção da casa:

“(...) Eu trabalho para sustentar a casa e minhas filhas... e a vida”. “Mantenho a casa, estou só (...)”. “Eu faço facção em casa, ajudo [economicamente] em casa (...) com a maior parte, não? (...) meu marido trabalha... mas ele está enfermo, tem problemas, tem um pequeno açougue, pouca coisa, não?”

Ou seja, frente à realidade que tais mulheres enfrentam para sobreviver, quando buscaram o trabalho profissional, elas se viram diante da possibilidade de optar por esse tipo de trabalho que lhes facilitasse cumprir, segundo elas, os papéis que lhes foram designados em nossa sociedade: mãe, esposa e dona-de-casa. Assim, embora busquem sua independência, elas se encontram como únicas responsáveis por tarefas que lhes impedem de construir seu tempo e sua autonomia, pois têm a educação sexista que receberam reforçada.

### **A construção do tempo próprio: condição para a autonomia das mulheres**

Todo esse conjunto de elementos, tão próprios do trabalho flexibilizado, intervém no cotidiano, e, portanto, na própria vida das costureiras faccionistas e na construção da subjetividade, do tempo próprio, da autonomia delas. Daí a necessidade de partir da história de cada uma dessas mulheres – uma história que está con-

formada pelo lugar que cada uma ocupa na estrutura produtiva –, considerando-se, sempre, sua incorporação massiva e sua permanência no mercado de trabalho, fato este significativo na construção das mulheres como pessoas e cidadãs.

Essa incorporação no mercado de trabalho está delimitada, de um lado, pela histórica situação de discriminação vivida por elas, nos moldes da sociedade patriarcal, e pela sua longa história de lutas e de conquistas; de outro, pelos fatores de ordem econômica que, em momentos de crise, favorecem a reformulação de estratégias de sobrevivência familiar, sempre reforçando a submissão e a opressão de gênero. Além disso, a esse respeito, devem também ser consideradas as profundas mudanças verificadas nas pautas de comportamento e nos valores relacionados com os papéis das mulheres na sociedade, dentre elas as que afetam a queda da fecundidade, a expansão da escolaridade, o acesso das mulheres à universidade e as mudanças nas pautas de consumo. Tudo isso, portanto, sugere que as mulheres estão

condicionadas à estrutura social e a todos os seus componentes: a cultura, a ideologia e as formas de trabalhar e de viver no cotidiano, bem como o ambiente em que vivem, além das características históricas que delineiam o perfil de suas vidas e demarcam tanto os seus projetos como as possibilidades de realizá-los socialmente.

Outras referências são também importantes para a construção de sua autonomia, tais como a capacidade que têm de construir a si próprias onde, no cenário da vida, o individualismo e o processo de individualização desenvolvem-se com base, inclusive no protagonismo das mulheres historicamente silenciadas.

Dessa maneira reforça-se a ideologia da mulher cuidadora e responsável pelo trabalho doméstico tido como tarefa sua; como por exemplo, uma costureira justificou o excesso de trabalho que executava: “o trabalho dignifica”. Como se vê, esta é a demonstração de que esse trabalho está naturalizado como uma tarefa sua, pois, também se referem a “quem” o realiza – aos filhos e ao marido – como seus “ajudantes” em casa, nos finais de semana justificando que é tarefa sua realizá-lo todos os dias. Ou seja, mesmo reclamando que tra-

formada pelo lugar que cada uma ocupa na estrutura produtiva –, considerando-se, sempre, sua incorporação massiva e sua permanência no mercado de trabalho, fato este significativo na construção das mulheres como pessoas e cidadãs.

**Entre as costureiras, a capacidade e a possibilidade de organizar e viver o tempo próprio estão condicionadas pelo nível de consciência social de cada uma sobre si mesma.**



Em suas expectativas de construção do próprio futuro, reclamam dupla jornada e percebem a discriminação e a desigualdade sem conseguirem desvincular-se das práticas que produzem tais contradições.

balham muito, consideram “normal” que as mulheres realizem a dupla jornada, principalmente as que ganham pouco e não podem pagar a uma empregada doméstica, admitindo, de forma naturalizada, a sua própria situação de classe.

Foi exatamente nessa realidade que se identificou como essas costureiras, à época, organizavam no seu cotidiano, os usos do tempo e do seu tempo próprio no espaço tradicional onde realizavam seu trabalho doméstico, e como vivenciavam as relações afetivas familiares, conciliando com o seu tempo próprio.

Entre aquelas mulheres, a capacidade e a possibilidade de organizar e viver o tempo próprio estão condicionadas pelo nível de consciência social de cada uma sobre si mesma. Daí a necessidade de se considerar, no estudo realizado, os condicionantes sociais que interferem na construção da subjetividade e identidade delas mesmas bem como as diferenças pessoais de cada uma, dentro daquele específico contexto de desigualdade social. Pode-se inferir que a capacidade de cada pessoa de organizar e viver o seu tempo próprio depende das circunstâncias impostas pela sociedade e da sua capacidade em superar os desafios da própria sobrevivência para construir sua autonomia.

Elas organizam e articulam seu tempo em função do trabalho que realizam no seu próprio domicílio, somando-o ao seu tempo de trabalho doméstico. Assim, elas vão vivenciando suas relações afetivas familiares e a sua intimidade a partir do tempo que lhes sobra do trabalho que realizam – este sim, tratado como prioritário.

#### “Vivemos para o trabalho”

Trabalhar como faccionista no domicílio foi a forma encontrada de conciliar o trabalho profissional remunerado ao trabalho doméstico não-remunerado, estabelecido socialmente como “papel social das mulheres”, acreditando que, dessa forma, elas teriam maior tempo livre, ou seja, mais disponibilidade para organizar o uso do tempo, e definir o tempo para si mesmas.

Elas buscam esse tipo de trabalho, esperando realizar sua independência econômica e ter mais tempo livre, elementos condicionantes para a construção de sua própria autonomia.

É, portanto, a partir dessa experiência de vida e de trabalho que, durante as entrevistas realizadas, elas questionam o que foi aqui chamado de “liberdade de trabalhar na própria casa”, reconhecendo que, em tais condições, acabam dedicando seu tempo livre ao trabalho doméstico, elemento do universo conformador de sua consciência e de sua subjetividade na organização e uso do seu tempo.

“(...) Não temos tempo para nós, não vivemos nossa vida. Vivemos para o trabalho e para a vida dos que estão em casa. Não temos tempo. (...)”

As faccionistas, para afirmarem-se no mundo público ou nas atividades profissionais, necessitarão reelaborar suas relações nos vários espaços (tanto no público quanto no privado e doméstico-familiar) com implicações sobre suas relações nas diferentes atividades de trabalho que desenvolverem, tendo em conta o que desejam viver e tomar para si no processo de construção de seu tempo próprio.

Tudo isso se resume num processo de construção de si mesmas, que está delineado socialmente, e ao qual estão também condicionadas pela situação própria da classe trabalhadora. Como elas próprias dizem, mesmo sendo donas de seu próprio negócio, trabalham “de sol a sol” na costura, como todas as outras costureiras, e, para organizarem o seu tempo têm que enfrentar as pressões da competição para efetivar os acordos individualmente, não só para definirem o preço de seu trabalho com os intermediários, como também, para garantirem sua cota de peças, ou melhor, o próprio trabalho. Seu principal projeto é manter sua sobrevivência e progredir num trabalho que realizam, onde, ao mesmo tempo, se ocupam das atividades domésticas: um espaço onde vivem e compartilham sua intimidade – seu próprio domicílio.

“(...) Eu tenho sonhado muito, mas já não sonho mais. O único desejo que tenho é de ter saúde e coragem para o trabalho, para criar minhas filhas. (...)”

○ trabalho por facção não é contínuo e se realiza simultaneamente com o doméstico. Assim, podemos afirmar que são poucas as possibilidades que têm essas mulheres de delimitar e organizar o tempo e de se dedicarem a si próprias, viver seus projetos em seu coti-



diano. Afinal, sempre que alguém deixa de lado o privado, são sempre menores as suas possibilidades de construir sua autonomia.

“(...) a costura ocupa todo nosso tempo. Eu não tenho tempo para mim, vivo uma escrava do trabalho. Nem vou à igreja. Para me arrumar e a meus filhos é muito difícil. Passear nem se fala! Assim ficamos. Vai passando a vida. (...)”

Entre suas expectativas de construção do próprio futuro, reclamam dupla jornada e percebem a discriminação e a desigualdade sem, no entanto, conseguirem desvincular-se das práticas pessoais que produzem tais contradições. Elas também reivindicam ter as mesmas oportunidades de qualificação, reconhecimento e valorização profissional – direitos básicos que possibilitam sua própria emancipação social. Denunciam que, ante a pressão da luta pela sobrevivência, são obrigadas a fazer acordos que desconsideram esses mesmos direitos, embora tenham tomado os atuais acordos sindicais como referência para negociar com os intermediários.

Desejam, através do trabalho, ter independência e liberdade de decidir sobre suas vidas integralmente, apesar de muitas delas viverem uma situação de submissão em casa, principalmente as que permanecem com maridos que decidem sobre quase tudo em suas vidas.

“(...) É muito bom ser livre, mas nós não somos livres: temos marido, filhos, pais e cuidamos de tudo. (...)”

**N**o cotidiano, apesar de produzirem para o mercado, suas relações se restringem ao espaço do domicílio. Segundo relatam, depois de um dia de trabalho, quando chega a noite, durante todo o tempo não conseguiram sair até a porta; muito menos podem conversar com os vizinhos. Nisto se pode identificar o nível de isolamento que o trabalho por facção impôs àquelas mulheres – pela clandestinidade que o caracteriza e pela forma de exclusão do convívio social mais amplo que gera, sob a imposição da necessidade de cumprir os com-

**Desejam, através do trabalho, ter independência e liberdade de decidir sobre suas vidas integralmente, apesar de muitas delas viverem uma situação de submissão em casa, principalmente as que permanecem com maridos que decidem sobre quase tudo em suas vidas.**

promissos da produção.

“(...) Não temos tempo para nós, não vivemos nossa vida. Vivemos para o trabalho e para a vida dos que estão em casa. Não temos tempo. (...)”

Por isso, estão todas elas com limites para viver e desfrutar de qualquer tipo de vida social seja fora do trabalho ou fora de seu próprio domicílio. Pouco lhes resta, além das relações com a própria família no espaço doméstico ou com algu-

mas visitas esporádicas a familiares. O uso de seu tempo livre pode ser traduzido como “trabalhar mais sem direito ao descanso”. Assumiram, integralmente, o trabalho doméstico – em sua mais ampla dimensão – como sendo de sua única responsabilidade.

“(...) Trabalhar em uma máquina não é brincadeira; à tarde sentes que dói todo o corpo e você ainda tens que limpar e arrumar a máquina, depois lavar a roupa, limpar o banheiro, e às vezes, à noite.”

“(...) as coisas não são fáceis, a vida está cada vez pior”.

“(...) Eu sonhei muito, mas já não sonho mais. A única ilusão que tenho é a de ter saúde e coragem para o trabalho, para criar as minhas filhas. (...)”

Nessa situação de trabalho, as costureiras faccionistas se distanciam da apropriação de si mesmas. Estão fragmentadas como pessoas e como trabalhadoras – são muitas as suas perdas no plano dos direitos sociais e têm sua saúde afetada. Sua presença se restringe majoritariamente ao âmbito do domicílio em função do trabalho e são reduzidas suas relações de amizade e horas de descanso. São cada vez mais precárias as condições que enfrentam para exercer seu direito à cidadania e construir sua identidade, seu tempo próprio e conquistar sua autonomia. Resta-lhes, segundo disseram, organizarem-se para fazer frente a esses novos desafios e conquistar a liberdade que pretendem. 🍷

**Eline Jonas** é professora titular de Sociologia da Universidade Católica de Goiás, Doutora em Ciências Políticas e Sociologia pela Universidade Complutense de Madrid. (endereço eletrônico: elinejonas@hotmail.com)



# Marxismo e método

**O enigma do socialismo real: um balanço crítico das principais teorias marxistas e ocidentais**, Luis Fernandes, Editora Mauad, 2000, 255 p.

“Não há estrada real para a ciência, e só tem probabilidade de chegar a seus cimos luminosos aqueles que enfrentam a canseira para galgá-los por veredas abruptas”. (Marx, “Prefácio à Edição francesa” d’*O Capital*)

Ah, se se tratasse “apenas” de uma racional marcha forçada, por becos tortuosos ou neblinosos, para que, de pronto, sentíssemos firmes os pés numa clara avenida. O problema é que passamos, nós mortais – pós-sonhos visionários fecundados pela práxis em “real” –, a ser assaltados por novas “assombrações” do “mundo enfeitado” do poder do capital (Marx, Livro 3, v. 6: 952-53). Diriam os pessimistas: “vivemos o pior dos mundos!” – crise do socialismo e “financeirização” ultra-alienante da riqueza. Ao que o genial Marx, serenamente, sentenciaria: “Aliás, toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência [a expressão fenomênica] e a essência das coisas” (Marx, Livro 3, v. 6: 939).

Para espantar fantasmagorias, Luis M. Fernandes – cientista social e intelectual comunista de raro talento – vem por esgrimir esforços concentrados e sistemáticos em suas pesquisas. Sobre as vicissitudes da dimensão (épica) constitutiva do socialismo, destacam-se: além de “O enigma do socialismo real. Um balanço crítico das principais teorias marxistas e ocidentais”; “URSS – ascensão e queda. A economia política das relações da União Soviética com o mundo capitalista”, Anita Garibaldi, 1992; “As lutas de classe na Rússia de 1991 a 1993”, *Princípios*, nov.1993/ jan.1994, n° 31; “Conceitos fora de lugar: uma crítica epistemológica das principais teorias ocidentais sobre os Estados socialistas do Leste”, *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 1994, n° 2; “Rússia: do capitalismo tardio ao socialismo real”, in: *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*, Fiori, J. (org.), Vozes, 1999. Trata-se já de uma obra... que vai se encorpendo.

Incontornável: no Brasil (e também fora dele), quem quiser conhecer a íngreme “estrada” da industrialização russa, dos fundamentos ontológicos da construção socialista na URSS, captando ainda este movimento no Leste da Europa, terá de seguir o seu caminhar. Sob um olhar, porque a captura procesual do método em Fernandes – rigoroso – é de evidente inspiração marxiana, onde, todavia, sua démarche arrisca a fuga da (petrificante) clausura sedutora dos clássicos. Lembrando, a propósito: “A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento, e de perquirir a conexão íntima

que há entre elas. Só depois (...) é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real” (Marx, “Posfácio à 2ª Edição” d’*O Capital*).

Ademais, porque em *O enigma do socialismo real*. Um balanço crítico das principais teorias marxistas e ocidentais, Fernandes conseguiu atingir elevado nível de abstração numa crítica sintética da epistemologia das ciências sociais. Síntese, não resumo: o livro é um torpedo no modismo intelectual pós-moderno, que não distingue sujeito e objeto nas ciências sociais (p. 17); sendo elaborado para identificar e/ou confrontar a miríade das formulações teóricas com o concreto desenvolvimento histórico das experiências do “socialismo real” (p. 18-19). Nele, mesmo a (auto)-relativização do apreendido no volumoso número de autores analisados (p. 157-58), não consegue desviar a rota do balanço que faz Fernandes, a indicar que o colapso do “socialismo real” pode estar fornecendo as condições “necessárias para uma análise de classe marxista”, mais precisa no “desenvolvimento passado e presente” dessas sociedades (p. 162).

Razões suficientes para Luis Fernandes ter dissecado o centro nevrálgico de suas conclusões (caps. 7 e 8) em: 1) o problema da autonomização do poder do Estado nos marcos do processo de abolição da propriedade privada (democracia socialista; “fusão” partido/Estado); e, 2) o problema da perda de dinamismo da economia socializada/estatizada (produtividade; tecnologia).

Mas o que quer dizer mesmo isso? Fundamentalmente que: a) as idéias clássicas da “democracia direta e participativa”, integrantes e projetadas das pioneiras formulações teóricas marxistas, não foram – e, óbvio, parece-me, não poderiam ser – suficientes para prospectivamente apreender a magnitude da problemática da democracia socialista; b) num quadro da permanência duma economia de “escassez relativa”, as assimetrias, previstas em anterioridade para a construção socialista por Marx, ensejam a tendência da reprodução de uma espécie de diáspora individualística.

Nisso, não há reducionismo coisa nenhuma. É só constatar, no limite, que havia, nos EUA, oficialmente, cerca de 36 milhões de “pobres” (1998), subjacentes à brutal desigualdade e polarização da apropriação da riqueza (que aumentou, dizem as últimas estatísticas). Numa outra ponta – tratando da URSS, sabidamente o objeto central de seu estudo –, Fernandes aponta a necessidade de a obtenção da produtividade, a eficiência, etc, terem engendrado uma “burocracia poderosa” (Alec Nove), funcional, ingredientes sinérgicos e contrapostos à exigência da afirmação do “coletivo/universal”; dada a “fragmentação” particularista que se fizer acompa-



nhante da generalização simplificada dos mecanismos da democracia direta e participativa “como eixo estruturador do Estado” (p. 203).

Nas palavras de Fernandes, então correlacionando uma resultante das duas questões: “Para além do inevitável problema da alienação enraizada na escassez, outros traços estruturais das sociedades socialistas também reforçam a autonomia do Estado e o imperativo da mediação política no seu interior” (p. 205).

Finalmente, Fernandes (aclarando as configurações da experiência socialista) também não se esquece de uma sobre-determinação estrutural, expressa na marcante dua-

lidade “ruptura sistêmica” x “reação sistêmica particular”, que emerge, a partir da URSS, no novo cenário internacional dos combates ao imperialismo.

A meu juízo, *O enigma do socialismo real: um balanço crítico das principais teorias marxistas e ocidentais* – juntamente a *David Bohm e a controvérsia dos quanta* (Fapesp-CLE, Unicamp, 1999), do físico Olival Freire Jr. – representa o que de melhor produziu o pensamento avançado no Brasil. Mais: os dois estudos são uma alegre convocação para um último adeus, no féretro do dogmatismo.

A. Sérgio Barroso

## Planeta ameaçado

**Conflitos internacionais num mundo globalizado – Palestina, Iraque, Venezuela e a Hegemonia Americana,** José Reinaldo Carvalho & Lejeune Mato Grosso Xavier de Carvalho. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 2003.

“Numa época como a nossa, os governos que conduzem as massas humanas à miséria têm de evitar que

nessa miséria se pense no governo, e por isso estão sempre a falar em fatalidade”. (Bertolt Brecht)

Bertolt Brecht nos apresentou em 1934 – também nos tempos difíceis de gestação de crise internacional – suas cinco dificuldades (ou maneiras) para escrever a verdade. E, com isso, estabeleceu parâmetros que referenciam a clareza e a profundidade das obras escritas no campo do marxismo.

Quase setenta anos depois, o mundo enfrenta desdobramentos de uma crise histórica do capitalismo que, com novas características – cumulativas – são apresentados de modo irrepreensível nesta vertente em “Conflitos internacionais num mundo globalizado”, de José Reinaldo Carvalho e Lejeune Mato Grosso.

Os autores não hesitam em percorrer as máximas de Brecht, que afirmou, até preventivamente: “É necessário coragem para dizer que os bons não foram vencidos por causa da sua virtude, mas antes por causa da sua fraqueza”.

Apresentam a inteligência indispensável à identificação da verdade, acerca da qual disse Brecht: “Hoje, por exemplo, as grandes nações vão soçobrando uma após outra na pior das barbáries diante dos olhos pasmados do universo”.

Examinam o mundo atual com a percuciência de quem mencionava a possibilidade de expansão das guerras

internas, transformando-se em guerras exteriores, somente legando “um montão de escombros no sítio onde outrora havia o nosso continente” (para Brecht, enquanto europeu).

Compartilham a arte de tornar a verdade manejável como uma arma, atualizando a reflexão de Brecht sobre o fascismo enquanto fase histórica do capitalismo (“algo de novo e ao mesmo tempo de velho”): “Nos países fascistas, a existência do capitalismo assume a forma do fascismo, e não é possível combater o fascismo senão enquanto capitalismo, senão enquanto sua forma mais nua, mais cínica, mais opressora e mais mentirosa do capitalismo”.

Do mesmo modo, tratam a produção do conhecimento, levando em conta que “uma vez reconhecidas as causas evitáveis, o mau estado de coisas pode ser combatido”; ou, que “o conhecimento da verdade é um processo comum aos que lêem e aos que escrevem”, exigindo de quem escreve saber encontrar o tom da verdade; ou, ainda, que “não há dúvida de que um alto nível literário pode servir de salvo-conduto à expressão de uma idéia”.

Em sua obra, José Reinaldo e Matogrosso consagram essa máxima: “Numa época como a nossa, os governos que conduzem as massas humanas à miséria têm de evitar que nessa miséria se pense no governo, e por isso estão sempre a falar em fatalidade”.

Trata-se, sobretudo, de um livro escrito em cima dos fatos com um instrumental gnosiológico marxista, imprescindível aos que pretendem compreender as graves circunstâncias que o mundo atravessa. E, com uma vantagem ímpar: trata-se de uma obra contínua, que pode ser lida semanalmente (às quintas-feiras) nas colunas dos autores ([www.vermelho.org.br](http://www.vermelho.org.br)).

Luiz Carlos Antero





## Onde está a verdade?

“(...) Um provérbio grego vaticina que diante da verdade há três tipos de pessoas que erram: as que não sabem e não perguntam; as que sabem e não ensinam; e as que ensinam e não praticam.

Nossas verdades devem ser capazes de dominar as linguagens utilizadas pelo homem, de resolver nossos problemas, permitir a análise e a interpretação dos fatos, deve permitir que se compreenda o entorno social e se possa atuar sobre ele, deve receber criticamente os meios de comunicação, localizar e selecionar informações e finalmente deve ser fruto de algo construído por um grupo.

A verdade não necessariamente está com os “iluminados”, se acreditamos em democracia participativa devemos crer que ela possa estar, ainda que temporariamente e de forma parcial, com pessoas comuns.

Chegamos a este ponto porque as pessoas passaram a reproduzir sem pensar, aceitar sem discutir, trabalhar sem questionar e educar sem criar.

A dúvida, a incerteza, a consciência de nosso ainda não saber, é que nos convida a investigar e, investigando, poderemos aprender algo que antes não sabíamos e nos aproximarmos da verdade, que por ser histórica e cultural será sempre provisória.

Enquanto não se sabe onde está a verdade os pobres e oprimidos vão realizando sua utopia que é sobreviver até amanhã. Eles estão abandonados e curiosamente são aquecidos nas ruas dos grandes centros pelo símbolo universal do conhecimento – o fogo.

A verdade deve traduzir-se em ações, sem perder a essência, sem tornar-se meia verdade ou uma verdade menor. É este o desafio do presidente que venceu e dos governadores eleitos e reeleitos.

Sabemos que é impossível alcançar a unidade sem a soma, a identidade sem a comparação – o que me faz acreditar que aquele que é movido não por recompensas ou prêmios ou pela satisfação de um plano de carreira, mas por um engajamento comprometido com idéias, causas e valores na esfera pública, estará mais próximo de chegar à resposta. É preciso ousar!

A verdade transformada em palavras tem saberes e sabores, pode agredir (...)”

Ronilson de Souza Luiz  
São Paulo/SP

## Dengue

“(...) É dever de todos os profissionais da saúde ficar preocupados e fazer o que for necessário para ganhar a ‘guerra’ contra o dengue. Mas a ajuda da população é essencial nesse combate, principalmente nos criadouros e na comunicação dos casos. Não se pode perder tempo, uma verdadeira “operação de guerra” precisa ser efetuada contra essa epidemia a partir deste ano, pois é provável que no próximo verão ocorra a manifestação de um sorotipo de dengue que até então não existia em nosso território, a Den-4 (sorotipo 4), que deverá ocasionar um número ainda maior de óbitos pela dengue hemorrágica na população. (...)”

Paulo Anibal G. Mesquita  
São Paulo/SP

# Princípios

Revista Teórica, Política e de Informação

**Fundador e Diretor:** João Amazonas (1912-2002)  
**Editores:** Adalberto Monteiro, José Carlos Ruy e Pedro de Oliveira

**Comissão Editorial:** Adalberto Monteiro, Augusto César Buonicore, Edvar Luiz Bonotto, José Carlos Ruy, Olival Freire Jr. e Pedro de Oliveira

**Conselho Editorial:** Adalberto Monteiro, Aldo Arantes, Aldo Rebelo, Altamiro Borges, Ana Maria Rocha, Bernardo Joffily, Carlos Pompe, Clóvis Moura, Haroldo Lima, Jô Moraes, José Carlos Ruy, José Reinaldo Carvalho, Loreta Valadares, Luciano Martorano, Luis Fernandes, Luiz Manfredini, Madalena Guasco, Nereide Saviani, Olival Freire Jr., Olívia Rangel, Pedro de Oliveira, Raul Carion, Rogério Lustosa (1943-1992), Sílvio Costa, Umberto Martins e Walter Sorrentino

**Secretário de Redação:** Edvar Luiz Bonotto – correio eletrônico: revista.principios@terra.com.br

**Jornalista Responsável:** Pedro de Oliveira

**Projeto Gráfico:** Gilberto Maringoni

**Diretor de Produção e Comercial:** Divo Guisoni

**Administração:** Zandra de Fátima Baptista

**Departamento de Circulação:** Cláudia de Medeiros

**Editoração Eletrônica:** Marília Rodela Oliveira

**PRINCÍPIOS é uma publicação da Editora Anita Garibaldi**

**R. Mons. Passalacqua, 158 - 01323-010 - São Paulo - SP**

**Tel.: (011) 289-1331 e 3266-4312 - anita.garibaldi@uol.com.br**

A revista PRINCÍPIOS aceita colaborações que lhe forem enviadas, reservando-se o direito, a critério de seu Conselho Editorial, de publicá-las ou não. A publicação de um artigo não implica um compromisso da revista com o seu conteúdo. As opiniões emitidas são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os artigos enviados não devem exceder 15 laudas (1 lauda = 1400 caracteres). Artigos maiores dependerão de um aceite prévio da Comissão Editorial. Os artigos devem ser enviados em três vias e em disquete (Word for Windows). Os originais não serão devolvidos. Citações devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

**PONTOS DE VENDA: SÃO PAULO:** R. Condessa de Joaquim, 272 - fone 3107-3093; **FNAC:** Praça dos Omagás, 34 - fone 3815-1099; **Banca GV:** Av. Nove de Julho, 2029 - fone 284-3726; **Banca do Estadão:** Viaduto Nove de Julho, 185 - fone 231-3458; **EDUSP:** fone 3818-4008; **Emporium Cultural Vergueiro:** Rua Vergueiro, 1877 - fone 5571-8671; **Banca Ana Rosa:** Av. Cons. Rodrigues Alves, 20 - fone 5571-4304; **Banca Paulista:** Av. Paulista, 1948 - fone 288-8241; **Banca Paraíso:** Rua Rafael de Barros, 86 - fone 3889-8416; **Banca Central:** Pça. Pres. Castelo Branco, 44 - fone 4057-2043; **Banca Silvío Romero:** Pça. Silvío Romero, 18 - fone 6941-6908; **Banca Liberdade:** Pça. da Liberdade, 84 - fone 3104-9408; **CPV:** Rua São Domingos, 224 - fone 3104-7995. **ACRE:** Rua Rio Grande do Sul, 65 - fone 244-1406. **MACEIÓ:** Rua Saldanha da Gama, 148A - fone 326-4441. **MANAUS:** Rua Luís Antony, 762 - fone 622-1682. **MACAPÁ:** Rua Jovino Dinoar, 2510 - fone: 241-4450. **BAHIA:** Rua do Saete, 330 - fone 328-6828. **FOR-TALEZA:** Av. Universidade, 3199 - fone 281-9217. **BRASÍLIA:** SDS Conj.Baracá, bl. F, salas 501/503 - fone: 224-0491. **VITÓRIA:** Rua Prof. Baltazar, 152 - fone 3222-8162. **GOIÂNIA:** Rua 232, 50 - fone 224-6372; **Banca do SESC:** Av. Universitária, esq. cirva 260; **Banca Universitária I:** Av. Universitária, 1140; **Banca Universitária II:** Pça. Universitária, Qd 62 - fone 261-4335; **Banca do Dy:** Rua 09, 574 - fone 225-7920; **L e R Revistaria Hoje:** Goiânia Shopping, Av. T-10-Setor Bueno. **SÃO LUIS/MA:** Rua da Viração, 118 - fone 221-4556. **MINAS GERAIS:** Rua Bias Fortes, 1097 - fone 3291-6766. **CAMPO GRANDE:** Rua Artur Jorge, 1256, bl. D/Av. 02 - fone 721-1390. **CUIABÁ:** Rua Luis Carlos Pinheiros, 323 - fone 321-2833. **BELEM:** Av. Gentil Bittencourt, 2484 - fone 269-3430. **JOÃO PESSOA:** Rua Desembargador José Peregrino, 322 - fone 221-8325. **RECIFE:** Rua Bispo Cardoso Ayres, 101 - fone 3231-2038. **Livromagazine:** Av. Conde da Boa Vista, 688 - fone 231-0036; **Livraria Modelo** (Shopping Center Recife): fonetax 465-5919; **Shopping Tacaruna:** fonetax 421-6460 e **Shopping Guararapes:** fonetax 468-4426; **Livraria Imperatriz:** Shopping Tacaruna - fone 421-6667 e **Shopping Guararapes - fone 464-2424;** **Livraria Síntese:** R. do Riachuelo, 202 - fone 221-4044; **Livraria Potylivros:** Av. Conde da Boa Vista, 1413 - fone 423-1100; **Livraria Sodiler:** Aeroporto dos Guararapes - fone 326-0883; **Bazar 494:** R. da Hora, 456 - fone 241-9842; **Livraria 1001 Livros:** R. do Príncipe, 410 - fone 221-2270; **Banca Globo I:** Av. Guararapes - fonetax 224-0317; **Banca Destaque:** Av. Conde da Boa Vista, 814 - fone 222-0799; **Box Viva Ler:** Shopping Boa Vista, quiosque 132; **Senhor Martins:** Pátio de São Pedro, 25 - fone 424-1366. **TERESINA:** Rua Eliseu Martins, 1673 - fone 221-2635. **CURITIBA:** Av. Vicente Machado, 18/Conj. 503 - fone 232-5785. **RIO DE JANEIRO:** Rua Rodrigo Silva, 06 - fone 2533-7303. **NATAL:** Rua Vaz Godin, 86 - fone 211-8412; **Cigarreira Tio Patinhas:** Av. Rio Branco, 682A - fone 222-0760; **Cigarreira o Revistão:** Rodoviária - fone 231-2765; **Cigarreira Calçada:** Centro; **Cooperativa Cultural da UFRN:** Centro de Convivência - Campus Universitário. **PORTO VELHO:** Rua 15/220 Conj. Parque Buritis - fone 981-6545. **BOA VISTA:** Av. Mario Homem de Melo, 1081 - fone 224-2107. **PORTO ALEGRE:** Rua Cristóvão Colombo, 950 - fone 3228-2154. **FLORIANÓPOLIS:** Pça. Oliveira, 18 Sobrelaja 3 - fone: 3025-4227. **ARACAJU:** Rua Simão Dias, 642 - fone 211-2218; **Banca São Francisco:** Pça. Olímpio Campos; **Banca Ponte do Imperador:** Pça. Fausto Cardoso, Centro, fone 224-9516; **Livraria Escaniz:** Shopping Jardins Ij, 81/83; **Livraria Universitária:** Didática I (UFS); **Livraria Minuano:** Didática II (UFS). **GURUPI/TO:** Rua Alicante, 376 - fone 712-2479.



# Princípios

Assine a revista que há mais de duas décadas defende o Brasil e o socialismo



## Promoção

Faça uma assinatura anual ou especial e ganhe o livro  
*A Formação Profissional Negociada*

Faça uma assinatura de 8 edições e ganhe o livro *A Formação Profissional Negociada* mais uma camiseta da *Princípios* bordada

Em *A Formação profissional negociada*, Fernando Fidalgo aborda o tema da Formação Profissional Negociada numa perspectiva política e propõe a discussão dos processos desenvolvidos pelo Estado, pelo patronato e pelos trabalhadores. Enfocando o Brasil e a França, tem em vista a globalização e a reestruturação produtiva, bem como os seus desdobramentos; das quais, uma das mais sérias é o crescimento do desemprego

Promoção válida até 15/05/2003

- |                          |   |           |
|--------------------------|---|-----------|
| <input type="checkbox"/> | Assinatura bianual (8 edições) a partir do nº _____                           | R\$ 55,00 |
| <input type="checkbox"/> | Assinatura anual (4 edições) a partir do nº _____                             | R\$ 30,00 |
| <input type="checkbox"/> | Assinatura especial (9 edições: 5 passadas e 4 próximas) a partir do nº _____ | R\$ 45,00 |

Nome \_\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_

Bairro \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_

Cidade \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_

Fone \_\_\_\_\_ Profissão \_\_\_\_\_ e-mail \_\_\_\_\_

### Forma de pagamento:

Cheque nominal à Editora e Livraria Anita Ltda. Valor R\$ \_\_\_\_\_

Depósito em conta. Banco Itaú, agência 0251, c/c 48.678-3 (enviar comprovante)

Cartão Credicard ou Visa n.º \_\_\_\_\_ código de segurança \_\_\_\_\_  
validade \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ \_\_\_\_\_ assinatura do cliente



# Chove sobre Bagdá (II)

Ao povo Iraquiano, vítima de torpe barbárie

Chove sobre Bagdá.  
Torrencialmente,  
despejam a morte sobre Bagdá,  
sobre as cúpulas das Mesquitas,  
sobre as cabeças das crianças,  
despejam toneladas de bombas sobre Bagdá.  
Os camelos,  
os cavalos,  
as oliveiras,  
as palmeiras,  
as ovelhas  
e as pessoas estão em sangue.  
As águas do Rio Tigre  
rugem de dor.

Tornaram azedas as tâmaras  
e feriram os ventres das odaliscas  
e elas não dançam mais.  
Nem os meninos, nem os trigais,  
nem os velhos, nem os animais,  
não há um sopro de vida  
que escape da morte e seus punhais  
pois que agora  
as bombas "são inteligentes"  
e por mais que lute a vida  
e por mais que se camufle a vida,  
a bomba, com seu olhar-laser  
fareja, localiza, aniquila.

(...)

Você que liga a TV  
e aplaude a aviação americana  
saiba que seu salário miserável  
é que financia a carnificina.  
Você que vê os B-52, os jatos Tomcat  
Os mísseis Tomahawk,  
devastando a vida e nada sente  
saiba que amanhã a casa bombardeada  
poderá ser a sua.  
Aquele país destruído  
poderá ser o seu.  
Se você não é capaz  
de lutar pela paz  
por aqueles que estão sendo mortos agora,  
lute por você mesmo,  
pois amanhã aquela criança morta  
que aparece no vídeo  
talvez não seja uma menina árabe,  
mas sua filha.

Adalberto Monteiro

